

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE HORTÊNSIAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**

MAIARA DANIELI OBERHERR

**" (...) TEM PESSOA, ANIMAL, TEM TUDO ISSO, TEM TRADIÇÃO HISTÓRICA -
ISSO É UM MORRO FERRABRAZ: PRODUÇÃO DE SENTIDOS E CONFLITOS
AMBIENTAIS EM UMA ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO"**

SÃO FRANCISCO DE PAULA

2022



uergs

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Hortênsias

Catálogo de publicação na fonte (CIP)

O32t

Oberherr, Maiara Danieli

" '(...) Tem pessoa, animal, tem tudo isso, tem tradição histórica - isso é um Morro Ferrabraz': produção de sentidos e conflitos ambientais em uma área de relevante interesse ecológico"/ Maiara Danieli Oberherr. – São Francisco de Paula: Uergs, 2022.

135 f. il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade, Unidade Hortênsias, 2022.

Orientadora: Prof.^a Dra. Luciele Nardi Comunello

Coorientador: Prof. Dr. Rodrigo Cambará Printes/ICMBio

1. Gestão participativa. 2. Ordenamento territorial. 3. Zoneamento. 4. Dissertação. I. Comunello, Luciele Nardi. II. Printes, Rodrigo Cambará. III. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade, Unidade Hortênsias. IV. Título.

MAIARA DANIELI OBERHERR

**" (...) TEM PESSOA, ANIMAL, TEM TUDO ISSO, TEM TRADIÇÃO HISTÓRICA -
ISSO É UM MORRO FERRABRAZ: PRODUÇÃO DE SENTIDOS E CONFLITOS
AMBIENTAIS EM UMA ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO"**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ambiente e Sustentabilidade.

Orientadora: Luciele Nardi Comunello

Coorientador: Rodrigo Cambará
Printes/ICMBio

SÃO FRANCISCO DE PAULA/ RS

2022

MAIARA DANIELI OBERHERR

**" (...) TEM PESSOA, ANIMAL, TEM TUDO ISSO, TEM TRADIÇÃO HISTÓRICA -
ISSO É UM MORRO FERRABRAZ: PRODUÇÃO DE SENTIDOS E CONFLITOS
AMBIENTAIS EM UMA ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO"**

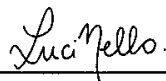
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ambiente e Sustentabilidade.

Orientadora: Luciele Nardi Comunello

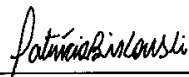
Coorientador: Rodrigo Cambará
Printes/ICMBio

Aprovado em: 31/03/2022

BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciele Nardi Comunello
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS



Prof.^a Dr.^a Patrícia Binkowski
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS



Me. Daniel Vilasboas Slomp

Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul



Prof. Dr. Daniel Luciano Gevehr

Faculdades Integradas de Taquara

AGRADECIMENTOS

O Mestrado em Ambiente e Sustentabilidade da UERGS me trouxe muitos motivos para agradecer, foram muitos momentos de aprendizagem e vivências proporcionados. Agradeço à coordenação e aos professores da Unidade Hortênsias pela recepção nas sextas e sábados de aula, e compartilharem conhecimentos valiosos, que contribuíram muito na minha formação.

Agradeço a todos os colegas da turma Jacutinga, pela parceria nas aulas, pelo conhecimento compartilhado, cada qual na sua área de atuação, pela força durante as aulas, pelas risadas, vocês são muito especiais. Aos amigos da pousada, agradeço a parceria depois das aulas, aos queijos da serra e vinhos para esquentar no inverno.

Agradeço imensamente à minha orientadora Luciele, pela parceria, aprendizagem, paciência, por me auxiliar ao longo dessa etapa, por me mostrar outra visão de mundo “fora da caixinha”, por aceitar a embarcar em um novo desafio, que foi o início do Plano de Manejo e por sempre me fazer acreditar que era possível. Agradeço também meu coorientador, Rodrigo Cambará, pelas aprendizagens e vivências ao longo do mestrado, por todo o auxílio na metodologia relacionada à UC.

Não poderia deixar de agradecer minha família: Aos meus pais, Selvino e Leci, por todo o auxílio nesses quase 3 anos de mestrado, pelos cafés trazidos enquanto estudava, pela paciência e ausência para poder estudar. Agradeço também às minhas irmãs, pela ajuda e contribuição ao longo da escrita e pela força dada para continuar. Agradeço meu namorado, Vinícius, pela parceria em todas as horas de estudo, pelo apoio e carinho, e por acreditar no meu potencial.

Agradeço aos meus colegas de trabalho da SEMAPE, pelo apoio, pelo auxílio durante o mestrado, principalmente nas oficinas nas comunidades e pelas informações cedidas sobre a ARIE.

Agradeço também a todas as vozes que participaram da pesquisa, por me receberem em suas casas, por compartilhar suas histórias, vivências e práticas, contribuindo para pesquisa com falas carregadas de sentidos e saberes.

RESUMO

A criação de espaços protegidos e a manutenção dos recursos naturais, devido à intensificação da degradação dos ecossistemas naturais, tornam-se essenciais para a proteção da biodiversidade. Neste contexto, as Unidades de Conservação além de favorecer a conservação ambiental, trazem diversos benefícios para a sociedade e contribuem para a manutenção do patrimônio natural e cultural. A participação da sociedade no processo de criação e gestão dessas áreas é fundamental para o seu sucesso. Diante disso, a presente pesquisa teve por objetivo geral mapear os sentidos e saberes com relação ao lugar, produzidos pelos moradores das comunidades da UC, e a partir disso, investigar e identificar os conflitos presentes durante a implantação da gestão da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) do Morro Ferrabraz, Sapiranga (RS). Essa pesquisa se utilizou da abordagem qualitativa. Para tanto, foi realizada uma análise documental, para compreender o processo histórico, social, jurídico e político de criação e gestão dessa ARIE, a fim de auxiliar na relação da comunidade local com o território. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com representantes das comunidades locais, a fim de mapear os sentidos produzidos com relação ao lugar e, a partir disso, identificar os conflitos ambientais existentes. A análise dos dados se deu por meio da abordagem teórico-metodológica da Produção de Sentidos. Os conflitos ambientais identificados foram categorizados em conflitos territoriais, espaciais e os distributivos categorias territoriais e espaciais. A partir do estudo, os resultados apontam que diversas etapas do processo de implantação da Unidade de Conservação, foram propulsores para situações conflituosas, como por exemplo a pouca participação dos moradores no processo de criação da ARIE, a falta de esclarecimento por parte da comunidade com relação aos aspectos legais que envolvem as áreas protegidas, bem como, os interesses distintos de determinados atores sociais, na apropriação e uso do solo e na permanência da agricultura familiar no Morro Ferrabraz. Dessa forma, através dos sentidos atribuídos ao lugar, verificou-se a existência de sentidos afetivos envolvendo os moradores locais e o Morro Ferrabraz, a partir das relações que se constroem ao longo das vivências e histórias. Esses sentidos foram divididos em categorias de análise: o Morro Ferrabraz como lugar de moradia e modo de vida; a Conservação como uma relação de respeito; a ARIE do Morro Ferrabraz como sentidos em construção em função do ordenamento territorial; as atividades como sentidos entre a agricultura familiar e atributos de proteção ambiental e por fim, os conflitos ambientais através dos sentidos que permeiam estas práticas. A partir da discussão dos resultados, depreendemos que, o esclarecimento e a aproximação da comunidade local na gestão da Unidade de Conservação serão de extrema relevância para avanços na resolução dos conflitos ambientais existentes e, por conseguinte, no processo de elaboração do plano de manejo.

Palavras-chaves: Unidade de Conservação. Gestão participativa. Ordenamento territorial. Zoneamento. Sapiranga.

ABSTRACT

Natural ecosystems are undergoing significant and progressive degradation. In this meaning, the creation of protected spaces and the maintenance of natural resources become essential for the protection of biodiversity. The so-called Conservation Units (UC) not only favor environmental conservation, but also bring several benefits to society and contribute to the maintenance of natural and cultural heritage. Community participation in creating and managing these areas is essential to their success. This research aimed to map local population's meaning production and knowledge regarding this UC and, from it, investigate and identify the conflicts that emerged during the management implementation of the Area of Relevant Ecological Interest (AREI), an UC located in Morro Ferrabraz, Sapiranga (RS). This research used a qualitative approach. We developed a documental analysis to understand the historical, social, legal, and political process of creation and management of this UC. This strategy also pretended to shed light on the relationship between the local community and its territory. Semi-structured interviews were carried out with representatives of local communities to identify eventual environmental conflicts. We used the Meanings Production approach to analyze the interviews. Identified environmental conflicts were categorized into three categories: territorial, spatial, and distributive. Our results indicate that several stages during the UC implantation process propelled conflictive situations. There was little participation of locals during the creation of the UC, little knowledge of legal aspects related to protected areas, as well as a divergence of criteria among the social actors of the local community in relation to land use and the persistence of family farming. These meanings were divided into five categories of analysis: Morro Ferrabraz as a place of residence and way of life; Conservation as a relationship of respect; the AREI of Morro Ferrabraz as meanings under construction in terms of territorial planning; activities as meanings between family farming and environmental protection attributes and, finally, environmental conflicts through the meanings that permeate these practices. From the discussion of the results, we infer that the clarification and approximation of the local community in the UC management will be of extreme importance for advances in the resolution of existing environmental conflicts and, therefore, during the management plan elaboration process.

Keywords: Conservation Unit. Participative management. Land use planning. Zoning. Sapiranga.

RESUMEN

La creación de espacios protegidos y el mantenimiento de los recursos naturales, debido a la intensificación de la degradación de los ecosistemas naturales, se vuelven esenciales para la protección de la biodiversidad. En este contexto, las Unidades de Conservación, además de favorecer la conservación ambiental, traen varios beneficios a la sociedad y contribuyen al mantenimiento del patrimonio natural y cultural. La participación de la sociedad en el proceso de creación y gestión de estos espacios es fundamental para su éxito. Por lo tanto, la presente investigación tuvo como objetivo mapear ampliamente los sentidos y conocimientos sobre el lugar, producido por los vecinos de las comunidades de la UC e, a partir disso, investigar e identificar los conflictos presentes en la implementación de la gestión del Área de Relevante Interés Ecológico (ARIE) de Morro Ferrabraz, Sapiranga (RS). Esta investigación utilizó un enfoque cualitativo. Por lo tanto, se realizó un análisis documental para comprender el proceso histórico, social, jurídico y político de creación y gestión de esta ARIE, con el fin de auxiliar en la relación de la comunidad local con el territorio. Se realizaron entrevistas semiestructuradas a representantes de las comunidades locales con el fin de mapear los significados producidos en relación al lugar y, a partir de ello, identificar los conflictos ambientales existentes. El análisis de los datos se realizó a través del enfoque teórico-metodológico de la Producción de Sentidos. Los conflictos ambientales identificados se categorizaron en conflictos territoriales y espaciales y las categorías distributivas territoriales y espaciales. Del estudio, los resultados indican que varias etapas del proceso de implantación de la Unidad de Conservación, fueron propiciando situaciones conflictivas, como por ejemplo la poca participación de los pobladores en el proceso de creación de la ARIE, la falta de esclarecimiento sobre la parte de la comunidad con relación a los aspectos legales que involucran las áreas protegidas, así como los diferentes intereses de ciertos actores sociales, en la apropiación y uso del suelo y en la permanencia de la agricultura familiar en Morro Ferrabraz. De esta forma, a través de los significados atribuidos al lugar, se verificó la existencia de significados afectivos que involucran a los habitantes del lugar y a Morro Ferrabraz, a partir de las relaciones que se construyen a lo largo de las vivencias y relatos. Estos significados fueron divididos en categorías de análisis: Morro Ferrabraz como lugar de residencia y forma de vida; La conservación como relación de respeto; la ARIE de Morro Ferrabraz como significados en construcción en términos de planificación territorial; las actividades como significados entre la agricultura familiar y los atributos de protección ambiental y, finalmente, los conflictos ambientales a través de los significados que permean estas prácticas. De la discusión de los resultados inferimos que la clarificación y acercamiento de la comunidad local en la gestión de la Unidad de Conservación será de suma importancia para avanzar en la resolución de los conflictos ambientales existentes y, por ende, en el proceso de elaboración de la plan de gestión.

Palabras clave: Unidad de Conservación. Administración Participativa. La planificación del uso del suelo. Zonificación. Sapiranga.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|--------------------------------------|
| Figura 1 - Reunião realizada com a comunidade de Ferrabraz sobre a metodologia do Plano de Manejo da ARIE do Morro Ferrabraz. | 17 |
| Figura 2 - Reunião realizada com as comunidades de Bela Hú e Alto Ferrabraz, sobre a metodologia do Plano de Manejo da ARIE do Morro Ferrabraz | 19 |
| Figura 3 - Elementos fundamentais para a elaboração do plano de manejo de uma UC | Erro! Indicador não definido. |
| Figura 4 - Mapa da Fazenda do Padre Eterno em 1870. | 50 |
| Figura 5 - Primeiro Mapa oficial do município de Sapiranga em 1957 | 51 |
| Figura 6 - Mapa Estatístico MME/IBGE/SAPIRANGA-RS de 1979 | 53 |
| Figura 7 - Localização da ARIE do Morro Ferrabraz no município de Sapiranga | 55 |
| Figura 8 - Histórico da ARIE do Morro Ferrabraz | 57 |
| Figura 9 - Mapa de localização de propriedades rurais da ARIE do Morro Ferrabraz | 64 |
| Figura 10 - Mapa de localização do setor censitário do IBGE na ARIE do Morro Ferrabraz | 65 |
| Figura 11 - Vista do Morro Ferrabraz com significativas áreas descobertas por vegetação, na década de 1960 | 73 |
| Figura 12 - Vista do Morro Ferrabraz com a presença de vegetação nativa, no ano de 2021 | 73 |
| Figura 13 - Belezas encontradas no Morro Ferrabraz, Arroio Hospital e Arroio Jacob | 85 |
| Figura 14 - Vistas panorâmicas do Morro Ferrabraz com o pôr do sol | 86 |

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

| | |
|--------|--|
| ANEEL | Agência Nacional de Energia Elétrica |
| APA | Área de Proteção Ambiental |
| ARIE | Área de Relevante Interesse Ecológico |
| CNUC | Cadastro Nacional de Unidades de Conservação |
| COMDER | Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural |
| DUC | Divisão de Unidades de Conservação |
| EA | Educação Ambiental |
| FLONA | Floresta Nacional |
| IBDF | Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| ICMBio | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade |
| MMA | Ministério do Meio Ambiente |
| PDA | Projeto Demonstrativo Alternativo |
| RDS | Reserva de Desenvolvimento Sustentável |
| REFAU | Reserva da Fauna |
| RESEX | Reserva Extrativista |
| RPPN | Reserva Particular do Patrimônio Natural |
| ROVUC | Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação |
| RS | Rio Grande do Sul |
| SEMAPE | Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Preservação Ecológica |
| SEUC | Sistema Estadual de Unidades de Conservação |
| SNUC | Sistema Nacional de Unidades de Conservação |
| TAC | Termo de Ajustamento de Conduta |
| UC | Unidade de Conservação |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |

SUMÁRIO

| | | |
|---------------|--|------------|
| 1. | INTRODUÇÃO | 13 |
| 1.1 | CAMINHOS PERCORRIDOS DURANTE A PESQUISA | 15 |
| 1.2 | CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA | 20 |
| 1.2.2.1. | Análise Documental..... | 22 |
| 1.2.2.2. | Entrevistas | 22 |
| 1.3 | PRODUTOS GERADOS..... | 23 |
| 2. | REFERENCIAL TEÓRICO | 25 |
| 2.1 | CONTEXTUALIZAÇÃO DOS MARCOS LEGAIS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) | 25 |
| 2.2 | PRODUÇÃO DE SENTIDOS E RELAÇÃO COM O LUGAR COMO ELO DE LIGAÇÃO ENTRE UC E COMUNIDADES DO ENTORNO..... | 31 |
| 2.2.1. | Produção de sentidos e lugar..... | 36 |
| 2.3 | CONFLITOS AMBIENTAIS | 38 |
| 2.3.1 | Conflitos ambientais em unidades de conservação | 42 |
| 3. | CONTEXTO SÓCIO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE SAPIRANGA | 45 |
| 4 | ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO DO MORRO FERRABRAZ EM CONSTRUÇÃO NO TEMPO E ESPAÇO | 55 |
| 5. | DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: SENTIDOS ACERCA DO LUGAR, SABERES LOCAIS E CONFLITOS AMBIENTAIS | 67 |
| 6. | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 109 |
| | REFERÊNCIAS | 113 |
| | APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE | 122 |
| | APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA..... | 125 |
| | APÊNDICE C – MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS NA ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO DO MORRO FERRABRAZ..... | 126 |
| | APÊNDICE D – GUIA DO PARTICIPANTE PARA A OFICINA DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO PARTICIPATIVO | 127 |

1. INTRODUÇÃO

A perda da diversidade biológica é um fato que vem se agravando a cada dia com maior intensidade. A extinção de espécies constitui um dos maiores problemas do século XXI, e já atinge as diversas regiões do Planeta (BENSUSAN, 2006). Devido a isso, a criação e efetivação de áreas protegidas é uma das principais estratégias para a conservação da biodiversidade.

Os municípios possuem papel importante e crescente no Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) tendo, a maioria deles no RS, assumido o licenciamento ambiental. A conservação e gestão de áreas protegidas também é uma atribuição dos municípios, tendo em vista ser o ente federativo mais próximo das populações locais e dos conflitos do dia-a-dia. Para assegurar a efetividade das Unidades de Conservação (UC) é necessário adotar medidas de planejamento. Uma das principais delas, é a elaboração de Planos de Manejo.

Para incentivar as comunidades do entorno de uma UC a participarem da gestão, é necessário promover a contato com a temática ambiental, ou seja, a produção de sentidos com relação às áreas protegidas favorece o envolvimento das comunidades na preservação e oportuniza ganhos em prol da melhoria da vida sustentável nas UC (PÁDUA, 2012).

Por outro lado, a criação de uma UC pode gerar diversos conflitos socioambientais entre as comunidades locais e órgãos gestores, em virtude dos interesses ao acesso e uso dos recursos naturais. Para minimizar os conflitos, é necessário investir em estratégias de diálogo e sensibilização aos moradores locais, a fim de estimular a participação e o convívio entre os moradores e a UC, de forma que promova o uso sustentável e a conservação da biodiversidade (BRITO, 2008; ACSELRAD, 2004).

Em 2016, o Poder Público do município de Sapiranga, Rio Grande do Sul (RS) criou uma Unidade de Conservação no Morro Ferrabraz, por meio da Lei Municipal nº 5.900/2016. A criação dessa UC, seguiu o disposto no Artigo 22 da Lei Federal nº 9.985/2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), na categoria Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) (prevista no art. 16 do SNUC), avançando na agenda de conservação daquele local, e garantir a prevalência das populações da espécie endêmica araçá-piranga (*Eugenia multcostata* Legr.), a qual, por corruptela, deu origem ao nome do município de

Sapiranga a partir de 1903. O Morro Ferrabraz se localiza na área núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, uma proposta da UNESCO para incentivar a criação de Unidades de Conservação em ecossistemas ameaçados mundialmente. Em 2017, a nova Unidade de Conservação foi cadastrada no Sistema Estadual de Unidade de Conservação (SEUC), tendo tido seu cadastro homologado em 2018. Em 2019, iniciaram-se os encaminhamentos para a elaboração do Plano de Manejo¹.

Naquele ano de 2019, foram realizadas oficinas com as comunidades locais, a fim de esclarecer a metodologia para elaboração do referido plano. Entretanto, em função da pandemia, as oficinas foram suspensas. Em março de 2021 a Secretaria de Meio Ambiente e Preservação Ecológica (SEMAPE), gestora da ARIE do Morro Ferrabraz, realizou uma Consulta Pública na qual foi ouvida a população de todo o Município para a alteração dos limites da UC (em atenção ao parágrafo 6º do art. 22 do SNUC), de forma que os limites incidissem em estradas municipais, cursos hídricos ou limites de propriedades. Após análise dos resultados da consulta pública, que contou com a participação de 99 pessoas, foi atualizada a legislação e a poligonal da ARIE do Morro Ferrabraz, através da Lei Municipal nº 6.781/2021, assim como, foram instalados marcos georreferenciados de delimitação da ARIE do Morro Ferrabraz e de sua Zona de Amortecimento. Atualmente a equipe técnica da SEMAPE, como órgão gestor, está elaborando os estudos e mapeamentos faltantes para a elaboração do Plano de Manejo. Dessa forma, a ARIE ainda não possui um plano de manejo vigente, nem um zoneamento preliminar que possa minimamente regulamentar o uso e ocupação do solo na região.

A ARIE do Morro Ferrabraz apresenta rica biodiversidade podendo ser considerada como de relevante para a proteção dos remanescentes da Mata Atlântica. O local também permite várias atividades turísticas que podem ser uma alternativa econômica para a população local, tais como: Voo Livre, Mountain Bike, trilhas, rapel, caminhadas e campings e pousadas.

Considerando o cenário atual do país, em função da Pandemia Covid-19, a pesquisa que iniciou com alguns encontros com as comunidades da UC com vistas à construção participativa do Plano de Manejo, necessitou alteração de escopo e metodologia para adequar-se à segurança sanitária daquele momento, a fim de evitar

¹ De acordo com o SNUC, “art. 27. As unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo” (BRASIL, 2000).

aglomerações e contágio. Para tanto, a pesquisa necessitou ser novamente submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa, site passando por nova avaliação e subsequente aprovação.

Diante do exposto, o objetivo geral desta pesquisa foi mapear os sentidos e saberes com relação ao lugar, produzidos pelos moradores das comunidades da UC, e a partir disso, investigar e identificar os conflitos presentes durante a implantação da gestão da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) do Morro Ferrabraz, Sapiranga (RS). Para alcançar este objetivo geral, buscou-se:

- Mapear os sentidos e saberes dos moradores e/ou diretamente afetados pela ARIE, sobre a relação com o lugar.
- Identificar os conflitos decorrentes da implantação da ARIE do Morro Ferrabraz.
- Fornecer subsídios para o processo de elaboração do plano de manejo, a fim de sugerir acordos de manejo na busca de estratégias para a implantação e gestão da UC.
- Promover a aproximação das pessoas com a ARIE, através de reflexão realizada no momento das entrevistas, e envolver a comunidade na construção do zoneamento.

Desse modo, a questão que se deseja responder com esta pesquisa é: Quais os sentidos produzidos pelos moradores locais da Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz em sua relação com o lugar e quais conflitos estão presentes na implantação da UC?

1.1 CAMINHOS PERCORRIDOS DURANTE A PESQUISA

Por ter sido realizada em meio a uma pandemia, esta pesquisa passou por várias adaptações em seu curso. Em meu projeto inicial, a pesquisa buscava analisar como o processo participativo na construção do Plano de Manejo da UC teria efeitos sobre os sentidos e saberes com relação ao lugar da Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz no município de Sapiranga. Para isso, eu acompanharia os encontros realizados com a comunidade pela Secretaria do Meio Ambiente e Preservação Ecológica do Município de Sapiranga para fins de construção do Plano de Manejo da UC, objetivando a elaboração participativa do Plano de Manejo,

seguindo a metodologia proposta atualmente pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Pensando em aprender e apropriar-me da metodologia de elaboração participativa de Plano de Manejo de Unidade de Conservação, em setembro de 2019, participei como ouvinte da Revisão do Plano de Manejo da Floresta Nacional de São Francisco de Paula (FLONA-SFP) realizada pela equipe da ICMBio. Estava fascinada pelo procedimento utilizado para a elaboração do documento de maneira participativa, e as diversas formas de pensar dos participantes envolvidos, uma vez que representavam diferentes setores e interesses.

A partir disso, como funcionária da Secretaria de Meio Ambiente e Preservação Ecológica do município de Saporanga, iniciamos a organização das oficinas para a elaboração do Plano de Manejo da ARIE do Morro Ferrabraz. Tendo em vista que, nesta unidade de conservação há sete comunidades e todas são representadas no Conselho de Desenvolvimento Rural – COMDER², iniciamos a organização com a apresentação da metodologia para a elaboração participativa aos conselheiros do COMDER no mês de Janeiro de 2020. Foi um momento em que os conselheiros, primeiramente, tiraram diversas dúvidas quanto ao que este documento iria reger. Buscou-se tornar esse processo realmente participativo, envolvendo além dos setores econômicos, os moradores da ARIE. Desde o princípio, eu então ocupava um papel múltiplo e multifacetado no campo da pesquisa: servidora pública (bióloga da Secretaria do Meio Ambiente), moradora do Morro Ferrabraz e pesquisadora. Esta multiplicidade de papéis foi desafiadora em vários momentos da pesquisa.

Por fim, foi apresentada uma programação de cinco oficinas para a construção do Plano de Manejo, com a participação de líderes das comunidades incidentes da UC, e os setores envolvidos. Diante dos diversos questionamentos dos conselheiros sobre a Unidade de Conservação e o Plano de Manejo, foi sugerido que primeiramente fossem realizadas mobilizações em todas as comunidades envolvidas, apresentando a Unidade de Conservação e a programação de construção conjunta com as mesmas.

Dessa forma, foi reajustada a programação e, em março de 2020, iniciaram-se as mobilizações nas comunidades. Buscando a efetiva participação dos moradores

² Optamos neste trabalho, por manter a grafia conforme a Lei Municipal nº 4.408/2009, que cria o COMDER em Saporanga. Ainda que em demais legislações no município, apareça com a grafia CONDER.

de cada localidade, as mobilizações foram realizadas nas sedes comunitárias, assim como o chamamento foi realizado por meio das redes sociais, grupos de whatsapp e site da prefeitura.

A primeira mobilização realizada foi na localidade de Ferrabraz, no sítio Kako de Cuia, localizada na região central da comunidade no dia 11 de março de 2020, às 19 horas. Participaram 23 moradores, além de 5 pessoas da Secretaria. Antes da apresentação da Unidade de Conservação e da programação, foram questionados os moradores “O que significa para você, o Morro Ferrabraz?”. Em grande parte, os participantes responderam ser sua moradia, seu trabalho, sua vida, no entanto, outros também relataram que gostariam que os turistas que visitassem a rampa de voo livre, também vissem o lugar assim, pois descartam resíduos pela janela do carro. E aproveitaram para solicitar melhores infraestruturas na região, pois é uma das principais localidades que busca o turismo como atividade econômica.

Figura 1 - Reunião realizada com a comunidade de Ferrabraz sobre a metodologia do Plano de Manejo da ARIE do Morro Ferrabraz.



Fonte: Arquivo da autora (2020)

Foi um momento bastante importante, pois diversos moradores não compreendiam o que era uma Unidade de Conservação e aproveitaram o momento para tirar suas dúvidas.

A segunda mobilização ocorreu no dia 12 de março de 2020 às 19 horas, na localidade no Centro Comunitário de Bela Hú, para os moradores das localidades de Bela Hú e Alto Ferrabraz. Para minha surpresa, haviam 150 participantes, número bastante alto considerando o tamanho dessas comunidades. A única lista de presença assinada pelos participantes foi elaborada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Saporanga, uma vez que os participantes não quiseram assinar a lista fornecida pela Secretaria de Meio Ambiente. Conforme relatos durante a reunião, houve divergências de informações referente ao assunto da reunião, sendo uma delas pontuada como a proibição do agrotóxico. Inicialmente, foi realizada a pergunta norteadora “O que significa para você, o Morro Ferrabraz?”. Neste momento, muitos moradores iniciaram afirmando que a localidade que moram não seria o Morro Ferrabraz. Uma única moradora respondeu que o Morro Ferrabraz seria “vida, modo de vida, sua casa, sua moradia”.

Esta reunião foi pontuada pelo tumulto, medo, falta de informação. No momento da apresentação da Unidade de Conservação, diversos moradores interrompiam a explicação, a fim de questionar a forma de criação da ARIE do Morro Ferrabraz. Tanto que um dos moradores se levantou e explicou que não haviam sido consultados no momento da criação da Unidade de Conservação, e argumentou que os agricultores não querem a ARIE. Dado esse momento, a maioria dos participantes desta reunião, levantaram batendo as palmas. A apresentação foi tumultuada, devido aos moradores questionarem o perímetro da UC, as regras de uma UC, principalmente no que diz respeito ao plantio de culturas. Por fim, diversos moradores relataram não querer a ARIE do Morro Ferrabraz, dessa forma não participariam da elaboração do Plano de Manejo.

Figura 2 - Reunião realizada com as comunidades de Bela Hú e Alto Ferrabraz, sobre a metodologia do Plano de Manejo da ARIE do Morro Ferrabraz



Fonte: Arquivo da autora (2020).

Esse episódio remete ao conflito citado por Arruda (1999) que se caracteriza pelo embate entre o Estado e a comunidade, em função da restrição com relação ao uso de recursos naturais e, mais especificamente aqui, com relação a determinadas práticas (o uso de agrotóxico, prática da silvicultura, rotação de culturas, etc.), que seriam entendidas como necessárias à sobrevivência da comunidade e da cultura local. Naquele momento inicial, a discussão dava indícios do que, posteriormente, viríamos a identificar com a presente pesquisa.

A terceira mobilização que ocorreria nas comunidades também no mês de março, precisou ser cancelada em função da Pandemia Covid 19. A partir disso, a pesquisa necessitou ser alterada para obedecer às normas de segurança e evitar aglomerações. Naquele momento, não havia perspectiva de possibilidade de retorno às atividades com as comunidades, de acordo com as orientações sanitárias. Contudo, podemos constatar que este prólogo da pesquisa já nos deixava pistas sobre o que viria em seguida.

1.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A pesquisa segue uma abordagem qualitativa, isto é, trata-se de um estudo misto, de tipo exploratório e descritivo (quanto aos objetivos), documental e participante (quanto aos procedimentos). A pesquisa participante é definida por Borda (1983, p. 43) como sendo “a metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo (autoconfiante) a partir das bases e uma relativa independência do exterior”. A pesquisa participante é um método de pesquisa caracterizado pela interação de membros investigados e pesquisadores, visando compreender o universo vivido pelas comunidades locais, numa perspectiva “interna”, do ponto de vista dos indivíduos e dos grupos acerca das situações em que vivem (BOTERF, 1999). O pesquisador está inserido em seu campo de pesquisa e dele participa.

A pesquisa foi desenvolvida na Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz e na zona de amortecimento, situada no município de Sapiranga/RS. A Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz, criada pela Lei Municipal nº 5.900/2016, é administrada pela Secretaria de Meio Ambiente e Preservação Ecológica.

1.2.1. Atores envolvidos na pesquisa

Os participantes desta pesquisa foram atores sociais ligados diretamente à UC, isto é, foram lideranças das comunidades incidentes da UC, como critério de inclusão, sendo representantes no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (COMDER) do município de Sapiranga³. O COMDER é constituído por sete microrregiões incidentes na ARIE do Morro Ferrabraz, conforme Lei Municipal nº 4.408/2009, sendo assim, a pesquisa foi realizada com onze participantes⁴. Esta lei é citada aqui em função de como estabelece as microrregiões, conhecidas popularmente pelas

³ Um dos critérios de inclusão para ser participante da pesquisa foi ser membro do COMDER. Este critério foi estabelecido para facilitar a identificação de lideranças da comunidade. Contudo, nesta pesquisa, estes participantes não atuaram como representantes do COMDER e nem tampouco das comunidades às quais pertencem. Assim, foram convidados a expor a sua opinião e percepção individual acerca dos temas abordados. Portanto, se justifica a não apresentação do Termo de Anuência Institucional (TAI) por parte do COMDER, e sim o uso do TCLE para cada um dos participantes.

⁴ Considerando que cada uma das sete localidades possui dois representantes, totalizam-se catorze participantes. Destes, onze aceitaram participar da pesquisa, dois não foram encontrados e um não aceitou participar.

comunidades, mesmo não havendo uma delimitação oficial das mesmas, como constataremos em um dos capítulos em que se apresenta a conformação do território.

Ainda que seja importante contextualizar o lugar em que cada sujeito se encontra, seu contexto e local de fala, optou-se apenas pela descrição e caracterização dos sujeitos de forma mais vaga, pois no caso desta pesquisa uma contextualização mais detalhada implicaria em eventual identificação dos participantes da pesquisa. Assim, foi possível cumprir com o procedimento ético que garante a manutenção de sua identidade em sigilo. Por isso, na apresentação e discussão dos resultados optamos por não identificar as “vozes” com as entrevistas conforme o quadro abaixo (quadro 1), para garantir o anonimato desses participantes, dessa forma, foram denominados por “Voz”.

Quadro 1: Descrição dos participantes da pesquisa

| Entrevistado | Idade | Ocupação | Localidade |
|---------------------|--------------|---|-------------------|
| Entrevistado 01 | 28 | Agricultor | Picada São Jacó |
| Entrevistado 02 | 48 | Piscicultor | Picada São Jacó |
| Entrevistado 03 | 54 | Agricultor e produtor de carvão vegetal | Picada Verão |
| Entrevistado 04 | 37 | Agricultora | Picada Verão |
| Entrevistado 05 | 43 | Agricultor | Picada Schneider |
| Entrevistado 06 | 70 | Produtora orgânica | Alto Ferrabraz |
| Entrevistado 07 | 22 | Produtora orgânica | Alto Ferrabraz |
| Entrevistado 08 | 45 | Panificadora | Bela Hú |
| Entrevistado 09 | 42 | Produtor orgânico | Bela Hú |
| Entrevistado 10 | 52 | Produtor aposentado | Ferrabraz |
| Entrevistado 11 | 60 | Aposentado | Picada dos Nabos |

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A pesquisa seguiu as disposições das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde 466/2012 e 510/2016, que tratam da regulamentação da pesquisa em Ciências Humanas e Sociais no Brasil. Nos cuidados éticos com a pesquisa utilizou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (APÊNDICE A), documento pertencente ao CAAE 39646620.3.0000.8091.

1.2.2. Coleta de dados

A coleta de dados da pesquisa foi realizada conforme as seguintes etapas: análise documental das informações publicadas sobre a ARIE do Morro Ferrabraz e entrevistas com representantes das comunidades para mapear os sentidos e conflitos existentes na UC.

1.2.2.1. *Análise Documental*

Inicialmente foi realizada uma busca e análise dos marcos legais que garantissem a participação no processo do plano de manejo da UC. Além disso, procedeu-se a uma análise documental das informações publicadas existentes sobre a ARIE do Morro Ferrabraz, bem como análise dos documentos a partir da criação da UC no acervo da Prefeitura do município.

1.2.2.2. *Entrevistas*

A entrevista representa uma técnica de coleta de dados, que a partir de um encontro entre duas pessoas, obtêm informações sobre um tema específico. A partir da entrevista, o entrevistado apresenta verbalmente a informação necessária. (MARCONI; LAKATOS, 1999), o qual possibilita a investigação acerca da produção de sentidos.

De acordo com os autores Bogdan e Biklen (1994, p. 134), destacam que “a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador, desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo”.

Para a entrevista semiestruturada, foi elaborado um roteiro de perguntas previamente elaboradas (APÊNDICE B), com o objetivo de mapear os sentidos produzidos pelos sujeitos com relação ao lugar e saberes locais, bem como identificar, a partir deles, os conflitos ambientais que envolvem a ARIE do Morro Ferrabraz. Para Triviños (1987), podemos entender por entrevista semiestruturada parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias ou hipóteses, relacionados ao objetivo da pesquisa, que à medida que recebe respostas, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses. O autor ainda afirma, que seguindo este

método da pesquisa qualitativa, “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Buscou-se a participação de lideranças comunitárias, representantes das comunidades da ARIE do Morro Ferrabraz junto ao COMDER. As entrevistas foram agendadas previamente com os participantes, com duração média de uma hora, o que dependia da disposição do entrevistado. As entrevistas foram gravadas por gravador de voz e posteriormente transcritas.

A coleta de dados foi realizada entre os meses de Janeiro e Fevereiro de 2021, com agendamento prévio nas residências dos participantes, respeitando os procedimentos de segurança (uso de máscara e distanciamento) em função da Pandemia por Covid-19.

1.2.3. Análise de dados

A análise de dados foi realizada por meio da abordagem teórico-metodológica da Produção de Sentidos, a partir dos materiais coletados durante as entrevistas com os representantes das comunidades. Após gravação e transcrição desses dados, para a sua tabulação, foram organizados em categorias de análise *a posteriori*, que emergiram do processo da pesquisa, a partir dos diálogos travados nas entrevistas e dos conteúdos abordados pelos participantes.

González Rey (2003, p. IX) argumenta:

As criações humanas são produtoras de sentido que expressam de forma singular complexos processos da realidade. Esses processos são criações humanas que integram diferentes aspectos do mundo em que o sujeito vive, aparecendo em cada sujeito ou espaço social de forma única, organizados em seu caráter subjetivo pela história de seus protagonistas.

Produção de Sentidos é a prática social, dialógica, que implica a linguagem em uso, é um fenômeno sociolinguístico - uma vez que o uso da linguagem sustenta as práticas sociais geradoras de sentido – e busca entender tanto as práticas discursivas que atravessam o cotidiano (narrativas, argumentações e conversas, por exemplo), como os repertórios utilizados nessas produções discursivas (SPINK, 2013).

1.3 PRODUTOS GERADOS

- a) Mapa dos conflitos ambientais na Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz, entregue ao órgão gestor da UC (APÊNDICE C);
- b) Guia do participante para a oficina de elaboração do Plano de Manejo Participativo, entregue ao órgão gestor da UC (APÊNDICE D);
- c) Realização de vídeo sobre a ARIE do Morro Ferrabraz divulgado em Maio de 2021 nas redes sociais da Prefeitura Municipal de Saporanga, em comemoração dos 5 anos da UC (<https://fb.watch/bKua2rfY9L/>).
- d) Artigo derivado da dissertação, submetido para publicação em periódico científico.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS MARCOS LEGAIS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)

Unidades de Conservação “são espaços territoriais de importância histórica, ecológica e paisagística, onde se busca preservar seus recursos ambientais, que representam um patrimônio biológico existente de uma região”, conforme Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2020, p.1).

Foi longo o caminho trilhado até se chegar nesta conceituação e criação de Unidades de Conservação e de áreas protegidas. O marco fundador da moderna política de UC, foi a criação do Parque Nacional de Yellowstone nos Estados Unidos, em 1872, com o objetivo de “preservar suas belas paisagens ‘virgens’ para as futuras gerações” (BENSUSAN, 2006, p.13), determinando a proibição de colonizar, ocupar ou vender a região, permitindo apenas o ser humano de visitar o parque.

Contudo, conforme Bensusan (2006, p. 12), a motivação, originalmente, de reservar determinados espaços era “a preservação de lugares sagrados e a manutenção de estoques de recursos naturais.” Há registros históricos assírios de 700 a.C. referentes à criação de reservas reais de caça, assim como na Índia, no século III a.C., bem como no Império Romano, em que se preocupavam em manter reservas florestais para construção de navios.

Corroborando com a ideia, Brito (2003), descreve outros exemplos, como a criação de um parque para leões e ursos em 1800 a.C. pelo Rei da Pérsia e o decreto de proteção total de uma floresta na Polônia em 1423.

Após a criação do Parque de Yellowstone, diversas outras áreas protegidas foram implantadas pelo mundo, dentre eles: no Canadá (1885), na Nova Zelândia (1894), Austrália, África do Sul e México (1898), Argentina (1903), no Chile (1926), no Equador (1934) e na Venezuela (1937) (MILANO, 2002; BENSUSAN, 2006).

Em 1876, o brasileiro André Rebouças propôs a criação de dois parques nacionais - o das Sete Quedas e o da Ilha do Bananal, porém, apenas em 1937, o primeiro Parque Nacional foi criado no Brasil, baseado no Código Florestal de 1934 (decreto nº 23.793, já revogado), no Rio de Janeiro, sendo denominado Parque Nacional de Itatiaia. O objetivo do parque era “incentivar a pesquisa científica e oferecer lazer às populações urbanas” (BENSUSAN, 2006, p.14).

O Código Florestal de 1934 introduziu, nos marcos legais, as Unidades de Conservação. A partir daí, muitas legislações foram decretadas e sancionadas com o intuito de organizar as UC e estabelecer objetivos de preservação, por exemplo: Código Florestal reformulado (Lei nº 4.771 de 1965), Código Florestal (Lei nº 12.651 de 2012), Código de Fauna (Lei nº 5.197 de 1967), Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), Constituição Federal (1988). Alguns anos mais tarde, mediante a urgência pela industrialização durante o regime militar no País, este impulso legal das políticas ambientais foi caracterizado pela necessidade de administrar os recursos naturais com a adoção de uma série de códigos e medidas para a conservação da natureza (FERREIRA; SALLES, 2016).

No Brasil, a conservação de espaços naturais é utilizada como uma estratégia para gerenciar e preservar os recursos ambientais. O primeiro planejamento do Sistema de Unidades de Conservação ocorreu em 1970, pelo então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, chamando-se “Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil”, com publicação oficial apenas em 1979. Em 1982, foi sancionada a segunda etapa do plano, ainda pelo IBDF, já com o nome atual Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (MMA, 2011).

Ainda em 1981, a Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei 6.938/1981, apresenta como um instrumento “a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como Áreas de Proteção Ambiental, de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) e Reservas Extrativistas (RESEX)” (BRASIL, 1981, p. 1).

Com base nessa fundamentação, após diversas revisões e atualizações das categorias de UC, cria-se a Lei 9.985/2000, concebendo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que passou a regulamentar as UC, que estabelecem categorias para as áreas de preservação e objetivos específicos de conservação para cada uma.

A Lei nº 9.985/2000, que define o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), estabelece no art. 2 que:

Unidade de conservação é um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, p.1).

Este patrimônio assegura para a população o uso sustentável dos recursos naturais, compreendendo a preservação de toda a diversidade biológica, envolvendo o sistema vivo de fauna e flora, entre espécies e ecossistemas, garantindo a sobrevivência dos seres vivos deste ambiente (BRASIL, 2000).

De acordo com o art. 7º do SNUC (2000), as UC dividem-se em dois grupos de características específicas: o grupo das Unidades de Proteção Integral e o grupo das Unidades de Uso Sustentável.

O primeiro grupo, Unidade de Proteção Integral tem objetivo básico da preservação da natureza ao máximo, sendo permitido o uso indireto dos recursos naturais, sem abranger a coleta, o consumo ou danos no mesmo. É composto pelas seguintes categorias: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; Refúgio de Vida Silvestre. Conforme o SNUC (2000), as atividades permitidas de uso indireto consistem na recreação em contato com a natureza, no turismo ecológico, entre outras.

No segundo grupo, Unidades de Uso Sustentável, o objetivo é conservar a natureza com o uso sustentável dos seus recursos naturais, fixam-se as seguintes categorias de UC: Área de Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE); Floresta Nacional (FLONA); Reserva Extrativista (RESEX); Reserva da Fauna (REFAU); Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS); Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). As atividades de coleta e uso dos recursos naturais são permitidas, desde que sejam realizadas de forma sustentável sem agredir os processos ecológicos.

A área objeto desta pesquisa, consiste numa Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), categorizada conforme o SNUC, como uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável. Segundo o SNUC (2000, p. 1), art. 16, a ARIE consiste numa “área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional”. Através da preservação dessas áreas, objetiva-se manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local, regulando o uso dessas áreas para a conservação da natureza.

Pelo motivo destacado acima, é fundamental a preservação dessas áreas, a fim de propiciar a conservação de ecossistemas, a proteção da biodiversidade e apresentar formas estratégicas que controlem os impactos ambientais. Um dos

caminhos para garantir a preservação da biodiversidade é a implementação de uma UC (PÁDUA, 2012).

A construção de um planejamento ambiental de uma UC visa garantir uma gestão sustentável dos recursos naturais presentes nas áreas protegidas, dessa forma é necessário a participação social na gestão e planejamento, refletindo em um significativo avanço na proteção do patrimônio natural e promoção do desenvolvimento sustentável para as presentes e futuras gerações.

A partir da criação de uma Unidade de Conservação, o manejo e a gestão adequada destes espaços, devem garantir a total integridade sem a perda das características e objetivos que justificaram sua criação. Para isso, o SNUC estabeleceu instrumentos de gestão ambiental, garantindo a participação da sociedade civil, a fim de preservar o meio ambiente para presente e futuras gerações, sendo alguns deles: o Plano de Manejo, os conselhos das UC, o zoneamento ambiental da UC, a visitação pública e a Educação Ambiental (EA).

Neste sentido, a gestão ambiental é fundamental para o planejamento de atividades presentes em uma UC, o manejo dos recursos sustentáveis e principalmente a conservação da biodiversidade local, gerenciando e regrido possíveis impactos que possam ocorrer. A gestão deve ser capaz de identificar os principais impactos causados pela ocupação e atividades humanas na UC, assim planejando melhoria na regulamentação e fiscalização destas áreas (CABRAL; SOUZA, 2005).

Considerando as atividades permitidas pelo SNUC, a ARIE “assegura para a população o uso sustentável dos recursos naturais, compreendendo a preservação de toda a diversidade biológica” (BRASIL, 2000, p. 1). Dessa maneira, existem instrumentos de gestão ambiental para o ordenamento territorial para as áreas protegidas, como através de leis e decretos, plano de manejo e zoneamento da UC e conselho consultivo da UC.

Conforme o Ministério do Meio Ambiente - MMA, toda UC deve ter um conselho gestor consultivo ou deliberativo, que tem como função auxiliar o chefe da UC na sua gestão, e integrá-la à população e às ações realizadas em seu entorno (BRASIL, 2020). O conselho deve ter a representação de órgãos públicos e da sociedade civil, como a população residente e do entorno, comunidade científica e organizações não-governamentais com atuação comprovada na região (MMA, 2020).

No que se refere à categoria ARIE, o Conselho Gestor deve ser o consultivo, e possui a função de acompanhar a elaboração, implementação e revisão do plano de manejo, buscar integrar a UC com as demais unidades protegidas e com seu entorno e orientar sobre questões da gestão ambiental da UC (MMA, 2020).

Visando garantir a conservação das UC, da biodiversidade das áreas protegidas, foi estabelecido pelo poder público a obrigatoriedade de se ter um documento que estabeleça restrições e ações possíveis na área, ou seja, um Plano de Manejo para a UC.

Conforme SNUC, o plano de manejo trata-se de:

[...] documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2000, p. 1).

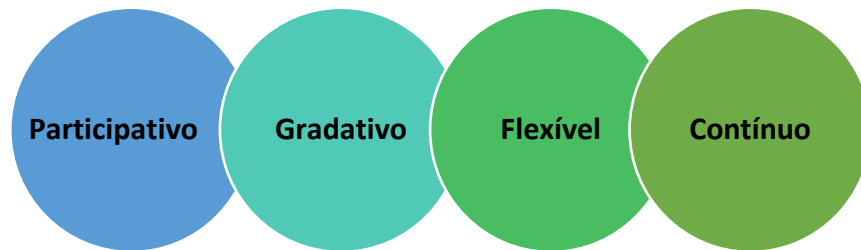
O plano de manejo deve ser elaborado em até cinco anos após a criação da UC. Este documento consiste de diversos estudos, incluindo diagnósticos do meio físico, social e biológico, além disso, estabelece as restrições, normas de uso, manejo dos recursos naturais, ações a serem desenvolvidas na UC e no seu entorno, visando garantir a manutenção dos recursos naturais e minimizar os impactos negativos sobre a UC (MMA, 2020).

O art. 27 do SNUC dispõe que as UC precisam dispor de um “Plano de Manejo”, documento técnico da UC no qual se estabelecem o zoneamento e as normas de uso da área, fundamentado nos objetivos gerais da UC.

I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
 II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
 III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
 IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
 V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
 VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
 VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
 VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
 IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
 X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
 XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
 XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
 XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (BRASIL, 2000, p. 1).

Conforme Roteiro Metodológico para elaboração do plano de manejo elaborado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, apresenta quatro elementos no plano de manejo a serem seguidos:

Figura 3 - Elementos fundamentais para a elaboração do plano de manejo de uma UC



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de IBAMA (2002).

- **Participativo**, por que prevê o envolvimento do conselho da UC, bem como a participação da sociedade no planejamento;
- **Gradativo**, pois é necessária a evolução dos conhecimentos sobre a biodiversidade local,
- **Flexível**, devido a possibilidade de agregar novos conhecimentos e eventuais correções ao plano de manejo durante implementação de qualquer das fases;
- **Contínuo**, devido à constante busca de conhecimento para manter a proposta do plano de manejo atualizada, pois engloba novas ações em cada fase.

Em 2017, o ICMBio publicou a Instrução Normativa nº 7/2017/ GABIN/ICMBIO, que estabelece diretrizes e procedimentos para a elaboração e revisão dos planos de manejos, ratificando mais uma vez, a importância da participação das comunidades locais para a gestão eficaz das UC.

Com base nestes objetivos, as UC estruturam os planos de manejo da área de conservação. O plano de manejo é definido como principal instrumento de gestão de uma UC, estabelecendo o zoneamento e normas para as diferentes áreas (ICMBio, 2018). Portanto, a presente pesquisa, através do mapeamento dos conflitos existentes

na ARIE do Morro Ferrabraz, pode contribuir para o planejamento desse instrumento de gestão que deve ser participativo.

2.2 PRODUÇÃO DE SENTIDOS E RELAÇÃO COM O LUGAR COMO ELO DE LIGAÇÃO ENTRE UC E COMUNIDADES DO ENTORNO

Os sentidos que atribuímos para o mundo ao nosso entorno, e a partir dos quais nos situamos neste mundo, são uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas, dentre as suas relações sociais constroem e lidam com situações e fenômenos a sua volta. Dar sentido ao mundo é uma força poderosa na vida em sociedade (SPINK; FREZZA, 2013).

O autor Kenneth Gergen, explica em seu artigo que a maneira com a qual as pessoas descrevem, explicam e dão conta do mundo em que vivem define a investigação socioconstrucionista. Neste contexto, Gergen afirma:

Os termos em que o mundo é conhecido são artefatos sociais, produtos de intercâmbios historicamente situados entre pessoas [...]. Nesse sentido, convida-se à investigação das bases históricas e culturais das variadas formas de construção de mundo [...]. As descrições sobre o mundo são formas de ação social. Desse modo, estão entremeadas com todas as atividades humanas (GERGEN, 1985, p. 267-268).

Conforme citado acima, as descrições sobre o mundo estão ligadas diretamente às bases históricas e culturais das pessoas e comunidades, isto é, a produção dos sentidos na vida cotidiana tende a acontecer a partir da interação entre pessoas nos ambientes em que vivem. Assim, como o autor ainda descreve, o conhecimento não é uma coisa que as pessoas possuem “dentro” de suas cabeças, mas sim algo que constroem juntas em suas interações.

Corroborando com a ideia, Spink e Medrado (2013) explicam que essa abordagem teórico-metodológica, acerca da produção de sentidos no cotidiano está embasada no Construcionismo Social. Thomas Ibáñez (1994) propõe que são necessárias várias desconstruções de modo a compreender o construcionismo. Nesta perspectiva, para entender o conhecimento, é necessário desconstruir a dicotomia entre sujeito-objeto, pois ambos são tomados pela prática social, isto é, não há objetos independentes do sujeito, assim como sujeitos não existem independentemente dos objetos que são criados. Ambos - sujeito e objeto - emergem em sua relação. Essa perspectiva, neste trabalho, impacta a percepção sobre relação entre os sujeitos /

atores sociais, o ambiente⁵ em que vivem e a paisagem. Esses três elementos só existem em relação.

O construcionismo social possibilita identificar processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam e/ou compreendem o mundo em que vivem, incluindo elas próprias. Nesse sentido, o construcionismo passa a estudar as estruturas sociais e mentais para a compreensão das ações e práticas, assim como da maneira em que as pessoas dão sentido ao mundo (SPINK, 2013).

Do mesmo modo, Spink e Medrado (2013) expõem que a produção de sentidos além de ser uma prática social e dialógica, é um fenômeno sociolinguístico, que implica a linguagem em uso e busca compreender as práticas discursivas que atravessam o cotidiano (como por exemplo conversas, argumentações) e os repertórios utilizados nestes discursos. Para essa abordagem, o uso da linguagem sustenta as práticas sociais que produzem os sentidos, recursivamente. No caso desta pesquisa, encontramos diferentes repertórios utilizados para descrever o “mesmo” território. O uso de diferentes repertórios eventualmente se associa aos próprios conflitos acerca da gestão do próprio território.

A questão da produção de sentidos se dá por meio da linguagem, quando um determinado conhecimento pode ser questionado e assim desconsiderando aquilo que era sua base, tem-se um contexto propício para novas buscas de teorias, novos conceitos, uma nova visão de mundo. Na construção desse movimento se dá a produção de sentidos, permitindo que sentidos outros possam ser atribuídos constantemente ao mundo em que vivemos (SPINK; FREZZA, 2013).

A linguagem é compreendida como prática social, que na definição de Spink, “[...] implica trabalhar a interface entre os aspectos performáticos da linguagem e as condições de produção (entendidas aqui tanto como contexto social e interacional, quanto no sentido foucaultiano de construções históricas)” (SPINK, 2013, p. 23). Assim, a linguagem está associada às maneiras pelas quais as pessoas produzem sentidos e posicionam-se em relações sociais cotidianas. Portanto, produzir sentido é o que permite lidar com situações do dia-a-dia.

A linguagem é uma prática social, pois os sentidos são construídos quando duas vozes se confrontam, isto é, a pessoa não vive isoladamente no mundo. As

⁵ “Conjunto de meios naturais ou artificializados da ecossfera onde os seres humanos se instalaram, que exploram e administram, e o conjunto dos meios não antropizados necessários à sua sobrevivência” (FLEURY; ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014, p. 35).

vozes que permeiam as práticas discursivas, sejam elas a partir de lembranças, lugares, contextos ou enunciados, orientam a produção de sentidos (SPINK, 2013). Produção de sentidos, assim, pressupõe o encontro das diferenças.

Podemos definir as práticas discursivas como linguagem em ação, ou seja, são momentos em que se faz o uso da linguagem, pelos quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações cotidianas, como ação. Portanto, “são momentos de ressignificação, de rupturas e de produção de sentidos” (SPINK, 2013, p. 26).

As práticas discursivas são constituídas pelos elementos: os enunciados, os *speech genres* e repertórios interpretativos. Na perspectiva da linguagem, o sentido está em constante interação, uma vez que os enunciados de uma pessoa são endereçados a uma outra pessoa, e esses endereçamentos interagem mutuamente. Assim como os *speech genres* ou gêneros de fala, são as formas de enunciados, que buscam coerência com o contexto e tempo, isto é, são prescrições ou regras linguísticas que orientam as práticas e discursos das pessoas no cotidiano (SPINK, 2013).

Spink traz um rol de possibilidade de produção de sentidos, a partir de repertórios linguísticos, isto é, são os conceitos, os lugares-comuns e figuras de linguagem que circulam na sociedade de diversas maneiras. Para a autora, as pessoas convivem diariamente com uma diversidade de conteúdos e usos, que são aprendidos no próprio processo de aprendizagem da linguagem, por meio de leitura de livros, e assim por diante.

Entretanto vivemos em um mundo social que tem uma história. Os repertórios linguísticos, foram constituídos em diferentes épocas históricas ou situações sociais distintas. Como destaca Spink (2013, p. 29), “trabalhar no nível da produção de sentidos implica retomar também a linha da história, de modo a entender a construção social dos conceitos que utilizamos no *métier* cotidiano de dar sentido ao mundo”.

Em busca de compreender o uso destes repertórios, Spink percebe que os mesmos possuem “inscrições na história”, ou seja, a temporalidade dos repertórios está em constante diálogo entre sentidos novos e antigos. Sendo assim, a autora distingue a perspectiva temporal em “tempo longo, tempo vivido e tempo curto”. Tempo Longo refere-se ao domínio de conteúdos que foram parte de repertórios linguísticos na sociedade em dada época, que permaneceram nas produções culturais e passíveis de reativação como possibilidade de sentidos.

Já o tempo vivido, para a autora, diz respeito ao tempo de socialização, isto é, repertórios que aprendemos a partir de nossas vidas, de relações com pessoas do entorno, memórias. Por fim, o tempo curto é o tempo de interações, portanto, é o tempo do presente, em que podemos entender o processo de produção de sentidos. Neste tempo em que os diferentes repertórios da memória do tempo longo e do tempo vivido, são presentificados (SPINK, 2010).

Assim sendo, para compreendermos o contexto do sentido, é necessário considerar as interfaces desses tempos (longo, vivido e curto), nos quais se processa a produção do sentido, assim como estão diretamente associadas às construções linguísticas, que permeiam todos os tempos históricos e orientam as práticas discursivas das pessoas (SPINK, 2013).

Carvalho (2010, p. 1) descreve o “sujeito sempre situado num tempo histórico e num espaço social, cuja identidade está em permanente autoconstrução e negociação com o mundo”. Assim, não trata da vida interior das pessoas, mas sim, o sujeito inserido desde sempre no mundo, constituído por acontecimentos sociais, biológicos, culturais, históricos, psíquicos, individuais e coletivos. Isso tudo acontece enquanto o sujeito está imerso no mundo, através de um engajamento contínuo com o ambiente (CARVALHO, 2014).

Para Spink e Medrado (2013, p. 36), “a pessoa, no jogo das relações sociais, está inserida num constante processo de negociação, desenvolvendo trocas simbólicas, num espaço de intersubjetividade ou, mais precisamente, de interpessoalidade”. Assim, a produção de sentidos é simultaneamente uma produção discursiva de pessoas em interação. Na prática discursiva, é necessário entender as histórias por meio das quais produzimos sentidos e conseqüentemente o processo de socialização que possibilita a construção narrativa conforme eixos comuns.

Segundo o autor González Rey (2003), reconhecer um sujeito é reconhecer sua capacidade pensante e reflexiva. O sujeito é reconhecido pela capacidade geradora de sentidos por meio do pensamento, desenvolver sujeitos críticos, que exercitam a sua capacidade de reflexão para gerar novos sentidos, que contribuem para modificações neles e nos espaços sociais onde atuam. A reflexividade é uma característica do indivíduo, comprometida com a produção de sentidos em todas as esferas de sua vida. É a reflexividade que mobiliza a consciência de si e engaja o indivíduo em uma reorganização crítica de seu conhecimento, ou mesmo na interrogação dos seus pontos de vista fundamentais. Essa situação pode levar o

sujeito a reassumir posições e a definir constantemente novas posições dentro dos contextos sociais em que se desenvolve.

Para a autora Isabel Carvalho (2010), quando reconhecemos o ambiente em que estamos inseridos, adquirimos a capacidade de instituir processos de identificação, crenças e valores éticos, estéticos e morais, deste modo instauramos um horizonte imaginativo. Essa imaginação atravessa a vida social, redefinindo o lugar que habitamos e as nossas relações com outros organismos e objetos que formam o mesmo mundo que habitamos. Nesta mesma lógica, a produção de sentidos constitui-se em retomar a linha da história, de modo a compreender essa imaginação, essa construção social dos conceitos utilizados para dar sentido ao mundo.

A prática discursiva, segundo Spink (2013), sustenta e possibilita o desenvolvimento da produção de sentidos:

Propor que a produção de sentidos é uma força poderosa e inevitável da vida da sociedade e buscar entender como se dá sentido aos eventos do cotidiano fez novos horizontes se abrirem e novas perspectivas pudessem ser consideradas. Quando a questão do sentido não pode mais ser respondida somente no âmbito da língua, da sintaxe e da semântica; quando a produção do conhecimento começa a ser questionada por desconsiderar, justamente, aquilo que é sua base, o senso comum; quando a Psicologia Social começa a fazer sua própria crítica quanto ao que produz e quanto à despolitização daí resultante, tem-se, então a configuração de um contexto propício para novas buscas: conceitos, métodos, epistemologia, teoria, visão de mundo (SPINK, 2013, p. 21).

Esta pesquisa se enquadra no contexto dessas novas buscas, no momento em que procura dar voz à população, à comunidade que vive dentro de uma Unidade de Conservação - a ARIE do Morro Ferrabraz. Esse movimento se dá no sentido de incluir essa comunidade e valorizar o conhecimento produzido em suas práticas cotidianas (produção de sentidos) na construção da sua relação com o lugar e, conseqüentemente, de um planejamento sustentável para a área. Compreendemos que somente quando todos os saberes envolvidos - saberes acadêmicos, saberes técnicos, saberes da população, saberes tradicionais - são incluídos e valorizados, é possível construir um manejo efetivamente sustentável para uma UC. Com esse posicionamento, sublinhamos o papel essencial da construção participativa dos instrumentos de gestão relacionados ao planejamento e manejo de um território. Os sentidos ora analisados se referem, basicamente, à relação desses habitantes com o “lugar” que habitam, e emergem dessa relação.

2.2.1. Produção de sentidos e lugar

Conforme as autoras Sylvia Cavalcante e Lana Nóbrega (2011):

Lugar é um espaço que identificamos: é onde moramos, trabalhamos, nos divertimos, vivemos. É um espaço no qual estabelecemos parada. Seus limites são definidos. Ele pode ser reconhecido: é referência. É um espaço ao qual se atribui significado e que ganha valor pela vivência e pelos sentimentos. Lugar é o espaço com o qual se estabelece relação (CAVALCANTE; NÓBREGA, 2011, p. 182).

A relação entre um espaço com a pessoa, é que lhe permite ser reconhecido como lugar, principalmente pelo valor atribuído à vivência relacionados a ele. Para o autor Yi-Fu Tuan, a discussão entre espaço e lugar indicam a perspectiva das experiências:

O espaço é mais abstrato do que o lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. As ideias de espaço e lugar não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplitude, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa. Além disso, se pensamos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa, cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar (TUAN, 1983, p. 06).

Milton Santos (2002, p. 12), através de sua obra “A Natureza do Espaço”, contribui com o conceito de espaço, como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Na geografia humanista, o lugar passa a ser o conceito chave sobre essa discussão. Tuan (pág. 04, 1983), acrescenta que “os lugares são centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação”. O lugar, para Tuan (1983, p. 14), “é um mundo de significado organizado”.

Nessa acepção, Ferreira (2000), descreve que o lugar seria um centro de sentidos imprescindíveis para a formação de nossa identidade como indivíduos e como membros de uma comunidade, relacionando ao “conceito de lar (home place)”. Da mesma forma, Tuan (1983) aponta que cada pessoa experimenta o mundo a sua volta de maneira única, usando sua percepção como guia para suas ações.

Essa relação e suas experiências com o espaço, que permitem a criação do lugar. A criação de um lugar, segundo Tuan (1983), é uma relação de troca entre o ambiente e a pessoa, na interação, vivências, experiências de cheiros, sons, apego e sentidos atribuídos.

Sob essa perspectiva, Ittelson (1978), ressalta que o modo das pessoas vivenciarem o lugar, com a contribuição tanto com as características físicas deste ambiente como aspectos psicossociais, socioculturais (sentidos) e históricos, está relacionada com a percepção ambiental. O sentir do lugar é decisivo, uma vez que depende da impressão causada pela relação ambiente com a pessoa e o tipo de vínculo gerado (TUAN, 1983).

Ana Fani Carlos descreve que a concepção de lugar articula o cotidiano em uma teia de relações, experiências, afeto e vivências de cada pessoa produtora de sentidos. Em seu livro, intitulado “O lugar no/do mundo”, todo dedicado à categoria, define lugar como:

Produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. (CARLOS, 2007, p. 22).

Para Tuan, a conversão de um espaço em lugar não depende apenas do tempo, mas da impressão causada pela relação ou experiência da pessoa com o espaço e do vínculo gerado. Dessa maneira, Speller (2005), descreve que ao pensar sobre a relação ou vínculo, os lugares vivenciados são aproximados à pessoa, uma vez que todo o sentido desperta um lugar. Isso porque somos seres vivos situados e é necessário um espaço ou lugar para experimentar nossa existência, o que gera diferentes relações entre pessoa e ambiente.

Conforme Cavalcante e Mourão (2011, p. 212), “a função primária do lugar é a de gerar um senso de pertencimento e de conexão”. Esta definição se assemelha a outras enunciadas por Tuan (1983), as relações, vínculos e experiências com o entorno são igualmente importantes na formação de lugares, enquanto lugar é relacionado com segurança, o espaço está relacionado com liberdade.

Corroborando com as ideias destacadas acima, Milton Santos (1997), destaca que o lugar propicia uma noção de continuidade e de tempo, simultaneamente, une vivências e expõe possibilidades. “Cada lugar é, à sua maneira, o mundo” (1997, pág. 252).

Por sua vez, Tuan enfatiza em sua obra, que o lugar é constituído a partir da experiência que temos do mundo. Isto é, o lugar é definido através das práticas cotidianas, de onde emergem os sentidos, que damos ao mundo.

[...] o lugar é uma unidade entre outras unidades ligadas pela rede de circulação; [...] o lugar, no entanto, tem mais substância do que nos sugere a

palavra localização: ele é uma entidade única, um conjunto 'especial', que tem história e significado. O lugar encarna as experiências e aspirações das pessoas. O lugar não é só um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado (TUAN, 1979, p. 387).

A partir destas definições, a percepção das pessoas com relação ao entorno, principalmente no que diz respeito às Unidades de Conservação, é fundamental para que possam compreender as inter-relações entre o ser humano e o ambiente, suas satisfações e seus anseios, suas expectativas, julgamentos e conduta (FERNANDES et al., 2004).

Conhecer como as pessoas percebem, vivenciam e valoram o ambiente em que se acham inseridas ou que almejam é uma informação crucial para que os gestores de políticas públicas e de áreas afins possam planejar e atender as demandas sociais (KUHNEN, HIGUCHI, 2011, p. 253).

Da mesma forma, Tuan (1979, p. 421) destaca “Todos os lugares são pequenos mundos”, à medida que as pessoas se relacionam, experimentam, passam a possuir um vínculo com o ambiente e o mesmo transforma-se em lugar. Assim como todos os lugares em que as pessoas já habitaram, isto é, seus pequenos mundos, permanecem ligados pelos sentidos que neles experimentaram.

Dessa forma, ressalta-se então, a importância de uma Unidade de Conservação, em seu processo de criação e manejo, levar em conta as relações, experiências, afetos e vivências que compõem aquele lugar e dão vida a cada Unidade específica.

2.3 CONFLITOS AMBIENTAIS

A inclusão da comunidade local na gestão de uma Unidade de Conservação é um modo de conciliar a conservação ambiental e a qualidade de vida, sendo possível auxiliar na busca de conhecimentos novos e transformação do lugar. Se por um lado, a implementação de uma Unidade de Conservação promove a conservação da biodiversidade local, por outro, as populações locais ou locais nem sempre se adequam às UC, gerando conflitos de interesses com relação à UC. Os conflitos estão presentes em nossa vida cotidiana e podem ser encontrados em todas as esferas da vida e nas relações humanas.

Os conflitos fazem parte da história da humanidade e são estudados desde as escolas de pensamento na Grécia Antiga (VARGAS, 2007). Os conflitos também eram

estudados pelos estrategistas de guerras, como teorias de ataque e defesa. A partir da criação e adaptação de espaços de negociação, os conflitos eram resolvidos pela própria sociedade (NASCIMENTO, 2001). Para o referido autor, “todo conflito tem um conjunto de elementos que o caracterizam e regem sua evolução e intensidade. Os principais são: natureza, atores sociais diversos, campo específico, objeto em disputa, [...]” (NASCIMENTO, 2001, p. 94). Nesse contexto, um conflito pode ser de natureza política, ambiental, social, cultural, de gênero, etc.

Para Little (2003), cabe destacar que quando se trata de conflito ambiental, os fatores sociais não podem ser indissociáveis do meio ambiente, tendo em vista que para compreender a dinâmica do conflito ambiental é necessário analisar a interação social e ambiental. Layrargues (2000, p. 16) reforça esta visão, “o conceito de conflito socioambiental é de fundamental importância, pois permite entender o problema ambiental não apenas pela sua face ecológica, mas também pelo critério do conflito de interesse existente entre os diversos atores sociais em questão”.

Diante deste contexto, não é possível dicotomizar sociedade de meio ambiente, isto é, separar seres humanos de meio ambiente e das maneiras de preservação, levando em consideração que as atividades econômicas afetam tanto o modo de vida das pessoas, assim como a fauna e a flora (ACSELRAD, 1997). Nesse sentido, o conceito de meio ambiente, conforme Reigota (1994), considera as relações entre a sociedade e a natureza:

Meio ambiente é um lugar determinado e/ou percebido onde estão em relações dinâmicas e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformação da natureza e da sociedade (REIGOTA, 1994, p. 21).

As relações conflituosas relacionadas à implementação e gestão de UC, são de natureza ambiental e social, uma vez que envolvem a restrição de atividades econômicas de populações e uma discussão sobre os direitos desses grupos continuarem suas atividades na UC, podendo envolver conflitos materiais e simbólicos (LITTLE, 2001). Portanto, considerando as argumentações expostas, esta pesquisa considera os conflitos ambientais e os conflitos socioambientais, conflitos da mesma natureza.

A discussão sobre os conflitos ambientais surgiu a partir da preocupação com a justiça ambiental nos Estados Unidos, nos anos 1980 e foi trazida ao Brasil em meados de 2000, por Henri Acselrad (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Assim, de acordo com Acselrad (2004), conflitos ambientais envolvem grupos sociais com diferenciadas formas de apropriação, uso e significação do território, e surgem quando um dos grupos tem a continuidade desses modos de vida ameaçados por impactos indesejáveis de outros grupos.

Segundo o autor, o conflito ambiental pode ser desencadeado por uma “disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas” (ACSELRAD, 2004, p. 26). Assim como, podem expressar formas de tensão no processo de reprodução dos modelos de desenvolvimento, envolvendo populações tradicionais, recursos naturais, entre outros. Zhouri e Laschefski (2010, p. 17) descrevem que “os conflitos ambientais surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material”.

Little (2001, p. 107), define o conceito de conflitos socioambientais⁶ como uma disputa entre grupos sociais derivadas das várias maneiras de relação que os mesmos mantêm com o meio natural, que engloba três dimensões básicas: “o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais, e o relacionamento biodinâmico e interdependente entre esses dois mundos”.

Este autor classifica os conflitos em três categorias: conflitos em torno do controle de recursos naturais; conflitos em torno dos impactos sociais e ambientais e; conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais (LITTLE, 2001). O primeiro tipo de conflito geralmente é relacionado sobre os territórios que contêm os recursos naturais e, portanto, os grupos sociais reivindicam essas terras como seu território de moradia e vivência. Sendo assim, os conflitos sobre os recursos naturais têm dimensões políticas (disputa sobre a distribuição dos recursos), sociais (disputa sobre o acesso aos recursos) e jurídicas (disputa sobre o controle formal dos recursos). Já o segundo tipo de conflito, relacionam-se com os impactos da ação humana sobre a natureza. Geralmente os grupos sociais que interferem na natureza, além de receber os benefícios diretos, não sofrem com os impactos negativos, porém os grupos sociais que não recebem nenhum tipo de benefício, sofrem diretamente com os efeitos negativos dos mesmos. “Estes impactos provocam conflitos tanto pelas ameaças à saúde dos afetados, quanto pela injustiça da ação” (LITTLE, 2001, p. 111). Dessa forma, é possível verificar três impactos negativos que são a contaminação do meio

⁶ Alguns autores (obras mais antigas) utilizam o termo conflitos socioambientais.

ambiente, o esgotamento dos recursos naturais e a degradação dos ecossistemas. E o terceiro tipo de conflito, surge em função dos conhecimentos ambientais específicos que cada grupo possui para se adaptar e se desenvolver ao ambiente, que se pode dividir em três categorias: conflitos entre grupos sociais ao redor da percepção de risco, conflitos envolvendo o controle formal dos conhecimentos ambientais e conflitos em torno dos lugares sagrados (LITTLE, 2001).

Nessa mesma linha, Zhouri e Laschefski (2010), propõem a identificação de três modalidades de conflitos ambientais: os distributivos, os espaciais e os territoriais. Neste contexto, os conflitos ambientais distributivos são aqueles provenientes das desigualdades em torno do acesso e utilização dos recursos naturais. Os conflitos ambientais espaciais, são aqueles em que a atividade econômica situada em um determinado local, prejudica outro grupo social em outro local, em decorrência dos efeitos e impactos ambientais derivados daquela atividade econômica. E por fim, os conflitos ambientais territoriais, são provocados quando há sobreposição de diferentes modos de ver o mundo e interesses de grupos sociais distintos, para um mesmo espaço territorial (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Ainda conforme os autores, nos conflitos ambientais territoriais, “os grupos envolvidos apresentam modos distintos de produção dos seus territórios, o que se reflete nas variadas formas de apropriação daquilo que chamamos de natureza naqueles recortes espaciais” (ZHOURI E LASCHEFSKI, 2010, p. 01). Dessa forma, a temática dos conflitos ambientais e do ordenamento territorial principalmente das Unidades de Conservação, criam uma rede de relações e tensões nos espaços protegidos.

Esse cenário é destacado por Milton Santos, de que a forma como é utilizado, torna o território um objeto de análise social, associando-se com o sentido de pertencimento ao local. Conforme Santos (1996), as relações que são estabelecidas com o território, chama-se de territorialidade.

Nessa perspectiva, os conflitos ambientais territoriais refletem na territorialidade do grupo afetado, e quando a resolução destes conflitos, é a desterritorialização, isto é, a remoção desses grupos significa também, a perda da base material e simbólica dos seus modos de socialização, da memória e identidade de lugar (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Portanto, cada conflito apresenta sua peculiaridade, seu ambiente natural, seu contexto ambiental, geográfico e histórico, assim como cada ator envolvido possui seu

próprio modo de vida, de adaptação e formas de pensar que em contato com outras formas de outros grupos, podem desencadear algum conflito. De modo geral, os conflitos ambientais envolvem disputas e tensões entre diferentes atores sociais pela apropriação, acesso e utilização do patrimônio natural.

2.3.1 Conflitos ambientais em unidades de conservação

Embora a criação ou gestão de uma Unidade de Conservação seja regrada em legislações específicas, como por exemplo o SNUC – Lei nº 9.985/2000, percebe-se ainda o surgimento de conflitos vinculados à implementação de espaços protegidos, o uso dos recursos naturais e regramentos quanto ao território. Vários fatores interferem e propiciam o surgimento de conflitos socioambientais em espaços protegidos, sendo eles normalmente relacionados com a maneira em que é realizada a implantação e gestão das UC, principalmente, quando há ocupação humana nessas áreas.

Diante disso, o surgimento das unidades de conservação se comporta como catalisador e fortalecedor de impactos nos núcleos receptores, que por sua vez, podem desencadear conflitos entre diferentes grupos desta mesma área (SILVA, 2011). Para Santos (2008):

Ao longo da história é possível observar que a delimitação das áreas especialmente protegidas envolve doses de conflitos variáveis em sua intensidade, mas regulares no tempo. Isso porque além de envolver interesses comerciais, industriais e até a soberania nacional, as populações que estabeleceram, em alguma medida, vínculo com tais espaços, reivindicam direitos de uso e apropriação sociais dos bens ambientais nelas contidos (SANTOS, 2008, p. 58).

Em razão disso, é possível perceber que apenas a criação de uma UC não é suficiente para garantir a conservação da biodiversidade de uma área protegida. Para Arruda (1999), as UC estão sujeitas a um regime de proteção específica, o qual tanto o território como a modalidade de proteção são definidas pelo Estado, de forma autoritária.

Entretanto cabe destacar que, a participação das populações na gestão das UC é prevista em lei, isto é, a participação deve ocorrer antes mesmo do ato de criação da unidade, através de consulta pública de ampla participação, demonstrando de forma clara a localização e categorias de UC a serem adotadas (BRASIL, 2004). Sucessivamente, as UC devem elaborar o seu Plano de Manejo, principal ferramenta

para nortear como a UC deve ser implementada para atingir os objetivos da mesma, assegurando “a participação efetiva das comunidades tradicionais e grupos sociais relacionados à UC, valorizando o conhecimento tradicional e local e harmonizando interesses socioculturais e conservação da natureza” (ICMBio, 2018, p. 17).

No entanto, segundo Arruda (1999), ao discutir a relação entre UCs e comunidades tradicionais, muitas vezes as comunidades que vivem no interior das UC não têm participado das decisões. “Mais que isso, as decisões costumam ser mantidas em sigilo até sua transformação em lei, justamente para evitar movimentações sociais que possam criar embaraços para os planejadores oficiais” (ARRUDA, 1999, p. 83). Contudo, isso tende a agravar o conflito entre a população local e o Estado com relação à Unidade de Conservação, uma vez que as comunidades locais não são consultadas sobre as decisões dessas áreas protegidas. Esta realidade, de certo modo, se aplica ao contexto aqui estudado, no sentido das controvérsias presentes no momento da criação da ARIE e da falta de informação da comunidade local em relação a esse processo, que faz parte, ainda hoje, dos conflitos que se apresentam.

Além disso, vários outros fatores podem impulsionar relações conflitantes dentro dos limites de uma UC entre comunidade local, gestão da UC e iniciativas públicas e privadas, como por exemplo: atividades econômicas, falta de recursos financeiros para a gestão e até mesmo políticas públicas flexíveis aos interesses privados. Esses conflitos são capazes de catalisar problemas ambientais em ambientes que deveriam ser protegidos. Os problemas ambientais ocorrem quando as ações antrópicas provocam danos ambientais ao meio ambiente (SILVA, 2011). Dessa forma, “diferente dos problemas ambientais, os conflitos ambientais são marcados por contestações, embates, lutas e choques de interesse, que podem ganhar força e precisam ser resolvidos através de um órgão mediador [...]” (SILVA, 2011, p. 53).

Promover a participação das populações que vivem no interior das UC nos processos de gestão e manejo das áreas protegidas, significa reconhecer os conhecimentos tradicionais, a identidade e os direitos dessas comunidades e valorizar seu modo de vida e uso dos recursos naturais (ARRUDA, 1999). No caso da ARIE do Morro Ferrabraz, apesar de não serem propriamente comunidades tradicionais, considera-se de extrema relevância a garantia da continuidade da cultura local, expressa em suas práticas de trabalho e modos de vida.

Os espaços naturais possuem significativa representação simbólica para as comunidades tradicionais, pois não se trata apenas do meio de subsistência, mas sim, o ambiente possui diferentes representações para cada grupo social, pois estão conectados com os processos sociais, culturais e históricos - são lugares. Essas comunidades acreditam que a maneira de apropriação e uso dos recursos naturais é um fator fundamental, visto que a continuidade do uso desses recursos depende da própria natureza. (ACSELRAD, 2004).

Portanto, quando os moradores percebem a perda da qualidade de vida em função do aumento das atividades industriais e da degradação ambiental, os conflitos ambientais tornam-se evidentes (ACSELRAD, 1992). De modo geral, a criação de uma Unidade de Conservação desencadeia diversos conflitos ambientais, devido à existência de grupos com diferentes interesses.

Apesar de, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ser direito de todos o meio ambiente ecologicamente equilibrado, os interesses específicos de determinados atores sociais não permitem a mesma forma de apropriação dos recursos naturais, favorecendo assim o surgimento dos conflitos ambientais. Deste modo, a inclusão da população na gestão de uma Unidade de Conservação é uma maneira de conciliar a conservação da natureza e a qualidade de vida dos moradores. Assim seria possível buscar alternativas de solução para os conflitos e os diferentes interesses, com o objetivo de alcançar a conservação da natureza.

3. CONTEXTO SÓCIO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE SAPIRANGA

Peço licença aos historiadores, para escrever sobre o contexto deste território. Essa pesquisa não esgota as informações históricas produzidas, tampouco parte do campo de conhecimento da História. Assim, objetiva-se com esta seção dar ao leitor um contexto mínimo para entendimento de como esse território foi se estabelecendo, inclusive, e principalmente, a partir das narrativas, memórias e histórias presentes no território por meio de seus moradores, livretos, panfletos, documentos escritos. Assim essa história constitui-se mosaico, menos preocupada com um compromisso metodológico de comprovar “fatos” e mais dedicada à compreensão dos sentidos circulantes, eventualmente em disputa, nesse território.

A Unidade de Conservação em discussão se encontra no município gaúcho de Sapiranga. O termo Sapiranga tem origem indígena, conforme Magalhães (2005), ESSÁ – pyranga: termo que significa olhos vermelhos; YSSÁ – pyranga: significando formiga vermelha; ARAÇA – pyranga: significando a fruta araçá vermelha (fruto alaranjado forte e de tronco com madeira vermelha). O relato mais aceito foi descrito na obra de Lúcio Fleck (2001) *Sereis minhas testemunhas*, onde consta que a origem do nome está associada à fruta araçá-pyranga.

Sapiranga, até meados de 1955, pertencia ao município de São Leopoldo, como um distrito, tendo então sua emancipação política em 28 de fevereiro de 1955 (SOUZA, 2016). Inicialmente, a área correspondente à Sapiranga era ocupada por comunidades indígenas Kaingang e Guarani, que viviam próximas aos arroios e à encosta do morro.

Conforme Gevehr (2014, p. 2), o Morro Ferrabraz sugeria da palavra “*Fier-à-bras*, que mais lembrava a imagem distante do gigante sarraceno que aparecia nas canções de gesta da Europa Medieval”, no século XVIII, quando os tropeiros de gado passavam por ali.

No século XIX, conforme registros de Sesmarias (1816), a região conhecida na época como Padre Eterno, pertencia ao distrito de freguesia da Aldeia dos Anjos. O primeiro proprietário foi Innocencio Alvez Pedroso, que vendeu a João Ferreira da Silva que, por sua vez, vendeu a Manoel José Leão (FLECK, 1994).

Já no período de 1824 a 1826, os primeiros imigrantes alemães chegaram em São Leopoldo, recebendo lotes de terras, dando início à colonização alemã, conhecida como Vale dos Sinos. Conforme Magalhães (2005, p. 35), “A fazenda do Padre Eterno

foi arrematada em praça pública por João Pedro Schmidt, um comerciante de Hamburgerberg, em julho de 1842”, após processo de inventário e pagamento de dívidas de Leão.

Segundo Fleck (1994, p. 39), a Fazenda Padre Eterno, por ser uma porção de áreas muito grande, foi vendida em partes. Duas imobiliárias adquiriram porções de terras, sendo elas a Imobiliárias Schmidt & Krämer e a Imobiliária Blauth & Matte, que adquiriu e loteou o “Sommerschneiss”, atual “Picada Verão”.

Em maio de 1845, para dar início ao loteamento da Fazenda Padre Eterno, Schmidt se associou a João Krämer⁷, seu vizinho, formando a Sociedade Schmidt e Krämer, com a abertura de picadas particulares chamadas Picadas do Padre Eterno do Campo, Picada das Quatro Colônias, Picada do Ferrabraz, Picada da Serra Ferrabraz e Picada da Bica. As áreas foram loteadas para colonos, que se organizaram em pequenas propriedades (chamadas de prazos coloniais), com a prática de policultura, usando a mão de obra familiar (MAGALHÃES, 2005).

A colonização transformou a região da Fazenda Padre Eterno. Logo, os colonos começaram a se deslocar para áreas ainda não ocupadas com pequenas propriedades. Esses loteamentos traçaram contornos dos lugares como: a Picada do Ferrabraz, que formará a cidade de Saporanga, Picada da Serra Ferrabraz, Picada São Jacó, Picada da Bica e Arroio da Bica. A denominação do município de Saporanga originou-se das medições judiciais de terra (MAGALHÃES, 2005).

Os imigrantes na grande maioria, vindos do Hunsrück (região no sudoeste da Alemanha), que se instalaram na região dedicaram-se às atividades agrícolas de subsistência, bem como ao artesanato, ferraria, marcenaria, carpintaria, selaria e tamancaria, trabalhos trazidos da região de origem, assim suprimindo suas necessidades (SAPIRANGA, 2020).

Neste período que a Fazenda Padre Eterno foi loteada, a Resolução de 1822, extinguiu qualquer possibilidade de concessão de sesmarias. Dessa forma, não havendo reordenamento da legislação fundiária, a posse desordenada de terras se intensificou. As confusões eram muitas: pleitos judiciais, disputas entre colonos, posseiros e proprietários lindantes, assim como invasões de terras para depois requerer a concessão. Conforme a historiadora Dóris Magalhães, “o colono que

⁷ No texto será utilizado “Krämer”, conforme o livro intitulado “História de Saporanga”, do historiador Fleck (1994). A historiadora Magalhães (2005), em seu livro “Saporanga, 50 anos de Município. Mais de 200 de História”, escreve “Kraemer”.

vivenciou toda essa problemática de terra, desenvolveu um espírito de desconfiança” (MAGALHÃES, 2005, p. 68).

A historiadora ainda relata que o clima psicológico da região colonial era muito instável: os problemas de terras decididos na justiça, a insegurança, o medo e a desconfiança, deixaram marcas profundas. A assistência religiosa era bastante precária na região, apesar de haver pastores, as áreas ocupadas pelos colonos eram diversas, não havia o atendimento religioso. Dessa forma, os colonos desassistidos buscaram uma solução para o problema: escolheram entre eles quem possuísse melhor espiritualidade, seria o pastor (MAGALHÃES, 2005).

Conforme Magalhães (2005) “Entre os colonos, o grupo do Ferrabraz se destaca porque se diziam liderados por uma mulher que se encarregava dos ofícios religiosos”. Ainda, através de especulações, a mulher chamada Jacobina Mentz Maurese, dava atendimento religioso para os colonos e ainda conseguia fazer milagres e previsões com leituras da bíblia.

3.1. O MOVIMENTO MUCKER - SOBRE AS HISTÓRIAS DO LUGAR

Um dos episódios mais marcantes da história de Sapiiranga é o movimento Mucker. Este movimento iniciou em 1868 e oficialmente terminou em 1874, na região da chamada, na época, Fazenda Padre Eterno.

A vida no campo era bastante difícil, a questão da saúde era uma grande preocupação dos colonos, uma vez que médico só havia em São Leopoldo e adoecer representava um gasto para a famílias. As doenças mais comuns eram gripes, infecções, problemas com ferimentos e doenças infantis (MAGALHÃES, 2005).

Na região do Ferrabraz, morava João Jorge Maurer, casado com Jacobina. Recém casados chegaram em 1865. Maurer conheceu um colono chamado Buchhorn, morador de Campo Bom, com quem aprendeu técnicas de curar utilizando plantas medicinais. Em sua nova moradia, Maurer passou a aplicar o que havia aprendido com a comunidade com problemas de saúde, de uma forma natural. Era uma alternativa barata e disponível que não representava novas preocupações ou gastos aos colonos (MAGALHÃES, 2005). Conforme a autora, “Aos nossos olhos, esse episódio corresponderia ao tratamento de homeopatia, da fisioterapia ou até mesmo dos chazinhos e compressas da vó, que resolviam nossos problemas domésticos” (MAGALHÃES, 2005, p. 78).

Conforme Lucio Fleck (1994), Jacobina por sua vez, auxiliava o marido no atendimento dos doentes. Como era muito devota, nos intervalos, lia trechos da bíblia aos pacientes. Interpretava a bíblia de sua maneira, passou a realizar meditações que logo, transformaram-se em cultos religiosos.

No entanto, a comunidade Católica e Evangélica, quando notaram a ameaça, procuravam esclarecer a população. Aos domingos nos cultos, o Pastor Friedech Wilhelm Boeber procurava trazer os colonos do Ferrabraz de volta à igreja e encaminhar as crianças à escola. No entanto, o grupo do Ferrabraz foi contrário, retiraram seus filhos da escola e pararam de frequentar a igreja. Com isso, Boeber, afirma que os acontecimentos do Ferrabraz eram coisas do demônio, eram 'Mucker', assim como todos os frequentadores da casa de Jacobina são seus seguidores e, portanto, Mucker" (MAGALHÃES, 2005, p. 82). Conforme a historiadora Magalhães (2005), "o termo Mucker significa curandeiros, o que no século XIX era uma acusação gravíssima, capaz de gerar reações violentas por parte da comunidade".

Em 1873, os moradores do Padre Eterno com apoio do pastor Boeber, entregaram um abaixo-assinado à Delegacia de Polícia de São Leopoldo, relatando atividades da seita e manifestando sua preocupação. Esta denúncia, ocasionou a prisão do casal, porém tempo depois, o processo foi encerrado com assinatura de um termo com o compromisso de cessar as reuniões religiosas.

Conforme Fleck (1994), enquanto isso, os Mucker continuavam tranquilos nos seus afazeres e com as reuniões. Mas as acusações continuavam, inclusive de que os Mucker estariam reunindo armas e munições para um conflito, acusações de assassinato de um jovem morto em São Leopoldo, os quais as investigações culminaram em resultado negativo.

Em 1874, em São Leopoldo morava Martinho Cassel e sua família, que inicialmente assistiu algumas reuniões de Jacobina, e após seu desinteresse, propagou contra os Mucker, e conseqüentemente, aumentou a ira na colônia. Com isso, os Mucker uniram-se para incendiar a residência da Família Cassel. Este acontecimento, revoltou a todos da comunidade. Alguns dias após, os Mucker incendiaram mais quatro centros comerciais, causando a morte de nove pessoas entre crianças e adultos (FLECK, 1994).

O governo, então, enviou uma força militar com auxílio de dois canhões, comandados pelo Coronel Genuíno Olympio Sampaio. Após vários ataques, um deles, incendiando a residência de Maurer, Jacobina e seus adeptos fugiram para a mata na

subida do Morro Ferrabraz. Finalmente em agosto de 1874, travaram o combate final, Jacobina e seus seguidores foram mortos. (FLECK, 1994).

O trecho do hino do município, descreve Jacobina como “guerreira sagaz”, tornando-se lenda na cidade.

[...] O morro é o Ferrabraz, que já foi
O cenário dos Mucker, outrora;
Por Jacobina, a guerreira sagaz
Que virou lenda na Cidade das Rosas [...]
(HINO DE SAPIRANGA)

Conforme conta a historiadora, “o revide dos Mucker ocorreu em um momento em que o grupo não encontrou mais alternativas legais para solucionar os problemas e defender seu direito de viver de forma alternativa ao progresso que a colônia vivia [...], levou ao massacre” (MAGALHÃES, 2005, p. 90). A autora complementa, Jacobina não era nenhuma heroína, era apenas uma mulher corajosa na comunidade em busca da sobrevivência de sua família, e os Mucker, eram pessoas comuns, que viviam da agricultura, à procura de viver da sua forma.

A simbologia de Jacobina, conforme Dóris Magalhães, continua:

Hoje no lugar do massacre, está a pista de pouso do voo livre, onde asas colorem o céu; as histórias contadas de uma mulher tão forte ou de colonos que à noite vem arar a terra do Ferrabraz ou mesmo das cavernas enormes escondidas no morro, não deixam que a curiosidade morra (MAGALHÃES, 2005, p. 90-91).

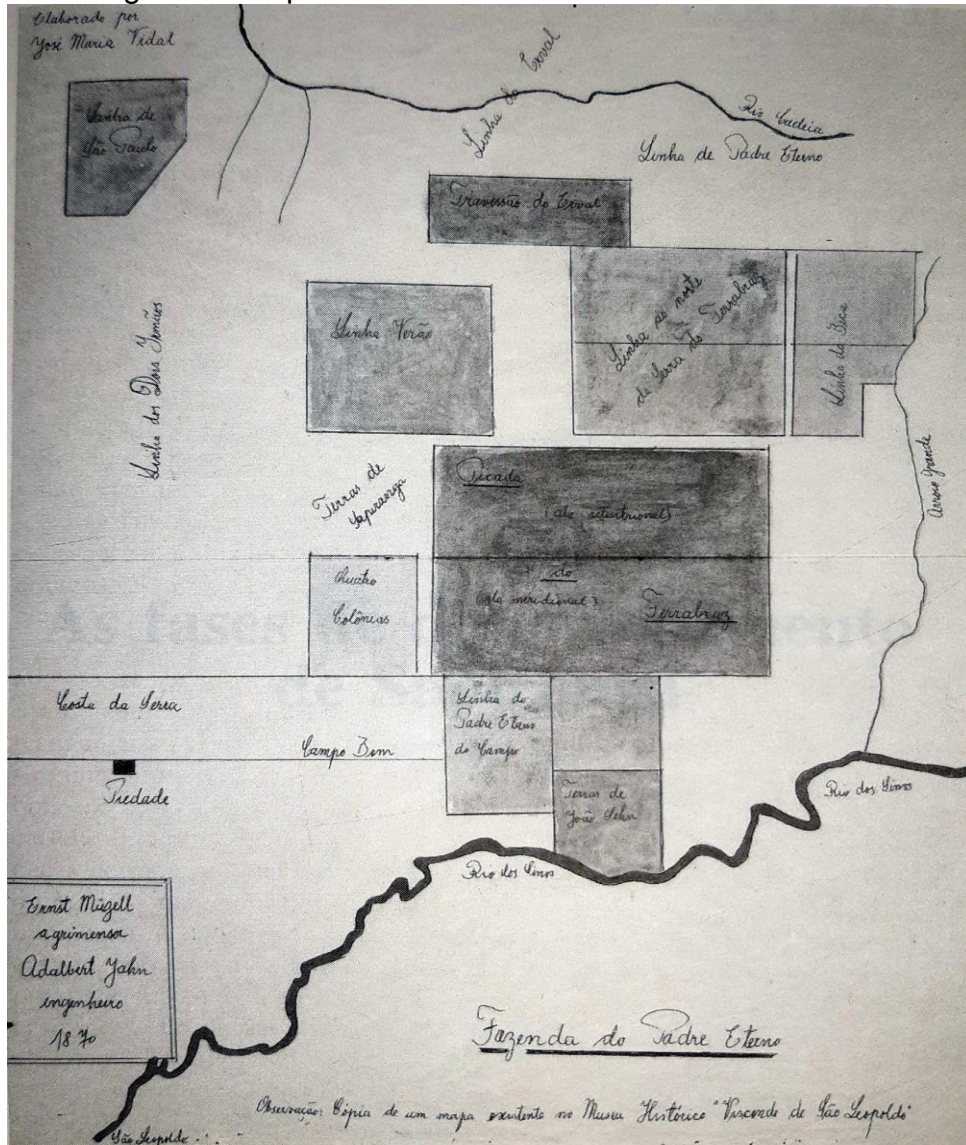
Após o episódio dos Mucker, em 1899, iniciou a construção da ferrovia na cidade, ampliando a mobilidade das mercadorias entre Novo Hamburgo-Taquara. Nesta época, surgiu o termo *Sapyranga* pela primeira vez, assim nomeada a estação férrea do município na época. A inauguração da estrada de ferro foi decisiva para Sapyranga, alavancando o processo de desenvolvimento da vila e, após, a emancipação do município.

3.2. FERRABRAZ: LINHAS, PICADAS, DISTRITOS E LOCALIDADES

Com o passar do tempo, a região do Padre Eterno transformou-se em diversos aspectos, como o processo de imigração, com a abertura de picadas, bem como com o processo de desenvolvimento dessas regiões.

Em um mapa elaborado em 1870 pelo agrimensor Ernst Migell e engenheiro Odalbert John, representando a Fazenda do Padre Eterno, é possível ver as primeiras picadas e suas denominações antigas, disponível no livro de Fleck (1994):

Figura 4 - Mapa da Fazenda do Padre Eterno em 1870.



Fonte: Fleck (1994, p. 73)

Com o avanço da colonização para essas regiões, alguns lugares passaram a se desenvolver mais, formando pequenos povoados. Um pequeno povoado formou-se na antiga Fazenda Padre Eterno (isso porque o espaço do lugar não é mais o mesmo hoje), a qual foi chamada pelos colonos de Leonerhof (Fazenda Leão); ao nordeste, na planície no canto da encosta estavam as terras do Sapiranga, chamadas assim pelos engenheiros que fizeram as medições; ao sul, o Passo da Cruz; à oeste as

Quatro Colônias; e ao norte, no primeiro patamar da encosta, na Picada da Serra Ferrabraz, o Jakobstal, isto é, o lugar dos Jacós (Jakob Wasem, Jakob Muller, Jakob Walber), são os povoados ali existentes. Na Picada da Serra Ferrabraz, além da Jakobstal, havia “um lugar se sobressae no morro, chama-se Beletue, derivado de Bellevué (original em francês)”, segundo livro de Crônicas dos Pastores de Sapiranga. Este lugar era Bela Hu, assim chamada atualmente, devido à bela vista panorâmica (MAGALHÃES, 2005, p. 66).

O primeiro mapa oficial do município de Sapiranga foi confeccionado no ano de 1957, na administração do então prefeito Edwin Kuwer:

Figura 5 - Primeiro Mapa oficial do município de Sapiranga em 1957



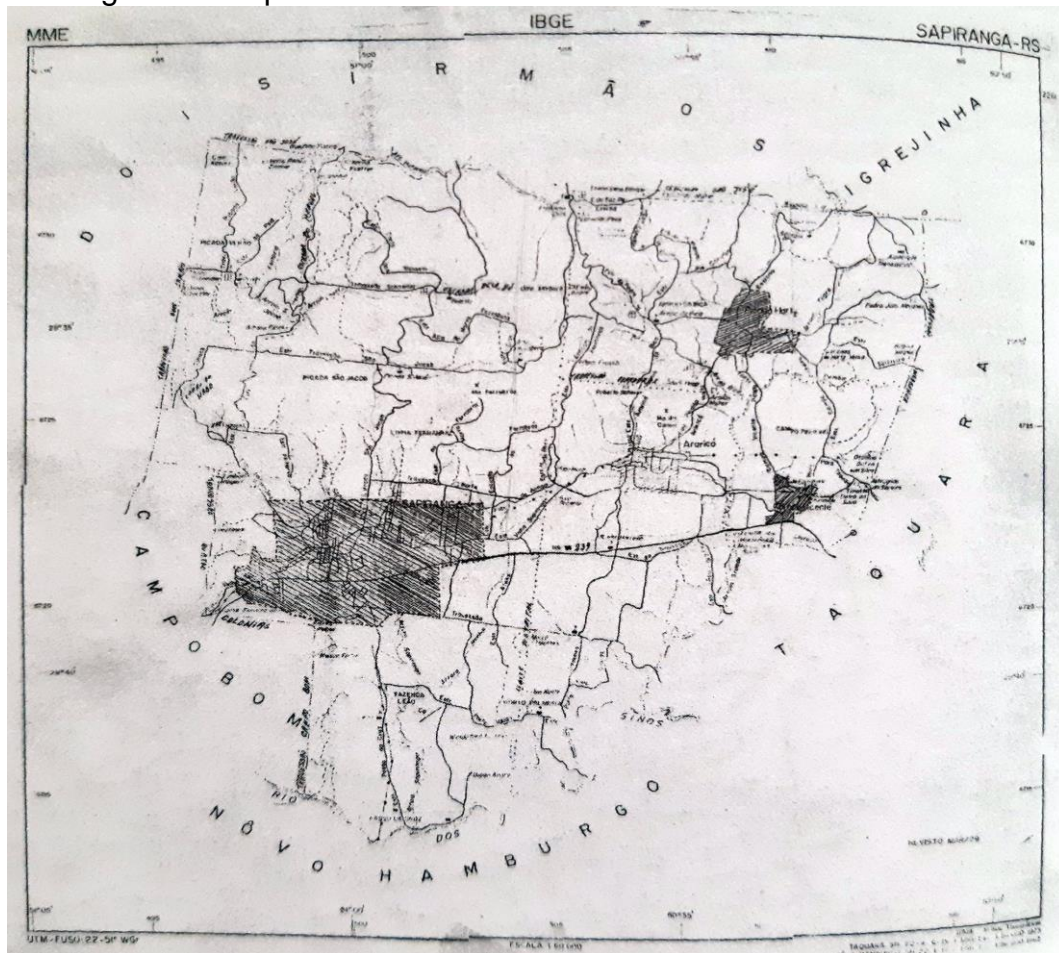
Fonte: Magalhães (2005, p. 163).

Conforme o mapa da época, o município está dividido em 4 distritos, além de vilas e povoados. Conforme Magalhães (2005), “as vilas são sedes dos distritos e os povoados, as aglomerações menores”. Os povoados eram: Picada dos Nabos, Picada Verão, Schneider, Bela Hu, Dias, Arroio da Bica, Campo Pinheiro, São Jacob, Amaral Ribeiro, Passo da Cruz, Schirmer, Porto Mata Olho, Porto Veado, Pesqueiro e da Brazina.

Além da divisão dos povoados, o mapa apresenta as denominações das linhas dos antigos loteamentos abertos após o leilão da Fazenda Leão e constituição da Imobiliária Schmidt e Kraemer em 1845, são elas: Linha Verão, Linha da Bica e Linha Ferrabraz. Comparando os mapas de 1870 e 1957, é possível observar as demarcações dos antigos loteamentos e o avanço das picadas nos seus entornos. Os limites do município foram demarcados por arroios, linhas e travessões. Essas linhas imaginárias seguiam as divisas de propriedades (MAGALHÃES, 2005).

Em 1979, foi elaborado o Mapa Municipal Estatístico MME/IBGE/SAPIRANGA – RS, um mapeamento topográfico elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, apresentando uma riqueza de dados, como latitude e longitudes, limites, linhas, travessões, picadas, estradas, arroios, morros e o nome dos proprietários limítrofes (MAGALHÃES, 2005).

Figura 6 - Mapa Estatístico MME/IBGE/SAPIRANGA-RS de 1979



Fonte: Magalhães (2005, p. 168).

O município de Saperanga desde sua emancipação sofreu algumas alterações em seu território, após a emancipação de três novos municípios: Parobé- 1988, Nova Hartz – 1992 e Araricá – 1997. Dessa forma, Saperanga foi re-dividida em distritos, sendo eles o 1º distrito (Saperanga abrangendo Fazenda Leão e Passo da Cruz e Kraemer-eck) e o 2º distrito (São Jacob abrangendo Picada dos Nabos, Picada Verão, Picada Schneider, Picada São Jacob, Bela Hu, Alto Ferrabraz, Picada Cachorro e Recanto dos Dias (MAGALHÃES, 2005).

Pode-se observar que os mapas vêm trazendo a principal localização dos antigos povoados e vilas, conforme foram sendo formados e denominados ao longo do tempo, no entanto não apresentam os limites de cada um destes territórios.

Para a coleta das informações para o censo, o IBGE define setores censitários que são “a unidade territorial estabelecida para fins de controle cadastral, formado por área contínua, situada em um único quadro urbano ou rural, com dimensão e número de domicílios que permitam o levantamento por um recenseador” (IBGE, 2011, p. 1).

Dessa forma, para a região do Morro Ferrabraz em Sapiranga, o IBGE definiu quatro setores censitários (Imagem 04), nomeados como distrito Picada São Jacob e delimitados através do sistema viário. No entanto, não foram encontrados os critérios utilizados pelo IBGE para a definição destes setores, uma vez que não estão definindo cada localidade historicamente existente, representando uma ruptura no que diz respeito à organização do território. Essa organização (por 4 setores), por sua vez, não parece ser reconhecida pela população moradora do Morro, tampouco pelos setores do Poder Público, uma vez que a gestão municipal faz uso das localidades, conforme reconhecidas pela população. As comunidades localizadas no Morro Ferrabraz, até os dias atuais, se reconhecem conforme as denominações dos antigos povoados e vilas, dentre eles: Picada São Jacó, Picada Schneider, Picada Verão, Bela Hú, Ferrabraz, Alto Ferrabraz, Picada Cachorro e Picada dos Nabos. E assim são igualmente reconhecidas pela gestão municipal (Secretaria Municipal da Agricultura e COMDER).

O conhecimento local sobre o território de cada uma destas comunidades estabelece os limites territoriais, e um dos fatores que auxilia na construção do vínculo que o morador possui com o espaço é o sentimento de pertencimento. Há uma gama de significados atrelados ao lugar, de maneira que o morador se apropria socialmente e historicamente do local, com isso promovendo o sentimento de pertencimento ao lugar (BOFF, 2003; LESTINGE, 2004).

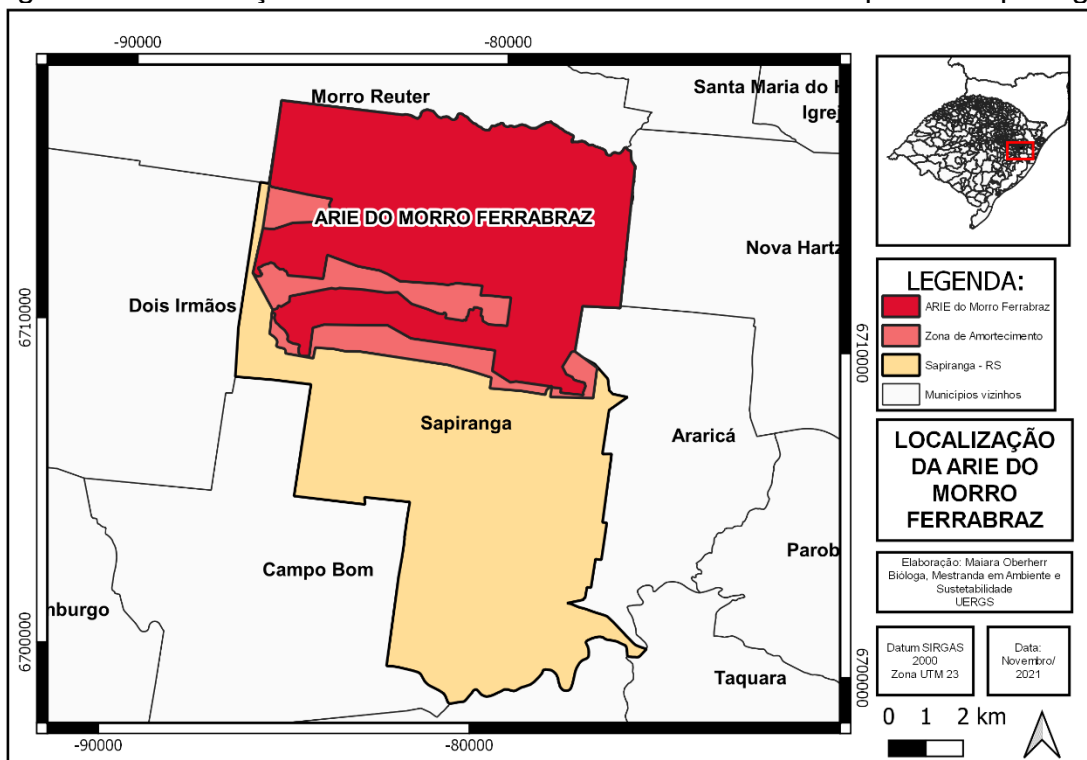
Estes limites territoriais, conforme cada morador reconhece, não estão descritos de maneira oficial nos documentos do município como Plano Diretor Rural, ou ainda estabelecido pelo IBGE, ou ainda descrito nos registros de imóveis. Apenas os moradores locais se reconhecem como moradores de determinada localidade no município de Sapiranga (de acordo com as Linhas).

Além disso, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (COMDER) do município de Sapiranga, é constituído por oito microrregiões incidentes na ARIE do Morro Ferrabraz, conforme Lei Municipal nº 4.408/2009. Vale destacar que o conselho foi estabelecido observando as microrregiões/localidades tais como reconhecidas popularmente pelas comunidades, mesmo não havendo delimitação oficial das mesmas.

4. ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO DO MORRO FERRABRAZ EM CONSTRUÇÃO NO TEMPO E ESPAÇO

A Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz - ARIE, criada pela Lei Municipal nº 5.900/2016, acrescida da Lei Municipal nº 6.781/2021, é atualmente administrada pela Secretaria de Meio Ambiente e Preservação Ecológica (SEMAPE) da Prefeitura Municipal de Sapiranga, responsável pelo licenciamento e fiscalização ambiental, gestão da Unidade de Conservação e Educação Ambiental no município de Sapiranga. A criação da UC se deu a partir do estudo intitulado "Estudo para criação de Unidade de Conservação na Área Núcleo da Reserva da Biosfera dos Contrafortes do Ferrabraz (PDA-192-MMA)". A ARIE do Morro Ferrabraz situa-se na porção norte do município de Sapiranga. Esse se localiza na Região Metropolitana de Porto Alegre e conta com 79.985 habitantes, em uma área de 138,314 quilômetros quadrados.

Figura 7 - Localização da ARIE do Morro Ferrabraz no município de Sapiranga



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz, conforme art. 2º da Lei Municipal nº 6.781/2021, objetiva:

I - Proteger a Mata Atlântica e a biota nativa, garantindo a manutenção e a reprodução das espécies com a proteção de seus habitats; II - Assegurar a permanência e o desenvolvimento das atividades da agricultura familiar nas propriedades rurais com incentivo à sustentabilidade ambiental; III - Conservar a espécie *Eugenia multicostata* (Araçá-piranga), cuja identidade é associada ao topônimo indígena "*Araçá-y-piranga*", do qual se atribuiu o nome da Cidade de Sapiranga; IV - Assegurar a preservação do patrimônio natural e cultural da imigração estrangeira no extremo sul do Brasil; V - Incentivar e promover o uso dessa área para fins de lazer, esportes, turismo, contemplação da natureza e atividades que incentivem a conservação do meio ambiente; VI - Compatibilizar e harmonizar as explorações, instalações e edificações com os objetivos de proteção; VII - Reegrar e ordenar o uso e ocupação do solo de forma atender às finalidades de uma Unidade de Conservação. (SAPIRANGA, 2021).

A ARIE do Morro Ferrabraz abriga grande biodiversidade, remanescentes de florestas nativas e espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção e visa assegurar a preservação do patrimônio natural e cultural da imigração estrangeira no extremo sul do Brasil.

O Morro Ferrabraz é uma das regiões mais elevadas da Grande Porto Alegre com cota altimétrica, que pode chegar a 774 metros (m), onde se avista toda a região metropolitana do RS. É atualmente um dos lugares mais visitados, não somente pela proximidade da capital, mas especialmente pelas características naturais, atividades de lazer e contato com a natureza. Devido a sua natureza geográfica, que abriga também um conjunto de cascatas naturais e Mata Atlântica relativamente conservadas, tornando-se o grande atrativo a um número incalculável de visitantes e turistas.

A paisagem é formada por encostas e declividades significativas, área que abrange duas importantes bacias hidrográficas, sendo a maior parte pertencente à Bacia Hidrográfica do Rio Caí, em direção norte e à Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, em direção sul. Ambas contribuem para o abastecimento de água da região.

4.1. HISTÓRICO DA ARIE DO MORRO FERRABRAZ: CONSTRUÇÃO EM MOVIMENTO (DE 1987 A 2021)

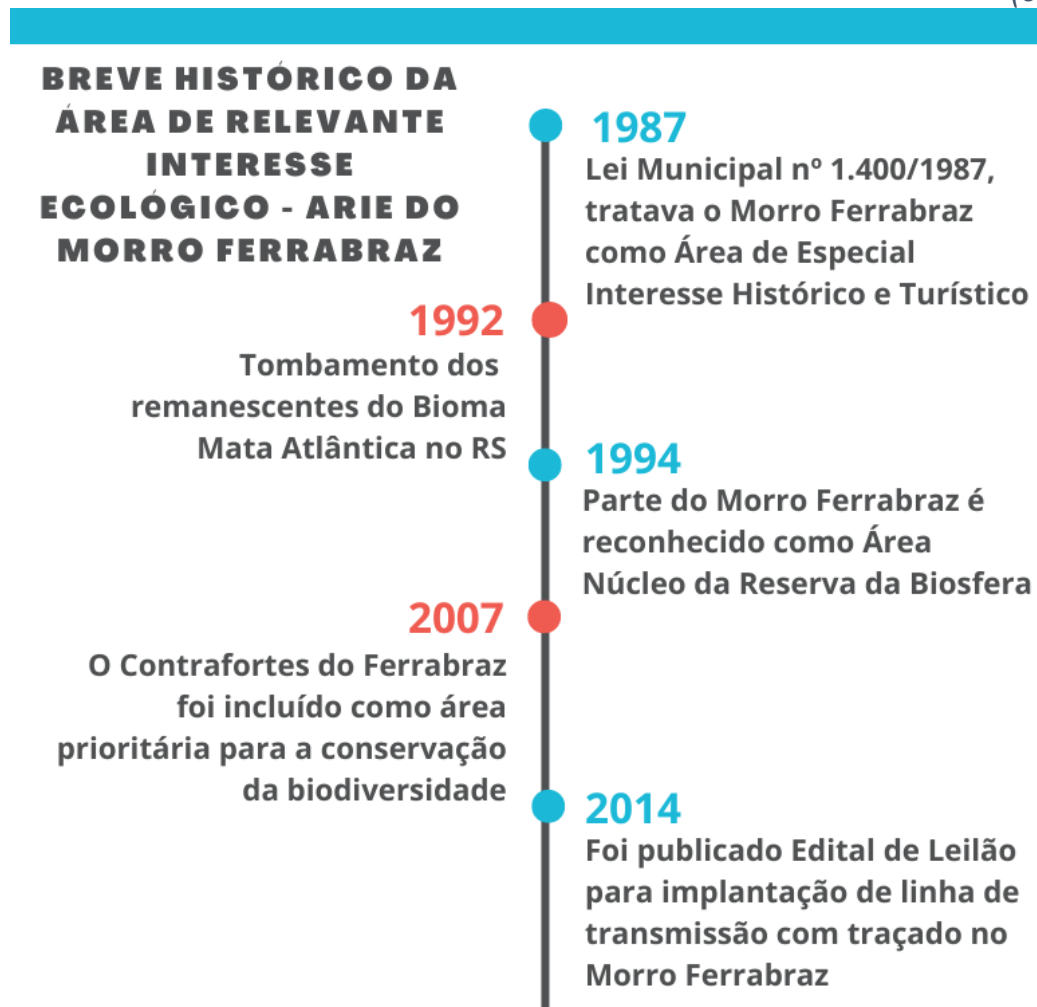
O histórico de criação e implementação da Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz⁸ é repleto de controvérsias, impasses e conflitos que

⁸ O histórico da Área de Relevante Interesse Ecológico segue em construção, no entanto, o histórico aqui apresentado se limita ao recorte de tempo referente ao período de pesquisa de campo, que se encerrou em Agosto de 2021.

revelam distintos interesses, valores, crenças, percepções e sentidos sobre o território. Esses sentidos não tratam de uma essência acerca do lugar, mas são categorias em constante transformação e que constituem os modos de ocupação e gestão do território. Esta seção busca mostrar um recorte sobre essa transformação ao longo do tempo (sentidos produzidos no tempo longo⁹).

Figura 8 - Histórico da ARIE do Morro Ferrabraz

(continua)



⁹ O conceito de tempo longo definido por Spink (2010), será apresentado no Capítulo 3 desta pesquisa.

(conclusão)



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

A Área de Relevante Interesse Ecológico foi criada a partir da antiga Lei Municipal nº 1.400 de 08 de outubro de 1987, que tratava o Morro Ferrabraz como Área de Especial Interesse Histórico e Turístico. Com o passar do tempo, tornou-se desatualizada e inócua em seus objetivos e princípios iniciais.

A Lei Municipal nº 1400, de 08 de outubro de 1987, instituiu a Área de Especial Interesse Histórico e Turístico, tendo por objetivos:

- I - Assegurar a preservação e valorização do patrimônio cultural e natural; II - Promover o seu aproveitamento para lazer, recreação e turismo; III - conservar seus aspectos e características, bem como harmonizar com os mesmos as edificações a serem implantadas; IV - Estabelecer normas de uso e ocupação do solo de forma a atender as finalidades de sua instituição (SAPIRANGA, 1987).

A partir disso, o Morro Ferrabraz foi incluído em diferentes instrumentos que visam a preservação da biodiversidade, a recuperação e o uso sustentável do ecossistema. Em 1992, ocorreu o tombamento dos remanescentes da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul, através do Edital publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 1994, parte do Morro Ferrabraz é reconhecido como Área Núcleo da Reserva da Biosfera envolvendo outros municípios como Nova Hartz, Santa Maria do Herval, Igrejinha e Morro Reuter.

Em 23 de março de 2007, através da Portaria MMA nº 09/2007, os contrafortes do Ferrabraz foi incluído como área prioritária para a conservação da biodiversidade, referida, nessa Portaria, pelo código MA003. Após atualização em 2018, atualmente chamada de Área Prioritária para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira, através da Portaria MMA nº 463/2018, a região do Morro Ferrabraz classificada pela Importância Biológica Muito Alta com Prioridade Alta, incluída, nesse documento, no código MA004.

Mesmo havendo diferentes instrumentos visando a preservação das áreas do Morro Ferrabraz, a falta de regramento específico para estas áreas e reconhecimento da população local, desfavorece a repercussão efetiva na gestão do território. Sendo assim, é importante a construção e comunicação com as comunidades para que se tenha efetivamente a preservação e o reconhecimento dessas áreas.

Em 2014, foi publicado o Edital de Leilão nº 04/2014 para implantação de uma linha de transmissão de energia elétrica pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Um dos traçados dessa linha passaria pelo município de Sapiranga, mais

precisamente no Morro Ferrabraz, o que inviabilizaria a prática do esporte Voo Livre, além de interferir na riqueza natural da região.

O projeto LT 525 KV - Capivari do Sul – Guaíba 3, estimado em cerca de 4 bilhões de reais, foi arrematado pela empresa Eletrosul em novembro do ano de 2015. Este traçado da linha de transmissão passaria na porção norte do município de Sapiranga, no Morro Ferrabraz, afetando as localidades de Picada Cachorro, Bela Hu, Alto Ferrabraz, Picada São Jacó e Picada Verão. Além disso, passando pela Área Núcleo da Reserva da Biosfera, protegida por lei.

Ainda no final do ano de 2015, iniciou-se uma mobilização das comunidades afetadas, assim como comunidade sapiranguense em geral, para que de alguma forma pudessem negar a passagem das linhas. Por este fato, os moradores do município em conjunto com a Organização Não Governamental (ONG) Araçá-pyranga, organizaram um abaixo-assinado, solicitando a alteração do projeto da linha de transmissão para a porção sul da cidade, onde já existem outras torres.

No ano de 2016, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM) realizou audiências públicas nos municípios afetados pelo referido projeto, atendendo o rito do licenciamento ambiental através dos Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) para a implantação do empreendimento. A audiência pública no município ocorreu em 10 de maio de 2016, conforme reportagens publicadas, foi unânime a negativa para o projeto no município por parte da comunidade local e poder público municipal, sob justificativas de prejudicar a prática do Voo livre e as atividades econômicas dos produtores rurais em função da faixa de servidão, além da busca da proteção do Morro Ferrabraz.

Ainda de acordo com reportagens de jornais locais¹⁰, a ONG Araçá-pyranga apresentou um estudo dos principais impactos permanentes que a obra poderia causar na flora, fauna, nos recursos hídricos, na subsistência da comunidade local e atividades ecoturísticas no Morro Ferrabraz. Este estudo foi entregue à FEPAM na audiência pública, como subsídio para vetar a passagem do empreendimento na porção norte da cidade. Além do estudo, foi entregue um abaixo-assinado com mais de 5 mil assinaturas, com a manifestação da população majoritariamente contrária ao empreendimento.

¹⁰ Informações consultadas nos Jornais locais, entre eles: Jornal NH (2015; 2016), Portal da cidade Igrejinha (2016).

O Conselho do Plano Diretor de Sapiiranga emitiu parecer oficial negativo para o empreendimento, cujo traçado seria na porção norte da cidade, onde fica o Morro Ferrabraz. Sugeriram que a instalação da linha fosse realizada na porção sul do município (SAPIRANGA, 2021).

Em 13 de maio de 2016, foi aprovada a Lei Municipal nº 5.900/2016, lei que institui o Morro Ferrabraz como uma Unidade de Conservação categorizando-a como Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE). A lei de criação da Unidade de Conservação amplia e atualiza aspectos da Lei nº 1.400/1987, reforçando medidas de proteção do patrimônio natural de Sapiiranga, o Morro Ferrabraz. Entre essas medidas de preservação, está a proibição de instalação da linha de transmissão em área incidente à UC, conforme disposto na alínea a, do inciso II, do Art. 5º, “Fica proibido: instalação de linhas de transmissão de energia (alta-tensão)” (SAPIRANGA, 2016).

Em junho do mesmo ano, o município requereu o cadastramento da ARIE do Morro Ferrabraz no Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), pela Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), sob processo SEMA nº 6521-05.00/16-0.

Neste requerimento foram apresentados estudos técnicos que serviram de base para a criação da UC, assim como a ata da consulta pública realizada no município. No entanto, após a vistoria e avaliação do cadastramento da ARIE do Morro Ferrabraz pelos técnicos da Divisão de Unidade de Conservação – DUC, os mesmos apontaram que, considerando as características da UC, o enquadramento adequado seria na categoria Área de Proteção Ambiental (APA) e não ARIE, sob justificativa de que uma ARIE tem como propósito a conservação de áreas com pouca ou nenhuma ocupação e com características naturais extraordinárias. Este não seria o caso da UC em análise. Além disso, ao analisar o histórico da demanda de criação de UC, observou-se que nos estudos técnicos que serviram de base para a criação da UC (Projeto PDA 192 MA – 2008), a proposta vislumbrava a criação de uma APA. Além disso, os técnicos da SEMA observaram que a zona de amortecimento da ARIE do Morro Ferrabraz, abrangeria parte dos territórios de mais dois municípios vizinhos (Araricá e Nova Hartz), o que não seria adequado, uma vez que o município não poderia legislar sobre território de outro município.

Outro fator apontado no impasse de criação da UC, foi quanto ao seu processo, uma vez que a ARIE do Morro Ferrabraz foi criada pela Lei Municipal nº 5.900/2016 e com base nos documentos anexados ao processo de cadastro da mesma, junto à

SEMA, verificou-se que não foi realizada consulta pública anterior à criação da UC. Consta nos autos do processo somente cópias da audiência pública realizada em 28 de junho de 2016, cujo objetivo foi a “apresentação, discussão e aprovação do cadastro da Unidade de Conservação do Morro Ferrabraz, conforme determinado pela Lei Municipal nº 5.900/2016”.

Quanto ao processo de criação de uma UC, a Lei nº 9.985/2000, que dispõe sobre o SNUC, em seu art. 22, estabelece que a criação de uma UC deve ser precedida de uma consulta pública:

Art. 22. As unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público. § 2º A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento. § 3º No processo de consulta de que trata o § 2º, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas (BRASIL, 2000).

. É importante ressaltar, que a consulta pública tem caráter consultivo, e não deliberativo, sendo este papel realizado conforme os documentos anexados no processo. Além disso, destaca-se que a representatividade dos munícipes foi garantida através da discussão do projeto de lei na Câmara de Vereadores. Contudo, essa pesquisa buscou mostrar a relevância de ouvir a todas as pessoas que habitam este território, para que resulte em uma gestão sustentável e efetiva do mesmo. Ademais, os técnicos da DUC reconheceram a importância da área para a conservação da biodiversidade regional com as adequações necessárias.

Em setembro de 2017, o município encaminhou resposta aos apontamentos da DUC, referente ao cadastro da ARIE do Morro Ferrabraz no SEUC. Mediante as justificativas apresentadas pelo município e da postura do Estado de garantir a autonomia das localidades, se manteve a categoria ARIE para o Morro Ferrabraz. Assim como, conforme resposta do município:

é forçoso reconhecer que o encaminhamento, apreciação e aprovação do projeto de lei de iniciativa popular submetido à apreciação da Câmara de Vereadores de Sapiranga, que culminou na instituição da Lei 5900/2016, foram feitos com máxima urgência urgentíssima, a fim de impedir a aprovação da licença prévia das LTs 525 Kv da EletroSul – trecho Capivari do Sul a Guaíba III (FEPAM, 2015), cujo Estudo de Impacto Ambiental e o edital de realização de audiência foram divulgados num prazo inferior a 40 dias (SEMA, 2016, p. 66).

Além disso, o município também relata neste documento, que ocorreram três audiências públicas, sendo elas:

É imperativo admitir a prevalência da soberania popular nas três audiências públicas, a saber: 1) Audiência de escarecimento público da Comissão de

Assuntos Municipais da AL-RS, em Sapiranga (09.0516), 2) Audiência de consulta pública da Lic.Prévio do EIA/Rima das Linhas de Transmissão do Grupo Região Metropolitana da ELETROBRÁS, em Sapiranga (10.05.17) e 3) Audiência de consulta pública da ARIE Ferrabraz na Câmara de Vereadores de Sapiranga; que manifestou *a n u ê n c i a* com a criação da U.C. de forma unânime em todas essas e outras instâncias, em que esta possibilidade foi trazida para o debate público como uma estratégia ultimada de contraposição às forças hegemônicas de dominação do espaço público, conforme pode ser facilmente constatado nos autos do processo, embora a recíproca do acesso à informação estatal nem sempre seja verdadeira. (SEMA, 2016, p. 66)¹¹.

Vale ressaltar que, no processo SEMA nº 6521-05.00/16-0 foi apresentado em anexo a “Ata de consulta pública da unidade de conservação do Morro Ferrabraz”, realizada no dia 17 de maio de 2016, na Câmara de Vereadores de Sapiranga. A referida ata “pretérita” (escrita após a consulta pública), contou “com a participação de número X de cidadãos e representantes de entidades associativas” e apresentou justificativas para a criação da UC, diante das quais os cidadãos presentes manifestaram total concordância. No entanto, não consta nos autos do processo a ata assinada ou acompanhada de lista de presença, tampouco o número de participantes na audiência.

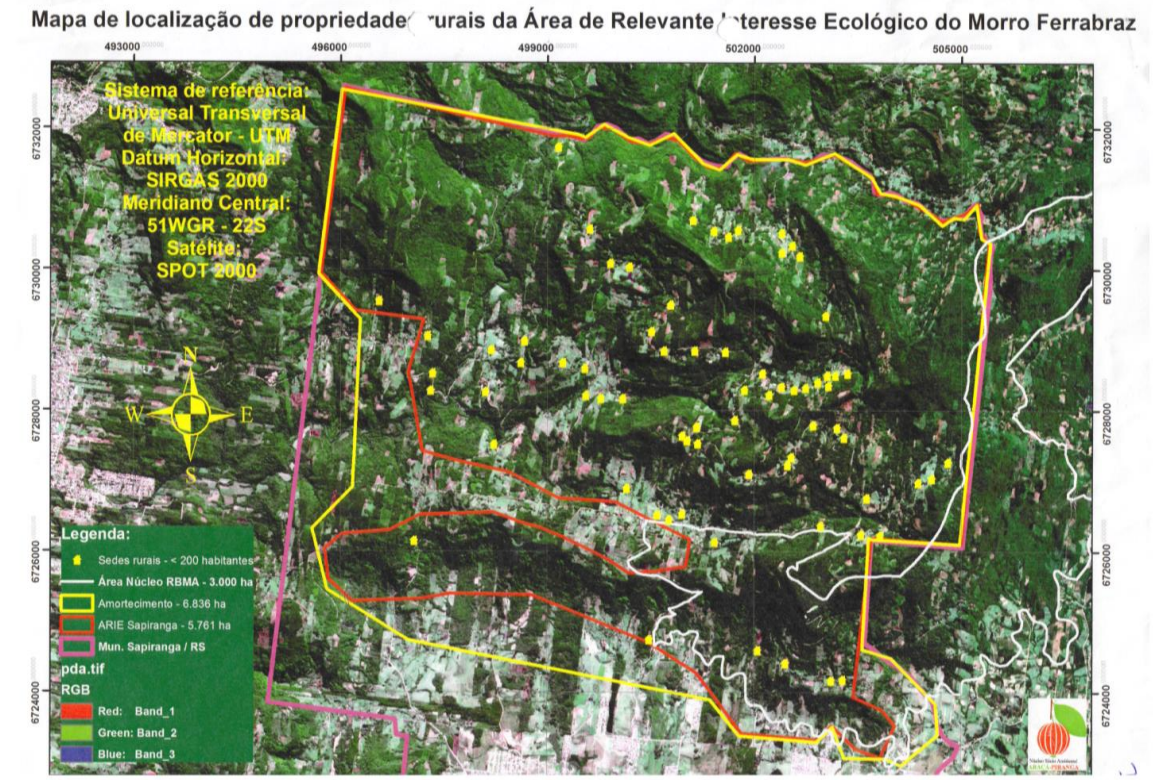
Em resposta com relação à existência expressiva de ocupação humana no interior da ARIE do Morro Ferrabraz, o poder público municipal informou que:

Foi realizado por um integrante do Núcleo Araçá-piranga acompanhado por um membro do Conselho Municipal de Meio Ambiente, um novo levantamento do número de ocupações/unidades habitacionais familiares, situadas exclusivamente no interior da ARIE Ferrabraz em agosto de 2017. Os resultados deste novo levantamento apontam a existência de 75 residências situadas dentro do perímetro da UC. Contudo, devido ao intenso êxodo rural observado nessa região observando nas últimas cinco décadas, menos da metade dessas residências constituem de fato unidades residenciais familiares, perfazendo atualmente menos de 200 habitantes. (SEMA, 2016, p. 67).

No entanto, a metodologia aplicada para o novo levantamento não foi anexada ao processo, tampouco os resultados detalhados obtidos no levantamento. O processo apresenta apenas um mapeamento com a demarcação das unidades residências familiares (Figura 9):

¹¹ Transcrição literal, incluídos os erros ortográficos do documento anexado pelo Poder Público municipal, no processo de cadastro da UC no Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC, da Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, sob processo SEMA nº 6521-05.00/16-0.

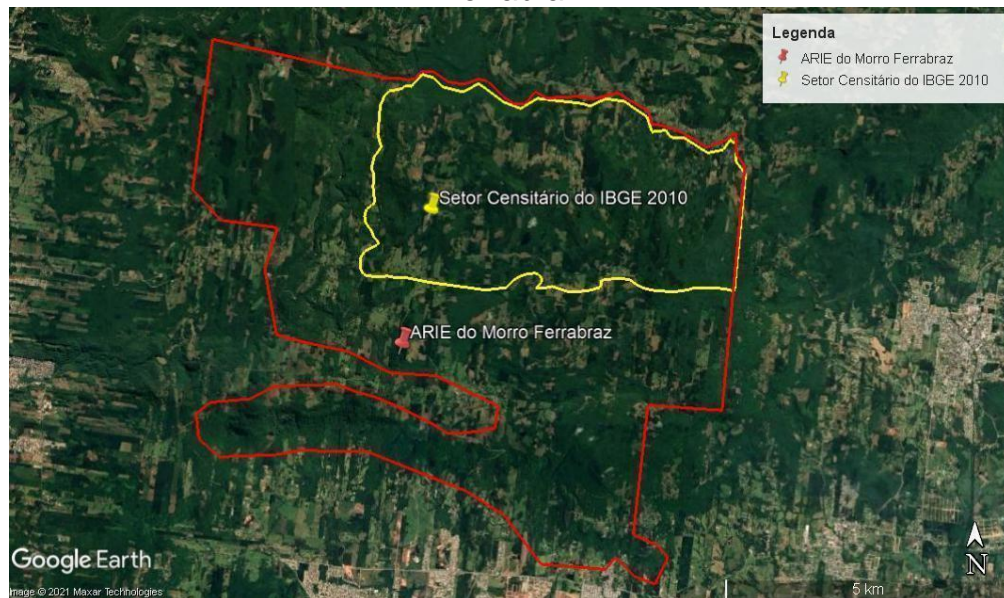
Figura 9 - Mapa de localização de propriedades rurais da ARIE do Morro Ferrabraz



Fonte: SEMA, 2016, p. 70.

Em análise ao mapeamento de unidades residenciais de 2017, percebe-se que o levantamento apresentou uma baixa estimativa da realidade das propriedades localizadas dentro da ARIE do Morro Ferrabraz e na média de habitantes para a área. Uma vez que no levantamento do IBGE no ano de 2010, em apenas um dos distritos incidentes na UC, correspondente à 34,70% da área total da ARIE do Morro Ferrabraz, já haviam 57 domicílios com 189 moradores (Figura 10).

Figura 10 - Mapa de localização do setor censitário do IBGE na ARIE do Morro Ferrabraz



Fonte: Adaptação IBGE (2010) e Google Earth (2021).

Vale destacar também que em relação à categoria de Unidade de Conservação proposta, através do documento resposta ao processo de cadastro, o poder público municipal ratificou que a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Morro Ferrabraz, está sendo estudada por quase 20 anos, constituindo o único bioma juridicamente amparado e objeto de conservação de interesse mundial sob tutela do SNUC, dessa maneira deve ser assegurado a proteção desse ecossistema (SEMA, 2016).

Além disso, foi realizada a revisão dos limites da UC, a fim de retificar os limites que incidem em outros municípios. Deste modo, em 29 de novembro de 2017, foi sancionada a Lei Municipal nº 6.153/2017, que altera os limites da ARIE do Morro Ferrabraz.

Em fevereiro de 2018, a SEMA emitiu o Parecer nº 11/2018-DUC, aprovando o cadastro da ARIE do Morro Ferrabraz no Sistema Estadual de Unidades de conservação, considerando um dos seguintes pontos:

Audiências Públicas: realizadas nos dias 17/05/2016, Consulta Pública da criação da ARIE pela Câmara de Vereadores; e 28/06/2016, referente ao cadastro da ARIEMF no SEUC, ambas após a criação da UC. Contudo, foi informado o histórico de audiências públicas referentes à preservação do Morro Ferrabraz realizada nos dias 09/05/2016, pela Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia Legislativa/RS; e no dia 10/05/2016, Consulta Pública referente ao EIA/RIMA da LT da ELETROBRÁS, ambas realizadas em Saporanga;" (SEMA, 2016, p. 86).

O parecer de aprovação do registro da ARIE do Morro Ferrabraz no SEUC, descreve diversas recomendações que devem ser seguidas para dar continuidade à implantação e gestão da UC, dentre elas: elaborar o plano de manejo; definir rotinas de fiscalização; designar servidor responsável pela UC; regularizar as atividades de silvicultura e produção de carvão vegetal em fornos; monitorar as espécies ameaçadas de extinção; fomentar atividades sustentáveis nas propriedades, etc. Por conseguinte, em 2018, a ARIE do Morro Ferrabraz foi cadastrada no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC.

Em 2019, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Preservação Ecológica realizou reuniões nas comunidades, a fim de esclarecer dúvidas dos moradores locais referente à Unidade de Conservação. Além disso, a pedido dos agricultores, foi elaborada uma cartilha “o que pode e o que não pode na ARIE do Morro Ferrabraz”, cujo objetivo foi apresentar de maneira clara, todas as atividades permitidas e proibidas, conforme as legislações ambientais vigentes.

Em 2020, o município de Sapiranga, através da Secretaria de Meio Ambiente e em parceria com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), como parte desta pesquisa de Mestrado, iniciou as oficinas de elaboração do Plano de Manejo da ARIE do Morro Ferrabraz, inicialmente explicando a metodologia de construção participativa do Plano de Manejo ao Conselho de Desenvolvimento Rural e posteriormente em cada localidade incidente na UC. Em função da pandemia, foram realizadas apenas reuniões em duas localidades, Ferrabraz e em Bela Hú, as demais foram suspensas, como explicado anteriormente.

A partir daí, em abril de 2020, a Prefeitura Municipal de Sapiranga, realizou a contratação de uma equipe de topografia, para realizar o levantamento topográfico e demarcação dos limites da UC, visando realocar os limites respeitando o sistema viário, cursos hídricos, e limites de propriedades.

Em função da alteração dos limites da ARIE do Morro Ferrabraz, a Secretaria de Meio Ambiente e Preservação Ecológica, gestora da UC, publicou no dia 08 de março de 2021, um Edital de Convocação nº 45/2021 da Consulta Pública, a fim de ouvir a comunidade sobre a revisão da poligonal da UC, ora proposta e, em função da pandemia, foi realizada de maneira online, no site da prefeitura municipal. Em 11 de agosto de 2021, foram alterados os limites da UC, ouvindo as manifestações da consulta pública, bem como foram atualizados os objetivos e demais regramentos através da Lei Municipal nº 6.781/2021.

Conforme documento resposta da Consulta Pública, disponibilizado no site da Prefeitura Municipal, com relação aos próximos passos referentes à implementação da gestão da UC, o poder público municipal descreve a elaboração do Plano de Manejo da ARIE do Morro Ferrabraz e sua Zona de Amortecimento de forma coletiva, com a participação direta da sociedade (SAPIRANGA, 2021).

Importante ressaltar, que a Lei Municipal nº 6.781/2021, trouxe importantes avanços para uma gestão participativa, com a instituição do Conselho Gestor da Unidade de Conservação, de caráter consultivo, valorizando assim a participação da comunidade nas tomadas de decisão relativas à UC. O conselho é composto por oito entidades, sendo o gestor da ARIE do Morro Ferrabraz, a Secretaria de Meio Ambiente e Preservação Ecológica, a Secretaria de Planejamento, Habitação, Segurança e Mobilidade, Secretaria de Turismo, Cultura e Desporto, Secretaria de Agricultura, Entidade não governamental de cunho ambiental, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapiiranga e Associações existente na ARIE do Morro Ferrabraz. No período de defesa desta dissertação, as cadeiras do Conselho Gestor ainda não haviam sido ocupadas, estando como responsável pela gestão da UC, apenas o Órgão Gestor e o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Saneamento.

Apesar de o Morro Ferrabraz ter sido incluído em diferentes estratégias que visam a preservação do patrimônio natural e histórico do local, antes mesmo de ser uma UC, o processo de criação da ARIE foi repleto de controvérsias, em grande parte motivado pelo desejo da comunidade de preservar a área com relação à instalação da linha de transmissão, cujo traçado incidia no Morro Ferrabraz. Ao longo da implantação e gestão da ARIE do Morro Ferrabraz, o órgão gestor buscou esclarecer dúvidas referente à UC juntamente com as comunidades locais, através de mobilizações com a apresentação da elaboração do Plano de Manejo e cartilhas. Nesse sentido, a implementação e gestão da ARIE nas próximas etapas, está relacionada com a elaboração do Plano de Manejo, documento este que será a base para planejar a gestão da UC.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: SENTIDOS ACERCA DO LUGAR, SABERES LOCAIS E CONFLITOS AMBIENTAIS

Para a identificação dos principais sentidos relacionados ao lugar e dos conflitos que envolvem as comunidades da UC, foram realizadas entrevistas

semiestruturadas com representantes das comunidades. Além disso, algumas seções foram enriquecidas com o material provindo da observação de duas oficinas preparatórias para o processo de construção participativa do Plano de Manejo da ARIE, em duas comunidades diferentes, conforme anteriormente apresentado.

5.1. O MORRO FERRABRAZ A PARTIR DO OLHAR DOS ATORES SOCIAIS

Que quando eu tiver idosa, eu continue vendo o Morro como, do mesmo jeito que eu vejo hoje... que eu não veja ele diferente e que não me assuste do jeito que ele vai estar... eu vejo ele um morro verde, bonito, está ainda preservado, as pessoas falam muito que não, mas ele ainda está muito preservado, o pessoal ainda está cuidando, grande maioria cuida bastante do Morro... que continue assim. (Voz das Matas).

O Morro Ferrabraz através do olhar da Voz das Matas, a partir de suas vivências e histórias pessoais vividas ali, seu tempo vivido que compõe os sentidos atribuídos ao lugar, trata-se de um morro verde, bonito e desperta o desejo de que seja mantido da mesma forma para as futuras gerações. O olhar da Voz das Matas corrobora com o intento de preservação do local, mas essa voz não é unânime - outras vozes compõem visões e desejos para esse lugar.

A percepção de diferentes atores sociais sobre o território está relacionada com o modo com o qual percebem os aspectos ambientais, de acordo com suas experiências e vivências com o ambiente que habitam; é a partir delas que as pessoas produzem sentidos com relação ao lugar. Retomando Tuan (1983), cada ator social experimenta o mundo de forma única, utilizando sua percepção como guia de ações. À medida em que, essas formas distintas de significação e utilização do mesmo espaço por diferentes grupos de atores sociais, surgem os problemas e conflitos ambientais, cada grupo com sua percepção e seus interesses e maneiras de contestações.

Dessa forma, inicia-se a compreensão dos dados coletados, mapeando-se os sentidos atribuídos acerca do Morro Ferrabraz através da ótica dos diferentes atores sociais em relação direta com a UC, buscando compreender os sentidos e saberes com relação ao lugar produzidos pelas lideranças comunitárias deste território.

O significado do Morro Ferrabraz, para a maioria dos representantes das comunidades, desperta sentidos “afetivos” para este lugar, evocando memórias que remetem a à infância, a um modo de vida e de trabalho. Este modo de vida é narrado

como uma referência para seus moradores, local “onde cresceram”, onde há qualidade de vida sem poluição, em contraposição aos centros urbanos, como enuncia a “Voz das Matas”, enfatizando a presença de elementos humanos (amigos) e não humanos (o ar, a natureza) como algo marcante:

É um **lugar que eu gosto muito de morar, é onde que é... eu cresci, é onde eu tenho meus amigos, é natureza**, eu gosto muito da natureza e de plantar, de produzir, o ar é outro né, a gente sobe lá da cidade, a gente já abriu a janela, quando está subindo o morro, no asfalto já abre os vidros, e já é outro... não tem poluição, acho que isso. (Voz das Matas, grifo nosso).

Além disso, com relação ao trabalho, fica evidente a identificação e o prazer narrado quando descreve as práticas vinculadas a ele: plantio, produção, em meio ao ambiente natural ou “natureza”. Ainda sobre os sentidos produzidos com relação ao Morro Ferrabraz, diversos representantes ressaltaram memórias vivenciadas neste lugar, como já citado por Spink (2013), vivemos em um mundo que possui uma história, e trabalhar com produção de sentidos é também retomar a linha da história. Essa linha histórica relacionada aos sentidos demarca diferentes tempos, tais como o tempo longo, o tempo vivido e o tempo curto. Com relação ao tempo vivido, muitos sentidos são produzidos na experiência de uma vida de convívio no e com o lugar:

De criança **brincando no mato, subindo nas árvores**. (...) as minhas melhores lembranças é de brincar no mato, no meio das árvores... eu era muito feliz brincando no mato, eu ainda gosto de andar no meio do mato, nas trilhas e tudo, caminhar, mais é desde criança sempre assim... corria no mato, brincava... Nossa, dai a gente achava uma árvore enorme cheio de cipós, dai a gente ia subindo nela, dai nem conseguia.. era muito legal. (Voz das Matas, grifo nosso).

Acho que a infância né... assim é melhor memória, assim **a liberdade que a gente tinha, de explorar, de ir escola...** como é que era a liberdade que tinha e agora eu não consigo mais mandar minha filha sozinha daqui até na escola, eu não deixei... dependendo assim passa um carro ali, já era né... a gente tinha muito de caminhar. (Voz da Harmonia, grifo nosso).

A infância aqui no interior sempre ela é muito bonita né (...) quando tu mora na cidade começa a ver infância e adolescência na cidade, tu faz um comparativo, **que tu realmente nasceu e cresceu, NUM BERÇO DE OURO NÉ...** então é o que que te ocupam era construir uma carreta de lombo né, fazer o trilho, depois andar... dai fazer um campinho de futebol engembrado, enfim... então tudo muito... tudo muito saudável. (Voz dos Vales, grifo nosso).

Quando questionados com relação às melhores memórias no Morro Ferrabraz, grande parte dos participantes, as relacionam com a infância e o contato com a natureza. “Criança aqui do morro, cresce no meio do mato, cresce brincando na terra” (Voz das Matas). Através da perspectiva temporal de Spink (2013), os repertórios enunciados pelos participantes, tratam-se do tempo vivido.

Ambas as vozes descritas acima, trazem a relação com o lugar como importante elemento na construção da sua identidade, sendo a infância um marco de definição de somos diante do mundo e da nossa história. Voz do Pôr do Sol, por sua vez, evoca a necessidade de proteção, preservação e cuidado, enfatizando o caráter de patrimônio histórico do lugar e sua(s) história(s), trazendo de forma integrada os aspectos sociohistóricos e ambientais:

O Morro Ferrabraz...é minha, casa, é história... e eu acho que é ... um patrimônio que tem que ser cuidado, tem que proteger e acho que pode ser explorado também...e é lindo né... Porque como que aqui aconteceu muita coisa, eu acho que **tem muita história para contar** no Morro Ferrabraz, né. Pelas pessoas que moram e pelo que aconteceu né, há anos atrás. (Voz do Pôr do Sol, grifo nosso).

Tal perspectiva considera o Morro Ferrabraz como um campo de interações entre o social com o ambiental, relacionando com sociedade-natureza. “O meio ambiente (...) aparece como um agente que pertence à teia de relações da vida social, natural e cultural e interage com ela”. (CARVALHO, 2011, p. 37). Além disso, a partir de suas vivências e histórias, as relações históricas e culturais do tempo longo, como por exemplo os sentidos com relação aos Mucker, é que lhes permite ser reconhecido como lugar:

O Morro Ferrabraz é um lugar que eu vejo assim, desde **a guerra dos mucker, veio sendo um lugar que começou a criar uma história**, [...] mas eu acho que deixou uma marca bem histórica dentro do nosso município... e nessa parte agora, começou a aparecer mais questões envolvendo o nosso morro. (Voz do Vento, grifo nosso).

A Guerra dos Mucker, muitas vezes evocada para falar deste lugar, do Morro, trata-se de um importante marcador de sentidos construído em tempo longo, na história do lugar, contadas e recontadas por seus moradores, que lhe conferem identidade e relevância. Por este motivo, foi também trazida no capítulo 2.

A partir destas informações, é possível perceber que as questões históricas estão bastante envolvidas e lembradas quando o assunto é o Morro Ferrabraz, pois é o local, onde, na segunda metade do século 19, ocorreu o episódio dos Mucker. Este contexto histórico é trazido pelos atores, de forma que “viabilizou muito, deu um nome muito forte no Morro Ferrabraz”, em questão de divulgação e mídia. Assim como, a população em geral considera o Morro Ferrabraz em ambas as localidades, “tanto que a gente vê a reportagem que o pessoal tiverem em outras localidades mas menciona o Morro Ferrabraz como ponto de referência... porque tanto é o ponto mais conhecido”

(Voz do Vento). Ambas as vozes remetem à valorização de um sentido construído no tempo longo, trazendo aspectos sociohistóricos imbricados aos ambientais.

Voz da Cachoeira faz coro com os demais entrevistados, quando relaciona ao lugar o seu local de vida, trabalho e lazer, caracterizado pela diversidade de expressões de vida presentes. Acentua a agricultura como trabalho. Já a Voz do Pôr do Sol relaciona o modo de vida no Morro Ferrabraz com uma busca de equilíbrio entre essas formas de vida.

É um conjunto de relevos, com pessoas com tudo que a natureza contempla, tem pessoa, animal tem tudo isso, tem tradição histórica, isso é um Morro Ferrabraz. Eu moro lá, trabalho lá, tenho um espaço de lazer, recebo pessoas, trabalho na área de agricultura né. (Voz da Cachoeira, grifo nosso).

Para minha vida né... é a vida da gente, daqui da comunidade, tudo... dá em harmonia né com os animais, com a natureza, tudo... também é o modo de vida né. O modo de vida mais sustentável né, mais equilibrado, mais com a natureza não é, um trabalho mais harmonia, de respeito. (Voz do Pôr-do-sol, grifo nosso).

Desse modo, os sentidos presentes nesses enunciados evocam história e significado, que são imprescindíveis para a formação de nossa identidade (Tuan, 1983), nestes casos bem exemplificado na identificação do morro com a vida de cada um deles, com aquilo que são, com o que se tornaram. Através das falas dessas lideranças, é possível visualizar os sentidos que permeiam o lugar como moradia e qualidade de vida, mas também é perceptível a relação do ambiente com as tradições históricas e as atividades econômicas exercidas pelas comunidades locais. Voz do Vento, outro líder comunitário acrescenta a perspectiva de relacionar o Morro como um recurso do município, um patrimônio de todos, ao qual todos têm o acesso quando falamos em termos de beleza cênica:

Eu acho que o Morro Ferrabraz, ele é um sustento do nosso município, uma visão do nosso município, tanto que fica todo o pessoal da cidade tem o privilégio de poder olhar para ele né, de qualquer lugar do município, na verdade todo mundo pode olhar para ele. (Voz do Vento, grifo nosso).

Ainda narrando sobre o lugar, a Voz do Verão enuncia que o processo de recuperação das matas no morro, é visto como um problema, tanto para as práticas de plantio, quanto para a permanência dos jovens no campo, tendo em vista que nestes locais - das matas -, antigamente, eram espaços de plantio. Ainda, rememora as dificuldades vividas pelos sujeitos nas colônias, na zona rural, levando muita gente, principalmente os mais jovens, a buscarem melhores oportunidades no contexto industrial urbano e ao conseqüente êxodo rural.

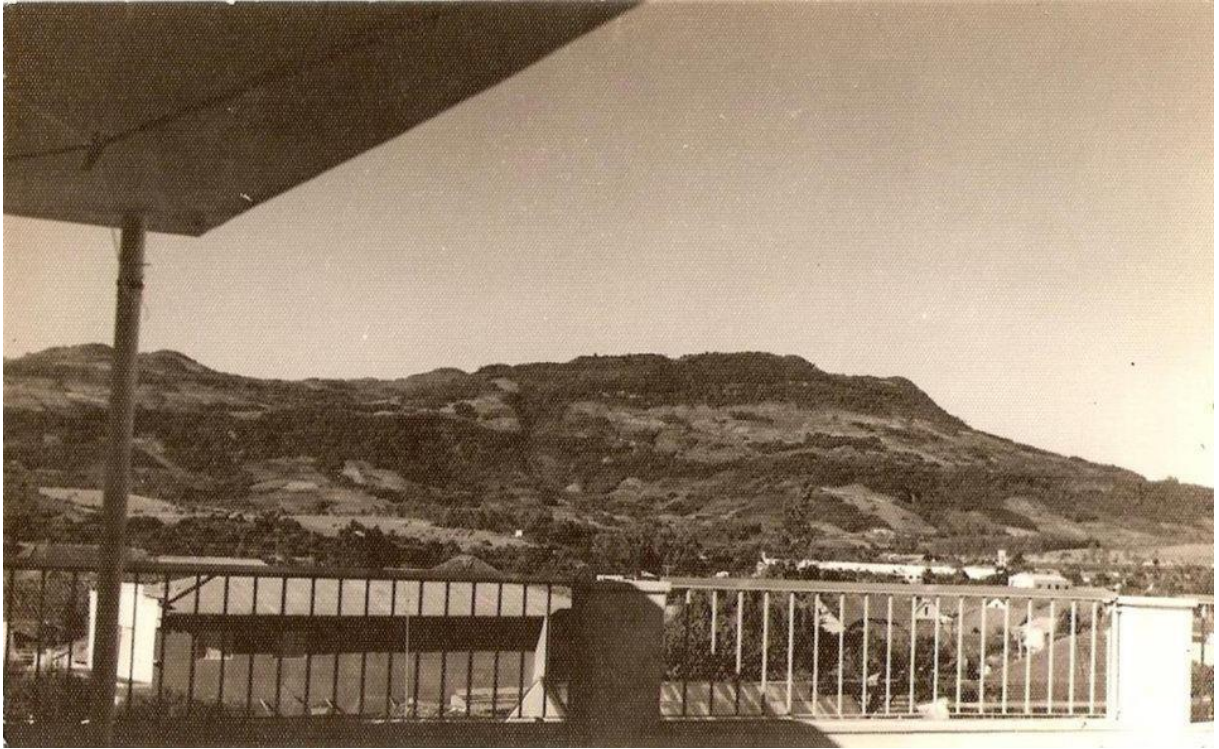
Antigamente **aqueles morros lá, eram tudo roça...** era tudo roça, **não tinha praticamente mato**, só nas encostas que se tinha mato ainda... Muita gente foi pra cidade, porque a oportunidade na cidade era melhor, né... das colônia não tinha tanta oportunidade, que nem o pessoal novo, foi mais pra cidade, trabalhar nas fábricas. (Voz do Verão, grifo nosso).

Para esta voz, a sobrevivência da agricultura local e, com isso, a permanência dos jovens no campo, depende da quantidade de área agricultável - o que, para os atores, parece estar em conflito com as normativas relacionadas à implantação da ARIE. Falas como da Voz do Verão, foram enunciadas por representantes mais antigos das comunidades, que descrevem que antigamente havia mais áreas de plantio no Morro Ferrabraz e menos áreas com vegetação, exceto nas encostas em função da dificuldade gerada pela declividade.

Corroborando com estas falas dos representantes mais antigos, é possível observar significativas áreas sem vegetação nativa, possivelmente em função das áreas para cultivo agrícola, comparando-se com a realidade atual da região do Ferrabraz, que por sua vez, apresenta áreas com vegetação nativa em regeneração¹². A seguir, uma fotografia da vista do Morro Ferrabraz na década de 1960, em um comparativo com a realidade atual do Ferrabraz.

¹² Ainda que não tenha sido abordado pelos participantes, achamos aqui importante ressaltar, os riscos geotécnicos de encostas desmatadas e ocupadas, devido a remoção da cobertura vegetal e à urbanização (como anteriormente era o Morro Ferrabraz, antes da regeneração natural desta área).

Figura 11 - Vista do Morro Ferrabraz com significativas áreas descobertas por vegetação, na década de 1960



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Sapiranga ¹³(2021).

Figura 12 - Vista do Morro Ferrabraz com a presença de vegetação nativa, no ano de 2021



Fonte: Acervo da autora (2020).

¹³ Pode ser consultado em: <http://www.sapiranga.rs.gov.br/pagina/view/13>

Outro fator importante a ser destacado, são as relações tradicionais (tradição gauchesca) e culturais dos moradores da UC e a sua influência no senso de comunidade, identidade e pertencimento ao lugar. Pode-se perceber que os moradores mais “tradicionais” do Morro Ferrabraz possuem formas próprias de organização social, isto é, um modo de vida próprio, mantendo as relações, práticas e conhecimentos tradicionais. Esse elemento é relacionado à proximidade e boa convivência, pertencimento, força e união, associados ao tamanho pequeno da comunidade.

E tem uma coisa legal **que é o modo de vida**, tu vai no bar do Dario, tu vê a galera no seu costume tbm é uma coisa legal de se ver. **Interação da comunidade**, todo mundo se conhece... isso é uma coisa legal de comunidade pequena. A vivência com os amigos e a família... Porque essa é a base da boa convivência. (Voz da Cachoeira, grifo nosso).

Porque a comunidade é a nossa base... tu vai ver ne. Nós somos de uma comunidade, né. Porque a gente tem as escolas ne, tem a igreja, salão, então eu acho que... **e a nossa comunidade ela tem força. Ela só tem que ser unida.** (Voz do Pôr do Sol, grifo nosso).

Lembranças boas, **dai os baile que tu ia assim no interior né...**era bem diferente, tipo era mais aqueles baile mais típico, as coisas né... tinha baile de *kerb*, que nem hoje o baile de *kerb* de hoje já é mais misturado né... foge um pouquinho do padrão do que o nome quer dizer né... aquelas época era baile de *Kerb*, o estilo as coisas, as música era baseado naquilo ali né. (Voz do Vento, grifo nosso).

Além disso, por mais que o Morro Ferrabraz seja conhecido por denominar a região dos primeiros contrafortes da Serra Geral, localizado na porção norte do município, os moradores reconhecem o lugar pelas microrregiões/localidades, mesmo não havendo delimitação oficial das mesmas. Esta curiosa característica com relação à própria gestão do espaço indica a forte apropriação dos moradores e a resistência em sua forma de distribuir fronteiras, identidades e diferenças.

Quando os participantes foram questionados sobre o Morro Ferrabraz, alguns destes relataram “A gente mora aqui no Alto Ferrabraz, então tá bem próximo, o Morro é logo ali” (Voz das Montanhas) ou ainda, “Se tratando de Morro Ferrabraz, a **gente tá um pouco longe disso, nós temos a visualização da rampa**, nós temos visualizado daqui. **E aqui é Picada dos Nabos**” (Voz dos Vales, grifo nosso). É importante destacar, que mesmo havendo uma distinção de nomenclatura para denominar o mesmo território, estes atores o diferenciam pelas localidades, isto é, mesmo o Morro Ferrabraz sendo a totalidade do território, o lugar é conhecido por seus moradores apenas como uma de suas localidades que possui o mesmo nome.

Assim, os moradores apresentam um microcosmo de aspectos mais amplos, como a falta de uniformidade para tratar do território - Poder Público, IBGE, Comunidade local (conforme abordado no capítulo 2). E a partir dessa perspectiva, as comunidades possuem maneiras de organização própria, com suas diferentes práticas, identidades e características.

Concluindo, pode ser verificado nesta subseção que, os participantes, mesmo que de comunidades diferentes, enunciam sentidos similares. Sobressai o fato de que, muitos representantes das comunidades atribuem às localidades uma gama de sentidos atrelados ao lugar, às relações de vínculo com o ambiente, destacando o sentido de pertencimento ao lugar, pois há diferentes significados e relações de Morro Ferrabraz.

O Morro Ferrabraz, através da percepção dos representantes das comunidades, despertou relações com o modo de vida, o trabalho, associando-se às belezas do morro e a necessidade de preservação, as memórias da infância e a relação com os elementos humanos e não humanos como importante no processo de construção de pertencimento e da identidade dos atores sociais (no tempo vivido); os aspectos históricos (no tempo longo) e a subversão das fronteiras entre as questões sociohistóricas e ambientais, as diversas formas de organizar e perceber o território "aqui não é o Morro Ferrabraz" e a problemática entre a regeneração das matas em áreas agricultáveis com a permanência do jovem na agricultura.

5.2. CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Uma Unidade de Conservação constitui um instrumento importante de conservação da biodiversidade, aliada à geração de bens e melhoria na qualidade de vida, que, em sentido mais amplo, beneficiam as gerações futuras. Por outro lado, estes espaços protegidos possuem as mais diversas concepções de atores com suas distintas visões de mundo e que vem sendo palco de diferentes disputas ambientais vinculadas ao desenvolvimento econômico. Com base nisso, os participantes da pesquisa foram questionados, a respeito do significado de uma Unidade de Conservação. Suas vozes enunciam um discurso marcado pela relação pessoa-ambiente de forma integrada:

É respeitar assim a vida, o próximo, é ter respeito com tudo né. Porque **a natureza faz parte da nossa vida, ainda mais pra gente que mora aqui.** A gente tem que saber que tem que preservar e ensinar os nossos filhos né,

que tem que ser preservado, porque senão as coisas acabam. E daí não tem mais vida, né, se não tem natureza. (Voz do Pôr do Sol, grifo nosso).

A valorização da relação das pessoas com a natureza como um todo, aparece constantemente entre os atores. “É o homem saber viver junto com a natureza sem agredir ela, interagir com ela” (Voz da cachoeira). O discurso que se apresenta demarca uma perspectiva que desafia as dicotomias criadas pelo pensamento moderno, principalmente com relação a uma perspectiva de preservação que separa o humano do não humano, a natureza da cultura. Essa perspectiva se alinha com o que Spink (2013) descreve sobre a necessidade de se desconstruir a dicotomia entre sujeito e objeto, pois ambos são tomados pela prática social. O que se nota nos discursos dos atores, é a compressão do mundo em que vivem, incluindo elas próprias: não vivemos NO ambiente, mas COM o ambiente

Deixar intacto, acho que não é não, acho que assim o intacto, aquela coisa de proibido a entrada 'ponto'... e nada mais pode fazer... acho que isso não dá, acho que não pode ser assim né... Acho que aquela coisa, **você pode participar, pode entrar naquele ambiente, pode trabalhar**, mas de uma forma que tu não atrapalhe, né, o andar da carruagem normalmente... E no momento que as pessoas, ou só vão gostar e respeitar aquilo que elas conhecem... **o que elas não conhecem, elas não vão respeitar...** né... é uma coisa estranha, claro tem aquela coisa, a mídia já divulga, já ajuda muito, divulga, mas mesmo assim... uma pessoa que mora na cidade, que nunca, né, ela não vai ter um sentimento de respeito, de conservação pra aquilo que ela não conhece... **então uma Unidade de Conservação ela tem que dar abertura** pra uma... claro, pede por outro lado, um acompanhamento, de regramento... pra se ter um **convívio equilibrado**. (Voz das Montanhas, grifo nosso).

Para muitos dos entrevistados, os sentidos produzidos com relação à conservação, destacam uma preocupação com as atividades de subsistência da comunidade local. Nas narrativas de alguns representantes da comunidade, é a necessidade de preservação deste ambiente não somente pelo seu papel ecológico, mas também pela garantia de produção agrícola que representa as relações ecossistêmicas na manutenção da produtividade da terra. Mesmo que alguns destes atores tenham incorporado parte do conhecimento através da participação em conselhos, a maneira como estes atores transmitem seu conhecimento e suas experiências, demonstra a representação do espaço em que vivem articulando com o que foi aprendido ao longo dos anos.

Conservação da natureza, isso ela faz parte do dia a dia do agricultor.. faz boa parte... a gente tem relatos de agricultura, como era agricultura antigamente, e como Ela É hoje... eu acho que ela dentro do nosso município, **ela é uma coisa que é bem visível e em abundância.(...)** preservação... em geral para o nosso município, comparado às décadas antigas, é uma coisa

que eu sempre comentei, se fosse no seu relato de 1950 e pouco, a gente tem fotografias e tem teria como provar muitas coisas, né.. se hoje fosse como aquela época. eu acho que seria uma coisa bem preocupante... e hoje a gente vê com tanta com tanta tecnologia, a favor do serviço, a gente tem bastante áreas preservada... isso daí envolve, aquela época o pessoal, fazendo a machado, a serrote, eu vejo assim, eu considero a agricultura de hoje, a gente seria preguiçoso, comparada àquela época.. porque era manual né, daí que o cara com toda tecnologia de hoje, **a gente tem tanta preservação né..(ENFATIZA)** ela é um fator importante. a gente agricultura em geral sabe. porque a gente precisa ter... principalmente a gente, tem recentes estudos que precisa até da abelha, que apesar de ser pequenininha, tem uma função enorme, para agricultura né.. então eu acho assim ó, o nossos agricultores, tanto eu como a família com os outros, **eles têm a sua mentalidade, seu respeito pelo meio ambiente...** então é significativo, não tem dúvida nenhuma.. que ele significa muito, tanto para as outras partes, como para agricultura.. Cada agricultor vai saber disso. E a gente precisa se ater, se adequar né... porque a gente sente que é necessário... eu vejo muita grande importância a questão ambiental para produção, né da propriedade. (Voz do Vento, grifo nosso).

E acho que se vai pensar em turismo, nada como **ter um ambiente preservado...** a galera não vai querer vir pra ver coisas queimadas aí e a água suja... então, pra turismo é interessante.. pra agricultura orgânica também bem interessante, pras agricultura em geral. A agricultura de pequeno que é a nossa, é interessante [...] E a galera não vai querer ver uma propriedade feia, devastada. (Voz da Cachoeira, grifo nosso).

Ao considerar a interdependência nas relações ecossistêmicas, não seria possível não citar as tensões relacionadas ao cultivo, começando a transparecer a polarização das disputas, a partir de diferentes sentidos postos em jogo. De um lado, a garantia da conservação excluiria o espaço para a prática de cultivo pelo agricultor. Assim como a fala acima, relaciona a conservação do Morro Ferrabraz nos anos de 1950, em que havia muito mais espaço para cultivo e menos “preservação”.

Ninguém vai estragar a natureza, mas nós precisamos ter nossas, nosso lugar pra plantar né. Olha, eu não sou contra, o pessoal tem que conservar a natureza né... mas como uns tempos atrás, foi feito... cada um que tem propriedade, ter 20 a 30 por cento para reserva e tudo. (Voz do Verão, grifo nosso).

Contudo, há divergências nas percepções dos atores, mesmo quando ambos exercem a mesma atividade de subsistência, a respeito da competição de espaço para a prática agrícola em contraposição às demandas de conservação. De outro lado, aparece o argumento que pacifica a conservação e a atividade agrícola: “Tu não precisa desmatar para plantar, tu planta onde tá aberto” (Voz do Pôr do Sol). Emerge, deste contexto, percepções diferentes pela mesma prática - a agricultura poderia ser explicada, primeiro, pelas maneiras tradicionais de cultivar o solo ou, ainda, e não menos importante, pelo fato do relevo de cada propriedade não ser adequado para cultivo.

Também foi verificado, através das percepções dos atores, a relação da conservação com a fauna local, por exemplo, quando é observado o conhecimento através das experiências ao longo dos anos, na conservação da espécie de bugios. É possível vislumbrar a sensibilidade na fala de uma das representantes da comunidade, quando relata a primeira vez que avistou um bugio, ao lado da sua residência.

Eu vim morar aqui (mostra a casa atual), quando eu comecei a ver bugio... quando nós viemos morar nessa casa... eu morei a vida inteira aqui, eu nunca tinha visto bugio na vida... e agora, a gente tem uma família que vive aqui... a gente só ouvia isso muito longe quando a gente era criança (...) é porque agora tem como locomover se movimentar, porque agora mesmo que é eucalipto ou acácia, ele serve como um corredor ecológico, como abrigo, e também o Eucalipto não né, mas ter com sub bosque... Lembro que era tudo marrom (Voz da Harmonia).

Em mais de um relato, a explicação para inexistência ou a não visualização de bugios no morro, foram as mesmas - a grande quantidade de áreas descampadas, isto é, o principal fator é dado pela expansão do cultivo no Morro. A partir da regeneração das matas no Morro, essa aproximação com a fauna nativa possibilita a construção de um conhecimento baseado na observação atenta. Como um exemplo bastante apontado pelos atores, a relação do ronco do bugio com a chuva: "O bugio ele se manifesta um ou dois dias antes da chuva, né" (Voz dos Vales). Esse fato, pode ser explicado cientificamente, em função dos bugios serem bastantes sensíveis às mudanças drásticas de pressão atmosférica (SARTORI, 2000).

Para alguns representantes, a função ecológica do ambiente é bastante clara, e essa percepção reafirma uma interação pessoa-ambiente, pautando uma relação de simbiose das comunidades locais com a natureza, com a terra, com as florestas, com os arroios, seus ciclos de vida, destacando suas práticas de trabalho, crenças, tradições e sua própria visão de mundo.

É não interferir no ciclo do ambiente, do bioma, sei lá... de modo que não haja, palavra da moda, **resiliência**... porque no momento em que a gente está aqui, nós estamos interferindo... tá, vem os bugios aqui, vem aquele outro, mas a gente tá largando coisas pela água, largando coisas na natureza, a gente tá interferindo... mas enquanto essa interferência não é, um interferência que bloqueia né, que arrasa com alguma coisa, que faz desaparecer uma espécie... isso é conservação. (Voz das Montanhas, grifo nosso)

Nesse sentido, alguns atores demonstram a importância das interações pessoa-ambiente, especialmente com relação ao seu modo de vida, que está envolto em diferentes relações de interdependência dos recursos naturais. Percebe-se que as vezes que associam a Unidade de Conservação com aspectos ambientais, acreditam

ser os arroios e as matas nativas focos de preservação. Bem como existem ainda representantes locais que não sabem o que é uma Unidade de Conservação, mesmo o Morro Ferrabraz ser uma desde 2016. Apenas três representantes relacionaram a Unidade de Conservação com o local onde moram, esse fator pode estar relacionado com a falta de conhecimento ou de informações a respeito da ARIE, referente às questões ambientais que contribuíram para a criação da UC e seus objetivos.

Por isso, a participação da comunidade na consolidação da UC é essencial para a promoção de estratégias de conservação. A falta de informação, conhecimento e familiaridade com relação aos conceitos e práticas que envolvem uma UC, nos leva a refletir sobre o quanto as estratégias de EA são elementos fundamentais para a sensibilização da população local em relação à biodiversidade existente nas UC, garantindo a preservação dessas áreas (PRIMACK; RODRIGUES, 2001).

A conservação ambiental mostra-se muito presente nas falas das vozes, no entanto de formas distintas, lançando mão de diferentes repertórios linguísticos, seja na vinculação com a valorização da relação das pessoas com a natureza, com a “interação do homem sem agredir a natureza”; seja nas divergências quanto às demandas de conservação, que por um lado geram preocupação de que a garantia de conservação possa prejudicar as atividades de subsistências e excluir o “espaço” da prática de cultivo pelo produtor rural e, por outro, a necessidade da relação de reciprocidade entre as comunidades locais e a natureza (pessoa-ambiente); assim como a maneira pela qual estas relações com a conservação podem estar vinculadas pelas diferentes formas de conhecimento e informações recebidas pelas comunidades.

5.3. A ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO DO MORRO FERRABRAZ: A ARIE NÃO É O MORRO

É uma unidade que quer conservar a natureza. As pessoas que moram no local. Por que a comunidade faz parte né? Dessa preservação. Porque não é só proteger as árvores, os rios... a comunidade tá junto nessa unidade de conservação. Eu acho que isso é bom. Tudo funciona ao redor disso e com essa unidade, a gente tem mais força né. Tem quem nos apoie. (Voz do Pôr do Sol)

A situação ambiental em que vivemos revela ser indiscutível a importância em adotar novos regulamentos com relação ao uso dos recursos naturais. No entanto, qual seria a forma ideal de gestão dos recursos naturais ou de conservação da

natureza? As Unidades de Conservação são áreas criadas para proteger um ambiente com rica biodiversidade, mas a gestão de uma UC pode ser dificultada com um número baixo de efetivo para a fiscalização e ferramentas de trabalho, que possam garantir os objetivos de proteção.

Ao atribuir sentido ao “Morro”, as entrevistas evidenciam uma relação que se constrói a partir da vivência, das relações, da história com o lugar, conforme apresentado no início deste capítulo, no entanto, ao falar da “ARIE” ou de uma “UC”, se reportam a noções menos familiares, menos vividas, evidenciando a busca de compreender exatamente o que isso significa.

Unidade de Conservação é um espaço que tem né delimitado, onde se vai conservar a mata da forma mais original possível... Depende também do tipo, tem aqueles tipos de unidades de conservação, daí muda... **eu já saio pensando na ARIE, porque a ARIE é com pessoas morando né... que isso não seja conflitante né, que elas possam continuar trabalhando e sustentando da terra, mas ao mesmo tempo tem essa parte da preservação da natureza né...** daí tem outras né. (Voz da Harmonia, grifo nosso).

Os sentidos atribuídos para a ARIE, na fala destacada, reafirmam uma grande preocupação com a moradia e trabalho das pessoas inseridas na Unidade de Conservação. Essa visão ainda separa humanos de não humanos / sociedade de natureza. Essa produção de sentidos também é atravessada pelo tempo longo (Spink, 2010), referente a aspectos historicamente relacionados com o “mito da natureza intocada”, do qual nos fala Antonio Carlos Diegues (1998), que tem como alicerce a compreensão de duas dimensões, com universos separados: humano e não humano / sociedade e natureza. Carvalho (2011) descreve que quando o sujeito reconhece o ambiente em que está inserido, situado num tempo histórico e num espaço social, adquirimos a capacidade de redefinir o lugar que habitamos e nossas relações que formam o mesmo mundo. Essa preocupação encontra convergência com a categoria que a ARIE do Morro Ferrabraz está inserida, que é a de Uso Sustentável, sendo assim o objetivo básico “é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (SNUC, 2000).

Uma área de relevante interesse ecológico como a palavra diz é **relevante interesse ecológico**, onde se preserva e o cidadão também como ele faz parte como agente da natureza, que ele também seja uma com a gente dentro do processo. (Voz da Cachoeira, grifo nosso)

Significa preservar o Morro, para que ele continue com essa cara assim, continue com essa vegetação (...) eu acho que é o mais importante, é que Morro continue com essa cara que ele que tem, aqui com vegetação e tudo. (Voz das Matas).

Alguns entrevistados incluem as pessoas na ARIE do Morro Ferrabraz, colocando-as como agentes da natureza. Através destes sentidos, demonstram que a ARIE do Morro Ferrabraz carrega consigo “o sentido de lugar”, que integra seus elementos humanos e não humanos. Apesar de todas as situações conflituosas destacadas pelos entrevistados, ela representa para os moradores que possivelmente entraram em contato com outros repertórios linguísticos sobre a UC (de natureza técnica), um lugar de conservação, lugar de pertencimento ao ciclo da natureza. Outros entrevistados, evidenciam o sentido de preocupação com a moradia e trabalho dos moradores locais na ARIE do Morro Ferrabraz, bem como um certo estranhamento com relação à categoria, aliado à explicitação da necessidade de se obter mais “explicações”, “informações”.

Elas poderia significar um monte de coisa aqui, um ato de respeito, ao meio ambiente de repente... porque existe uma documentação, uma coisa mais, mais vista, como que a gente entende até hoje desde que começou a aparecer mais né... ser mais comentada... e creio que ela possa na medida das explicações do tempo, vir a acrescentar muito para os agricultores, mas eu creio que seria para mim, que que ela poderia e o que vai ser... **um ato de respeito então pelo meio ambiente... com muita cautela, pra explicar pros agricultores entender.** (Voz do Vento, grifo nosso).

Isso se reflete no estabelecimento das relações entre os moradores com a Unidade de Conservação. Mesmo que seja reconhecido, na produção de sentidos dos moradores, valores significativos aos cuidados com a natureza bastante vinculados ao “Morro Ferrabraz” (relacionados às suas experiências de vida e memórias), os sentidos em relação à ARIE aparecem repletos de cautela, preocupações, estranhamentos, necessidade de mais informação e falta de familiaridade.

Nesse sentido, a fala acima destacada demonstra que, apesar de a falta de comunicação e conhecimento ser apontada como um dos principais desafios, há os moradores que buscam informações e compreensão do que está acontecendo com o território. Assim como, a relação da ARIE do Morro Ferrabraz com o trabalho e a moradia, é trazido muitas vezes como conflitante. Contudo, parece que aos moradores que tiveram a oportunidade de entrar em contato com outros repertórios linguísticos, quando se busca maiores informações, esses sentidos apresentam uma vinculação diferente. Conforme o relato enuncia, a ARIE é entendida como um ato de respeito pelo meio ambiente, no entanto, muito vinculado com cautela pelos agricultores.

É o primeiro desafio é esse esclarecimento.(...) construindo o plano de manejo, não tem nada a perder, essa é a solução... Agora se vier pronto de cima, de uma entidade que não é daqui, que não conhece a realidade e tal das pessoas e as necessidades, aí sim pode não dar certo(...) aquela ideia

que vocês tiveram de já escutar os núcleos separadamente, mesmo que é o Morro Ferrabraz, uma ARIE, a gente sabe que tem necessidades diferentes, um lugar do outro, pra cada localidade... então ai eu acho que dá pra construir, mas aí precisa de muita vontade de todos os lados, pro lado da equipe que vai construir o plano de manejo e por outro lado das pessoas que moram em cada lugar... mas aí eles precisam tem que ter uma ideia mais claro do que é o plano de manejo, parece que não escutam (Voz das Montanhas).

A Voz das Montanhas também traz a questão do território como múltiplo - cada localidade com a sua necessidade, apontando como caminho a construção coletiva que deve envolver a vontade de todos. Essa visão, também foi trazida pelos representantes locais, para os momentos de planejamento das mobilizações do plano de manejo.

Quando perguntados sobre os principais desafios da implementação da ARIE do Morro Ferrabraz, o resultado predominante evidenciou a necessidade de maiores esclarecimentos e de informações referente à Unidade de Conservação. “Fazer a comunidade entender e ela se inserir” (Voz da Cachoeira). Assim como, destaca-se a importância da construção do Plano de Manejo de forma participativa, conforme a realidade de cada localidade, inserindo os moradores na gestão da Unidade de Conservação.

Nesse contexto, reforça-se a necessidade de conhecimento, aproximação e valorização das comunidades locais na gestão da UC, favorecendo as novas condutas, e propiciando uma relação harmoniosa com a natureza e com a ARIE do Morro Ferrabraz.

Acho que o primeiro desafio assim que eu vejo a implementação do plano, é não é a implementação, **é a elaboração desse plano de manejo né...** acho que depois que isso tiver superado, dai vai ser(...) tinha várias pessoas que até disseram “não, vamos fazer esse Plano de manejo com quem quer, com quem está afim de participar, não com quem quer fazer arruaça”. **Então que se vê que tem várias pessoas que estão afim e acham isso importante, que acham legal e que querem contribuir né...** então eu acho que se não der do jeito que se propôs né, bom, seria uma solução de buscar quem quer. (Voz da Harmonia, grifo nosso).

Nesse sentido, conforme o relato acima, apesar das reuniões iniciais de apresentação da metodologia do Plano de Manejo, terem sido bastante tumultuadas (“arruaça”), houve pessoas interessadas na participação do processo de gestão. Assim, a elaboração do plano também é vista como um momento de contribuição, de compartilhar, de fazer parte, e de construir estratégias que garantam a conservação dos recursos naturais e também melhorar as condições de vida das pessoas que moram na UC.

De acordo com Diegues:

[...] se pode pensar na criação de áreas protegidas como espaços territoriais onde a necessidade de uma *relação mais harmoniosa entre homem e natureza* é afirmada *positivamente*, não de forma excludente como hoje prevê a legislação de parques e reservas, mas de forma a beneficiar as populações locais. Mais do que repressão, o mundo moderno necessita de *exemplos* de relações mais adequadas entre homem e natureza. Essas unidades de conservação podem oferecer condições para que os enfoques tradicionais de manejo do mundo natural sejam valorizados, renovados e até reinterpretados, para torná-los mais adaptados a novas situações emergentes. (2008, p. 99, grifo do autor).

A desconstrução do mito da natureza intocada (Diegues, 2008) é ressonante com os anseios da população com relação à inclusão dos moradores, à possibilidade de continuidade de suas práticas e cultura, do seu trabalho e modo de vida quando relacionados com a Unidade de Conservação. O reconhecimento da existência desses atores sociais nas UC, são a base para estabelecer a relação homem e natureza, a importância para a conservação e manutenção da biodiversidade e a necessidade da participação democrática na gestão dos espaços territoriais.

Mostrou-se predominante as dúvidas dos entrevistados com relação aos possíveis regramentos e a maneira de construção do Plano de Manejo, acompanhadas de um certo anseio com relação à possibilidade de manutenção de suas práticas (de trabalho, culturais, modos de viver). Entretanto, alguns entrevistados apontaram que, além dos regramentos que a UC impôs (que por vezes se confundem com regramentos relacionados a outros dispositivos legais, tais como o Código Florestal), também deveria haver vantagens aos moradores locais, que se relacionam à possibilidade de remuneração pelos serviços ambientais prestados.

Então eu acho assim ó, teria que ter um incentivo para o jovem tentar ficar (...) eu acho que é um potencial que de repente depois a ARIE pode agregar... hoje existe um programa PSA que o governo paga para reflorestar forte, a gente tem o ICM ecológico, tem o crédito de carbono, a gente sabe que empresas pagam altos valores para compensar os erros e tal. Eu acho que isso não poderia dentro do município, ajudar a pegar lá, fazer um projeto ou viabilizar isso aqui, e realmente compensar aquilo que estão preservando. (Voz do Vento).

É possível verificar, que alguns atores possuem o conhecimento de que a ARIE do Morro Ferrabraz poderá trazer benefícios aos moradores locais, que destacam a necessidade de recompensar quem ajuda a conservar os recursos naturais e quem adota práticas que auxiliam na manutenção do bioma Mata Atlântica, como por exemplo, através de políticas públicas como a Lei nº 14.119/2021, que institui o Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais. Sendo assim, os moradores denotam que, à medida que a Unidade de Conservação impede certas

atividades, deve ser estimulado na gestão da ARIE do Morro Ferrabraz, outros mecanismos para beneficiar aqueles que conservam os recursos naturais, auxiliando na permanência dos agricultores familiares na região.

É recorrente que as Unidades de Conservação sejam associadas com a limitação de atividades econômicas ou condutas na área delimitada como protegida. Contudo, as restrições impostas por áreas protegidas em determinadas atividades, possibilita o desenvolvimento de outras atividades econômicas, agregando a renda familiar e simultaneamente, gerando diferentes benefícios sociais vinculados à conservação e serviços ambientais.

Com base no princípio do “protetor-recebedor”, aquele que diretamente ou indiretamente, protege o meio ambiente através de um serviço ambiental prestado tem o direito de ser compensado, há diversos incentivos fiscais que introduzem critérios ambientais, aqueles visando a conservação dos recursos naturais, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS Ecológico e o Pagamento por Serviços Ambientais – PSA.

Eu acho que quando tocar na parte do dinheiro, eles vão. (...) só falta a comunidade perceber isso... Toda essa questão, que nós tava falando né, de trazer essa conscientização né, de que existe em outras possibilidades de ter uma renda né, de fazer projetos pra você adquirir uma consciência, tal e também para os jovens para as crianças né... eu acho que se tu tem uma Unidade de Conservação, ela também às vezes é alvo de estudos né e de projetos de universidades, do poder público né então... **eu acho que eu tem vários benefícios...** só que eles não conseguem vislumbrar isso né... a gente ve isso dando certo em outros lugares né... tinha que começar já, cada folha, tu vai ganhar um real... já pensou (...) que tem empresas né, grandes empresas que elas têm que destinar né, recursos para esse tipo de projeto, mas eles não entendem isso. (Voz da Harmonia, grifo nosso).

Nesse contexto, os benefícios que são vislumbrados por determinados entrevistados da comunidade, são vistos como oportunidades de geração de renda dentro da ARIE do Morro Ferrabraz e com isso podem trazer incentivos fiscais que contribuirão na manutenção da conservação do patrimônio natural.

As comunidades que vivem dentro de uma UC, geralmente, são vistas como fontes de impactos negativos, no entanto, podem se tornar aliadas à medida que forem inseridas adequadamente nas iniciativas da gestão da UC, na participação das tomadas de decisão, por meio dos incentivos fiscais, e através da Educação Ambiental. Essa inserção da comunidade na gestão da UC, requer que as necessidades e anseios das comunidades inseridas na UC, sejam levadas em

consideração, e a partir daí, a percepção dos benefícios que uma área protegida traz, pode tornar a comunidade aliada à conservação da UC (PÁDUA, 2012).

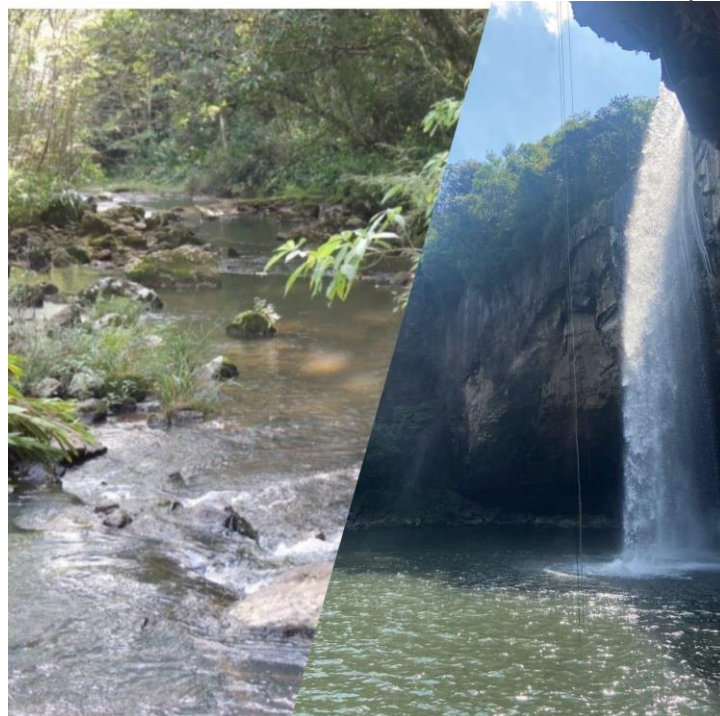
Outro fator destacado pelos entrevistados, são as belezas cênicas da região, os pontos culminantes, em função do Morro Ferrabraz estar inserido na região montanhosa compreendendo os primeiros contrafortes da Serra Geral, com 774 m de altitude e vistas privilegiadas. Assim como, as vozes destacaram lindas cascatas, em função da elevada altitude que o Morro Ferrabraz está inserido. Abrange também, região importante para a recarga dos recursos hídricos, pois nela, estão localizadas muitas nascentes e arroios que contribuem significativamente duas importantes bacias hidrográficas – do Rio dos Sinos e do Rio Caí.

São esses pontos culminantes que tem... é o ponto uma região mais elevada da grande Porto Alegre, as cascatas do arroio hospital, e toda essa vista que tem aqui dá, uma diferença de nível, muito muito grande, ali de Picada Verão para esse ponto aqui então, igual um Cânion, igual Aparados da Serra. (Voz da Harmonia).

Tem ali na bifurcação que vai do Alto Ferrabraz para Bela Hú, que tem aquela vista panorâmica é sensacional... dá pra ver Porto Alegre... e nessa propriedade aqui (mostra o vizinho), tem vista panorâmica para Nova Hartz, pra todo o vale do lado de cá... é muito lindo também. (Voz das Montanhas).

Tá vendo a gente já vê (mostrou a vista), (...) vemos toda essa cidade, vai pegar Sapiranga, Araricá, Campo Bom e tudo por cima da preservação. (Voz dos Vales).

Figura 13 - Belezas encontradas no Morro Ferrabraz, Arroio Hospital e Arroio Jacob

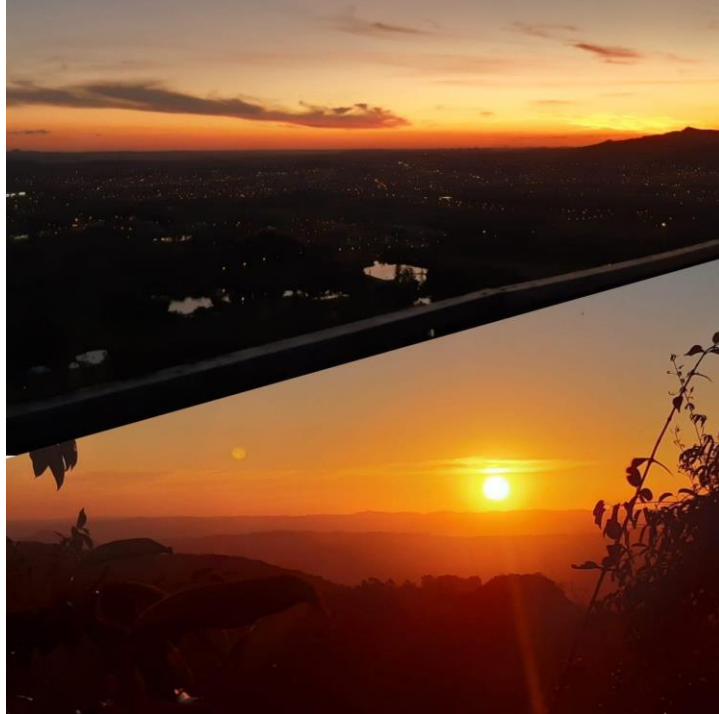


Fonte: Arquivo da autora (2021).

Outra beleza destacada na ARIE do Morro Ferrabraz, é as belas paisagens com o nascer do sol ou com o pôr do sol.

O nascer do sol e o nosso pôr do sol aqui da janela, aqui é fantástico o pôr do sol. (Voz do Pôr do Sol).

Figura 14 - Vistas panorâmicas do Morro Ferrabraz com o pôr do sol



Fonte: Arquivo da autora (2020).

Ressalta-se a importância de compreender como os moradores locais interagem e percebem o ambiente em que estão inseridos, para que a relação entre a comunidade e os gestores da Unidade de Conservação seja fortalecida.

Conhecer como as pessoas percebem, vivenciam e valoram o ambiente em que se acham inseridas ou que almejam é uma informação crucial para que os gestores de políticas públicas e de área afins possam planejar e atender as demandas sociais (KUHLEN, HIGUCHI, 2011, p. 253).

A percepção ambiental contribui para a construção da identidade de lugar, sendo fundamental o desenvolvimento de processos participativos entre as comunidades inseridas nas UC, para proporcionar novas formas de perceber as Unidades de Conservação, fortalecendo o envolvimento e a gestão das áreas protegidas e conectando, aproximando os diferentes sentidos, repertórios e registros que são atribuídos para falar do mesmo território.

Em síntese, ao falar da ARIE, os entrevistados atribuem sentidos repletos de cautela, preocupações, estranhamentos, aliados à necessidade de obter maiores informações sobre o assunto, reportando heranças do processo de criação da UC;

reafirmam também a angústia na permanência da moradia e do trabalho dos moradores locais da ARIE, com relação a possíveis regramentos que o Plano de Manejo pode trazer; evocam a necessidade da participação das pessoas interessadas em contribuir com o plano de manejo, justificando a importância da gestão participativa; bem como, algumas vezes, atribuem a ARIE como um lugar de preservação, colocando-se como agentes da natureza, apontando para oportunidades e benefícios através de políticas públicas (ICMS Ecológico e PSA) como ferramentas importantes para beneficiar aqueles que auxiliam na manutenção dos recursos naturais.

5.4. ATIVIDADES ECONÔMICAS

Apesar das Unidades de Conservação serem espaços territoriais protegidos que possuem características naturais relevantes, é importante explicitar que a legislação prevê e incentiva diferentes atividades econômicas nestes espaços. Ressalta-se que segundo o SNUC, as Unidades de Conservação da categoria de Uso Sustentável são áreas em que algumas atividades humanas são permitidas, sem prejuízo à conservação ambiental. Essas atividades visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da área. Elas preveem a proteção do meio ambiente, concomitante com atividades humanas.

E é a partir disso, que a Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz, possui entre seus objetivos compatibilizar explorações com os atributos de proteção e assegurar o desenvolvimento das atividades da agricultura familiar com incentivo à sustentabilidade ambiental. Dessa forma, todos os atores sociais foram questionados a respeito das atividades econômicas desenvolvidas e a serem desenvolvidas na UC.

E o Morro Ferrabraz tanto morro lá (...), como as suas comunidades em volta, **foram sustento de muitos agricultores**, anos e anos, viveu desses morros e essas encostas que fizeram roça né... E até hoje, nós temos gentes vivendo da agricultura né, baseada daí em torno desse Morro Ferrabraz e também hoje a gente também vê bastante os comentários do turismo né... porque a gente tem o Morro Ferrabraz que é o vôo livre... eu acho que é uma boa, uma parte bem conhecida também do Morro, é a atividade do voo livre né. (Voz do Vento, grifo nosso).

As principais atividades econômicas exercidas na ARIE do Morro Ferrabraz são atividades vinculadas à agricultura, silvicultura, produção de carvão, agroindústrias,

pecuária, turismo, esportes e lazer. Como citado, um dos representantes da comunidade, o Morro Ferrabraz foi e ainda é, o sustento de muitos moradores locais, pois a atividade que prevalece na UC é a atividade agrícola, através do pequeno produtor rural. Os sentidos expressos nas declarações de grande parte dos representantes da comunidade revelam a dependência do Morro Ferrabraz, para a subsistência das famílias locais.

A gente é agricultor como todo mundo sabe... a gente vive da agricultura... [...] a gente tem a nossa fixação aqui né... a gente batalhou né... a gente quer zelar para os jovens ficarem na agricultura né, pra não ficar disputando o espaço com o pessoal que já tem ampla dificuldade lá embaixo (zona urbana), de conseguir um emprego e a produção de alimentos é coisa mais certa que o cara pode investir né... porque alimentação, em todas, respeitando todas as profissões (...) mas a agricultura sempre foi uma das profissões mais antigas, normalmente né, e as mais necessárias né... porque toda pessoa precisa se alimentar 3 vezes por dia né... de algum lugar alguém suou ou alguém dedicou o seu tempo para produzir o alimento. (Voz do Vento, grifo nosso).

Muitas famílias possuem suas práticas “tradicionais”, baseadas nos conhecimentos locais, que foram sendo passados ao longo das gerações. Sobrevivem da venda dos alimentos que produzem no morro na Feira do Agricultor, nas quartas-feira e sábados, ou ainda, através dos programas de venda que apoiam o pequeno produtor rural. Dessa forma, demonstra-se a relação de dependência dos moradores locais das atividades laborais atualmente desenvolvidas dentro da UC.

Assim como, um dos representantes que trabalha há muitos anos na agricultura, destaca a necessidade de rotação de cultura e manejo que contribuam para a conservação e uso sustentável do solo, para a continuidade da produção:

Se tu tem que aproveitar sempre a mesma roça, tudo, tu não consegue mais colher mais nada... tem que aumentar e trocar... Deixa uma roça descansar 7 ou 8 anos, e usa a outra. (...) Porque tu não pode a vida inteira continuar trabalhando em uma mesma roça, porque tu não vai colher mais nada. A terra não produz mais nada. É uma dificuldade que nós temos na colônia. (Voz do Verão).

É possível observar que muitos agricultores possuem a preocupação com o manejo do solo vinculado à conservação, a fim de manter a produtividade da terra. Esse conhecimento, provavelmente, foi adquirido através dos saberes locais de seus familiares e da comunidade, que a partir das experiências e práticas, puderam compreender a importância da conservação do solo para melhorar a produção agrícola.

É possível verificar que, de modo geral, os representantes se apresentam vulneráveis quanto às questões a respeito das possíveis regras que uma Unidade de

Conservação pode trazer aos espaços em que vivem e trabalham, e, portanto, dependem.

Porque nossa agricultura, tanto os jovens como os mais antigos, eles estavam vivendo, sabe às vezes tu faz na sua propriedade aquilo que seria necessário, a gente às vezes sabe, não dá pra tu envolver tudo, **correr atrás da documentação como se sugeriu dentro da ARIE**, né. (...) E o que eu vejo que a maioria das pessoas que mora aqui que, não é bem uma ambição, **quer continuar podendo fazer seu trabalho e continuar morando no seu lugar, não sofrer interferências, que vou ter que mudar meu modo de vida, por causa que agora tem isso e aquilo no Morro Ferrabraz**. (Voz das Montanhas, grifo nosso).

Para outros representantes das comunidades locais, a ARIE do Morro Ferrabraz traz a garantia da permanência da atividade agrícola vinculada ao uso sustentável, pois descrevem que todas as atividades vinculadas à agricultura devem permanecer, mas com regramentos. Além disso, clamam pelo incentivo e parceria do poder público:

Na agricultura as coisas são sazonais né, tem coisas que são só naquela estação, (...) talvez esse sincronizo, teria que ser mais incrementado né. Daí entra aquela coisa né, **se o município apostou e deu todas anuências para se criar a ARIE, agora também tem que arcar com as consequências né. E uma delas é de acompanhar os moradores do lugar, dar apoio e suporte**. (Voz das Montanhas, grifo nosso).

É possível observar no discurso anterior, a necessidade de apoio aos agricultores nessa etapa de transição das práticas tradicionais da agricultura com os objetivos das Unidade de Conservação. Mas além disso é trazido também a necessidade de regramentos na ARIE, como por exemplo, com relação à necessidade de redução do atual uso de agrotóxico nas práticas tradicionais da agricultura. Diversos representantes das comunidades, relataram sobre o uso desenfreado dos agrotóxicos nas lavouras, dentre eles:

Não adianta tu ter uma Unidade de Conservação, e dê-lhe agrotóxico, não só porque aquela área ali pode né... Tentar mostrar que tem outras formas né. Como aqui por exemplo esse negócio dos Orgânicos é bem forte. (...) Então não é só Voo Livre, acho muito legal isso né, tanto que os orgânicos tem reuniões que vem gente do país inteiro, tem até do exterior, que tiveram aqui, é muito reconhecido o trabalho deles. Eu acho que assim esse exemplo né plantar sem agrotóxico (...) Aqui o pessoal é muito resistente. (Voz da Harmonia, grifo nosso).

A preocupação gerada pelo uso excessivo de agrotóxicos, não é só pela conservação do solo, mas também pela qualidade ambiental das águas e conseqüentemente, da saúde dos moradores locais. É perceptível na fala de alguns entrevistados, a busca por novas alternativas de cultivo sem o uso de agrotóxicos, a fim de fornecer qualidade e valorização ao produto final.

Percebe-se também, significativa preocupação dos atores, com a garantia da permanência dos jovens nas áreas rurais. Estratégias que favoreçam a permanência do jovem no meio rural são relatadas por alguns representantes, como uma escola técnica rural e diversificação de atividades econômicas.

Eu sei que, meu marido já fez parte do COMDER, lá no início, já falava que nós tinha que ter tipo um, não bem uma escola, mas um braço de escola de formação de técnico agrícola. **Pra manter os jovens aqui**, os jovens não ir pra cidade, daí vão pra lá estudar, daí vê isso, isso, isso aqui e aquilo e não voltam mais. **Então tinha que ter uma formação mais técnica de agrícola, de agricultura, pra estimular o pessoal a ficar aqui.** (Voz das Montanhas, grifo nosso).

Eu queria ver o morro assim como agora é... agricultura tocando em frente, **alguns jovens ficando mais aqui em cima**, por que tem pouco jovem mais na, assim, na agricultura, na roça. (Voz do Plantio, grifo nosso).

Corroborando com as falas destacadas, um ponto significativo, é a preocupação com a permanência dos jovens nas áreas rurais, ao longo do tempo, das práticas e modos de viver relacionados à agricultura familiar, pois a partir das dificuldades históricas de sobrevivência da agricultura familiar, é fundamental pensar em estratégias que possibilitem a qualidade de vida dos pequenos produtores. Dessa forma, o turismo rural é apontado como uma alternativa de renda e valorização da propriedade rural, além de ser uma atividade potencialmente sustentável (CANDIOTTO, 2007).

Outra atividade descrita pelos representantes é a Silvicultura, atividade com o cultivo de espécies exóticas como acácia e eucaliptos. Essa atividade, conforme os sentidos dos atores, é bastante visível no Morro Ferrabraz, isto é, há uma cadeia produtiva vinculada à silvicultura, que vai desde o plantio, o corte, a produção de carvão e o transporte da lenha às indústrias da região.

Uma coisa que dá muito, que muitas pessoas aqui em cima trabalham é com a Acácia e Eucalipto, é um dos principais aqui em cima né, carvão, a plantação normal, milho, aipim, essas roças normais. Eu acho que são os maiores aqui em cima. (Voz das Matas, grifo nosso).

Então isso é uma atividade econômica, **mais visível no nosso morro essa questão do mato de Acácia, de eucalipto**. Então isso são hoje todas as atividades que são relacionadas agricultura, produção de alimento, eu acho que eu vejo como viável né... Então digo assim ó, aquilo que está sendo feito hoje, então isso é uma coisa que tem que permanecer né, tanto com as atividades novas que estão começando a aparecer né. (Voz das Montanhas, grifo nosso).

Em relação aos sentidos atribuídos às atividades vinculadas ao setor turístico, os atores apresentaram opiniões divergentes, se por um lado alguns atores estimulam o turismo no Morro Ferrabraz, por outro lado, outros descrevem conflitos gerados pelo

setor turístico. A argumentação dos representantes favoráveis, é de que **“o nosso Morro Ferrabraz, tem que ser preservado e ao mesmo tempo acho que ele pode ser explorado da forma correta**. Com trilhas, com lugar para o pessoal vim passear, fazer um lanche” (Voz do Pôr do Sol, grifo nosso), enfatizando em outros momentos a beleza cênica do local. Além disso, relataram que há diversas áreas que podem ser exploradas através do turismo, até podendo funcionar como um incremento na renda dos moradores.

Eu? **Quando eu vou lá**, é só para caminhar e olhar e apreciar a paisagem. **Com as regras e com as pessoas com a cabeça no lugar eu acho que podia ser explorado** né. Porque é muito bonito né? E aí tu vê o pessoal, aí vai lá no Caracol olhar lá, porque lá é bonito. Mas poxa, aqui também é lindo, né? E é tão perto. Mas eu acho assim, tinha que ter mais opções quando as pessoas chegam lá em cima. Não chegar e dar de cara com duas rampas e uma paisagem linda. Tinha que oferecer um lanche, banheiros decentes... E, ter uma infraestrutura lá em cima, né. Eu acho, que assim, juntar, juntar governantes, com a sociedade, com a comunidade né, eu acho que ia fluir, né...Que senta lá, tomar um chimarrão, comer alguma coisa, e não tem, a não ser que leve. Eu acho assim, que isso é uma coisa pros governantes, pensar e colocar em prática. (Voz do Pôr do Sol, grifo nosso).

Por outra perspectiva, alguns atores se mostram contrários às atividades vinculadas ao turismo e esporte, já que essas práticas trazem pessoas “desconhecidas”, e com isso o aumento da preocupação com a segurança dos moradores locais e da própria produção.

Vocês levam essas pessoas nesses lugares escondidinhos, mas essas pessoas não sabem que elas voltam depois... e que voltam sem vocês, elas voltam... acham que podem entrar, quando elas querem... eu disse são coisas de informar as pessoas que essas trilhas são só para aquele momento, não pode ficar indo e ficar colhendo as coisas... **Meu irmão, ali em cima, tinha guardado umas bergamota comum para vender na feira, daí não tinha mais nada ali, era a trilha da bergamoteira perdida**, o nome da trilha... eles acham que as bergamotas estão perdidas. (Voz da Harmonia, grifo nosso).

Por que se tu aprontar alguma coisa na roça, agora já tão sumindo. [...] nós plantamos ali, milho e, esse ano, não foi muito, mas anos atrás, eles roubaram bastante comida. [...] Os skatistas, no asfalto. [...] nem um aviso lá embaixo, de fechado aqui em cima, não avisaram e eu nem vi na minha frente, **ainda bem que o fusca é pequeno e eu consegui desviar**. (Voz do Plantio, grifo nosso).

A atividade agrícola dos agricultores é realizada em áreas de terras que por sua vez, muitas não são cercadas, esse é um fator importante que acaba gerando diversos conflitos com turistas e esportistas que adentram as propriedades privadas, em busca de trilhas, como por exemplo a “trilha da bergamoteira perdida”.

As Unidades de Conservação que abrigam comunidades em seu interior, devem buscar ferramentas de planejamento e gestão que substituam algumas

práticas tradicionais realizadas, investindo na melhoria das condições de vida das comunidades, mas também garantindo a sustentabilidade (PÁDUA, 2012).

Portanto, as percepções destacadas nessa seção, apontam a dependência dos moradores locais para com seu sustento através do desenvolvimento das atividades dentro da ARIE, prevalecendo neste espaço as atividades da agricultura familiar, apresentando vulnerabilidade quanto às questões a respeito de possíveis regramentos que possam restringir as práticas de trabalho; ressaltam o receio com garantia da manutenção dos jovens nas áreas rurais e a permanência de atividades agrícolas vinculada ao uso sustentável na ARIE, destacando a necessidade de apoio aos agricultores nessa transição; assim como, as opiniões divergentes relacionadas às atividades turísticas e esportivas.

5.5. CONFLITOS AMBIENTAIS

Na gestão de uma Unidade de Conservação, a criação e o ordenamento territorial impostos ou consensuados criam uma rede de relações nos espaços protegidos, que podem ser superpostos por diferentes sentidos e uso dos espaços pela sociedade ou iniciativa privada. A criação de uma Unidade de Conservação pode estabelecer mudanças nos sentidos com relação ao lugar pelas comunidades locais, a partir da alteração do ordenamento territorial, trazendo uma ressignificação às pessoas que vivem no interior ou no entorno de uma UC.

As relações das comunidades locais com o espaço vivido, adquirem novos sentidos na medida em que se estabelecem relações de poder sobre os recursos naturais ou uso dos espaços e, a partir disso, estabelecem-se os conflitos ambientais envolvendo as áreas protegidas. Os conflitos ambientais caracterizam-se pela distribuição dos recursos naturais, pelo acesso e pelo uso e ocupação do território, envolvem grupos sociais com maneiras diferenciadas de apropriação, uso e significação do território, como exposto por Acselrad (2004). Isso torna a gestão de uma Unidade de Conservação mais complexa, em termos de mediação de conflitos ambientais e de interesses diferenciados.

Os conflitos ambientais na ARIE do Morro Ferrabraz não são um fato recente, pois com base no Estudo para criação de Unidade de Conservação na Área Núcleo da Reserva da Biosfera dos Contrafortes do Ferrabraz (PDA-192-MMA), pode-se

comprovar a existência de contestações referente aos impactos ambientais já em 2007, anterior à criação da UC.

Os conflitos ambientais mapeados na ARIE do Morro Ferrabraz, de acordo com a categorização de Zhouri e Laschefski (2010) foram sintetizados conforme tabela abaixo, e melhor explicados e ilustrados na sequência do texto:

Quadro 2: Conflitos ambientais identificados na ARIE do Morro Ferrabraz

| Conflitos ambientais territoriais | Conflitos ambientais espaciais | Conflitos ambientais distributivos |
|--|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ● Processo de criação da ARIE; ● A resistência e o posicionamento contrário dos moradores à implementação da ARIE; ● Conflitos gerados pela restrição de edificações em função dos impactos advindos do parcelamento irregular do solo; ● Conflitos gerados pela falta de informação sobre as restrições impostas pelas legislações ambientais. | <ul style="list-style-type: none"> ● Pelos impactos aos recursos naturais do parcelamento irregular às atividades agrícolas; ● Pelo desenvolvimento de atividades econômicas (impactos do uso de agrotóxico, atividades turísticas, extração de água mineral, silvicultura); ● A ARIE do Morro Ferrabraz é criada a partir de um conflito ambiental espacial - a linha de transmissão, com impactos ambientais, sociais e turísticos na área. | <ul style="list-style-type: none"> ● Má distribuição uso e acesso à água para consumo humano, devido à escassez e a contaminação; ● Desigualdade no uso dos recursos naturais provocados pelo aumento do fluxo turístico entre as comunidades que utilizam esses recursos para subsistência |

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Para iniciar, a própria criação da Unidade de Conservação resultou no surgimento de conflitos ambientais, que perduram até hoje na comunidade. Pode ser visto, através das falas dos entrevistados, a existência de situações conflituosas relacionadas à falta de consulta aos moradores locais referente a criação de uma UC, assim como às restrições de usos e atividades.

Tem essa rusga do momento inicial que não sabia que ia virar isso, então se de uma lado isso ajudou, por outro tá atrapalhando. Isso é bem umas das coisas, um abacaxi que se criou... **Porque a ARIE é quase mais abacaxi do que, tem que fiscalizar, senão é uma coisa que vai ficar só no papel...** se for ficar só no papel, pelo menos manter que essas coisas horríveis não venham a acontecer, por exemplo **a subida da vila pelo morro acima**, e isso acontecendo, pode afetar de diversas maneira, até pelo ponto de vista de segurança, pessoas assim que tem hábitos muitos diferentes, que **começa a gerar conflitos**. (Voz das Montanhas, grifo nosso).

Por que que ela foi criada em 2016, e ela só foi, existia a lei que teria que se aplicar no ato da assinatura vale a lei né, e ela só começou a ser cobrado em 2018... eu só sei que nesse meio tempo foram feitos os devidos registro da ARIE, junto ao estado... então eu acho assim, **houve a consulta dos agricultores para a criação?** assim ó, isso é um fator bem, bem provável porque os agricultores se alteraram, pegaram nesse... acho que assim ó, que nem eu disse, se tivesse saído certinho do papel tudo ocorrido

nos devidos passos, eu ia estar sabendo. As divergências de informações (...) mas eu vejo assim ó, não foi consultada no começo, no devido meio, **eles dizem que apuraram para outras, da questão da passagem da rede... “por causa da linha, não tinha tempo, não tinha tempo” e por isso eu acho que hoje ela não está funcionando**, porque se fosse dado um pontapé inicial certinho, comunicado os agricultores. (Voz do Vento, grifo nosso).

Diante desse contexto, é possível verificar que muitos moradores relatam não terem sido comunicados ou questionados sobre a criação de uma Unidade de Conservação no Morro Ferrabraz, e por este motivo, diversos conflitos surgiram. Nas reuniões ocorridas inicialmente em duas comunidades, as principais perguntas dos moradores locais eram, os motivos pelos quais a UC foi criada e quanto à publicidade da audiência pública para sua criação, como prevista na legislação.

Pra começar dizer, **seriam umas palavras, uma unidade de conservação foi uma coisa que apareceu meio de surpresa**, porque tanto da agricultura a gente não teve a oportunidade, de repente, de se informar antes, o que ela é né... ela apareceu praticamente para todos os agricultores, tanto para mim, como pros outros também, meio com uma coisa de surpresa, a gente começou a procurar informações sobre isso né. (Voz do Vento, grifo nosso).

Porque as pessoas pensam que o morro é delas, não é Sapiranga... Não sei se tu viu, quando colocaram no grupo (rede social) sobre aquelas coisas da escolinha ali tal, que alguém ali colocou se alguém foi consultado, **porque já que tinham outras coisas que tinham sido feitas aqui no morro, que não foram consultadas**, eu pensei vontade de escrever aqui, **“mas quando são consultados, vocês fazem aquela palhaçada que fizeram ali”** (referindo-se às reuniões de apresentação da metodologia do Plano de Manejo na comunidade). (Voz da Harmonia, grifo nosso).

Pode-se perceber que os moradores relatam que não tiveram a oportunidade de buscar informações com antecedência sobre a criação da Unidade de Conservação, pois foi “uma surpresa”. Cabe destacar que, conforme descrito no capítulo anterior, a criação da ARIE do Morro Ferrabraz foi feita com máxima urgência, a fim de impedir a aprovação da licença prévia das linhas de transmissão, conforme descrito nos documentos presentes no processo de cadastro na SEMA.

A instalação das linhas de transmissão no Morro Ferrabraz causaria diversos impactos na flora, fauna, nos recursos hídricos, na subsistência da comunidade local e atividades ecoturísticas do local, e segundo Zhouri e Laschefski (2010) classifica este conflito como conflito ambiental espacial, uma vez que a instalação da linha prejudicaria outro grupo social em decorrência aos impactos ambientais. Assim, a ARIE do Morro Ferrabraz nasce de um conflito - com a linha de transmissão - e persiste em meio ao conflito que nasce com o seu surgimento - a pressa que gerou a sensação de que a população não foi suficientemente consultada, não tinha informações suficientes para decidir. As heranças do processo de criação da ARIE do

Morro Ferrabraz foram constantemente expostas nas contribuições, de forma que alguns entrevistados apresentam sentidos que colocam mais foco nos entraves do que naquilo que a Unidade de Conservação pode prover benefícios aos moradores e a todos os munícipes.

Ainda na discussão sobre a criação da ARIE do Morro Ferrabraz, os sentidos presentes nas entrevistas demonstram medo e preocupação da comunidade local com relação à implementação da Unidade de Conservação no seu lugar de moradia, interferindo em seu modo de trabalhar e viver, gerando entraves e obstáculos.

Bom, é assim, não é bem um conflito eu acho, é mais uma situação de receio e de preocupação, de que vai ter **interferência no andamento normal das coisas, de que as pessoas estão acostumadas a fazer**, quer dizer assim, esse receio faz com que se tenha toda essa precaução, então essa novidade não queremos. (...) Então tem pessoas com um pouco de medo que vão ficar um pouco, alguns bastante, impedidos de fazer isso, com a instituição da ARIE. Então isso gera, praticamente como a gente já viu, **conflito, um medo bem exagerado**. Daí não querem nem saber né. Acho que isso **faz parte um pouco do espírito do agricultor** né, o agricultor, a agricultura, deixa as pessoas um pouco mais com pé atrás, desconfiados... E em uma cidade em que muitos e muitos anos com o progresso da indústria do calçado, só valeu isso, o resto não valeu nada... Então **nunca foram apoiados**, nunca receberam, tiveram que se virar por conta própria. (Voz das Montanhas, grifo nosso).

Do ponto de vista da gestão ambiental do território (município), para a consolidação da gestão da ARIE do Morro Ferrabraz, o medo, a resistência e o posicionamento contrário de alguns moradores locais é visto, pela Voz das Montanhas, como um “conflito, um medo bem exagerado”. Foi possível perceber isso nas reuniões realizadas nas duas comunidades locais, em que praticamente todos os participantes colocaram-se como contrários à Unidade de Conservação, o que dificultou o andamento da reunião. Este conflito derivado dos diferentes modos de vidas, identidades e interesses sobre o mesmo recorte espacial, é classificado como conflito ambiental territorial (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Nesse contexto, o conflito ambiental territorial presente na ARIE do Morro Ferrabraz, como pode ser visto nas falas abaixo, envolve atores sociais diferentes, por um lado o órgão gestor na tentativa de dar continuidade na gestão da UC e por outro lado os produtores rurais na busca de manter seu modo de vida, seu sustento e moradia:

Quando um morador falou “a gente não quer ARIE” e o povo todo levantou e bateu as palmas... que horror... Eu acho que trabalhando mais assim com o COMDER, já dá pra ver que é mais tranquilo... porque assim, até no começo nas reuniões do COMDER que eu ia, tinha gente bem brava com essas questões da ARIE, foi “amansando”, tá mudando tá bem mais tranquilo. A mãe que tava na reunião, ficou mal né porque ela não pode

imaginar que, **ela não conseguiu ensinar nada de educação, de respeito, de cuidado com a natureza**, que foi uma coisa que ela sempre ensinava, de respeitar os bichos, de trabalhar bastante essa questão ambiental, o Dia da Árvore e tudo e coisurada, **foi tudo em vão**. (Voz da Harmonia, grifo nosso).

A gente sabe que **houve muitos atritos sobre isso, muitas informações de repente de ambas as partes, de repente conhecimento, conhecer um pouco mais...** e creio que ela posso um dia chegar a beneficiar, que nem eu falei, beneficiar bastante os agricultor, tendo o entendimento... então que ela poderia agregar muito, **mais no momento ela ainda gera dúvidas, incerteza.. porque a parte da agricultura, eles têm dúvida. Então não digo que ela não possa sair um dia do papel, conversando entrando em mais de estudos mais profundos**. (Voz do Vento, grifo nosso).

Embora a proposta da ARIE se caracterize de baixo para cima, ou seja, a partir da demanda de alguns atores sociais da comunidade, existem moradores que desconhecem totalmente a Unidade de Conservação, e outros conhecem em função de terem ouvido falar, no entanto desconhecem os objetivos e influências de uma UC sobre o espaço que as mesmas vivem e trabalham. Verifica-se que grande parte dos relatos, descreve a falta de esclarecimento para as comunidades referente à Unidade de Conservação, entre o período de criação até as reuniões ocorridas, contribui para as incertezas sobre a ARIE do Morro Ferrabraz, como por exemplo as falas apresentam abaixo:

Quando começaram a botar essas estacas (marcos que delimitam a UC) aí, o que veio de gente falar comigo, me ligar, perguntando que que estava acontecendo... se iam perder as terras e tudo mais... **Falta esclarecimento**, assim como aqui, tudo é uma dúvida... isso só está assim quieto, isso deu uma relaxada porque parou ali... ninguém falou mais nada... as estacas estão ali no lugar deles e ninguém tá dando bola pra eles hoje... mas só também, ninguém sabe por que que eles estão ali. (Voz dos Vales, grifo nosso).

Sem dúvidas, é um dos problemas, é a falta de esclarecimento. Do que que é realmente. (Voz das Montanhas).

A falta de esclarecimento não seria um? Eu Acredito que o pessoal ficou muito mais brabo com essa questão de ter sido feito “tipo” nas costas do pessoal, então foi muitas coisas pelo que o pai me contou. Então muitas coisas, por isso que **o pessoal ficou mais revoltado com a questão, então acho que é falta de conhecimento e de esclarecimento é um problema**. (Filha da Voz do Vento, grifo nosso).¹⁴

Ainda assim, em diversos relatos dos entrevistados, houve a menção de falsas informações, informações “equivocadas”, sendo repassadas referente a ARIE do Morro Ferrabraz, e que a partir daí, muitos dos moradores apresentaram posição contrária à UC.

¹⁴ Tendo em vista que, as entrevistas foram realizadas em locais escolhidos pelos entrevistados, em alguns ambientes haviam familiares dos entrevistados. A partir desse contexto, esta fala específica, houve interrupção da filha do entrevistado.

Tinha uns curioso achando que ia perder as Terra [...] e o pior era as pessoas achar, aí eu não posso mais fazer carvão, não posso mais plantar milho... eles pegam as informação, que não tem nem sentido né. (Voz das Matas).

Por isso **tem muita gente que não quer aceitar isso**, porque às vezes o pessoal explica, daí tu chega nos outros, daí aquele ali fala isso, aquele lá, fala outro, daí não querem aceitar quando é explicado certo. (Voz do Verão, grifo nosso).

Eu acho assim, que se ela tivesse **pedido para o pessoal parar pra escutar e tentar entender... e desmascarar essas pessoas que tão falando coisas que não são verdades**. Eu acho que essas pessoas, eu sei são pessoas que né... aqui do morro, mas eu acho que as pessoas não podem sair por aí, falando o que não é. Inventando coisas, e na verdade, estão fazendo acusações. [...] A grande vilã aqui, **que as pessoas não entendem é a ARIE**. Aqui é o que mais se escuta falar né, contras e a favores né. Mais contra do que a favor, então... mas nós, como produtores rurais, não temos nada contra. **Eu acho que tem que ser implantado e vai ser uma coisa muito boa pro nosso futuro**. Por que né, **pra gente ficou esclarecido a história dessa ARIE, mas tem gente passando informações erradas né, em lugares que não são adequados para isso**. E fez a cabeça do povo. (Voz do Pôr do Sol, grifo nosso).

Por outro lado, alguns atores sociais veem a ARIE do Morro Ferrabraz como uma garantia da manutenção e melhoria da vida dos produtores rurais, mas também mencionam a divulgação de informações equivocadas sobre a UC, e apontam que “fez a cabeça do povo”. Adicionado a isso, enunciam a informação correta e conhecimento sobre o que é a ARIE como algo que favorece a compreensão de seus benefícios para a comunidade. É possível observar também que, é praticamente unânime que a comunidade local se mostra preocupada com relação ao Plano de Manejo da UC e possíveis regramentos de uso dos espaços em que vivem, trabalham e, portanto, dos quais dependem.

Desse tal plano de manejo, e que muitos não querem ter muito contato, não querem participar, aí não querem isso é uma outra dificuldade de alguns entender que tu vai ser acompanhado, não vai poder fazer assim, [...]. tu vai precisar fazer um estudo para ver quais ou qual melhor área que tu vai agredir menos e o que tu pode fazer. (Voz das Montanhas).

É, e o problema hoje, a gente vê assim ó, ela pode, não sei, ser fruto de medo, comparado com isso aí, que isso ali **de repente regra muitas coisas que nossos agricultores estão habituados a fazer**, que pra Ele passa a ser uma coisa normal né... que de repente vem que vai vim chegar um momento, que na criação no plano de manejo vai ser regrado. (Voz do Vento, grifo nosso).

O problema que de repente tem que **cuidar para não ter muita regra para moradores**, né. Tinha que ter mais regras para quem tenta se implantar e vem de fora... né... moradores têm que ser tranquilo, assim mais tranquilo, dá tipo assim, sempre foi assim, sempre funcionou, agora... **vem essa gente de fora por aqui, que toma conta de tudo...** a gente se limita muita coisa por causa do pessoal de fora. (Voz das Águas, grifo nosso).

Nos discursos descritos acima, são explicitadas as principais preocupações referente ao Plano de Manejo. Os moradores locais, isto é, produtores rurais que vivem na ARIE do Morro Ferrabraz, demonstram apreensão com relação aos possíveis regramentos no Plano de Manejo, que possam interferir ou restringir em suas atividades agrícolas, assim como é constante a comparação com as regras da Unidade para a “gente de fora”. Os moradores compreendem a necessidade de que seja valorizada a comunidade local, permitindo a manutenção do modo de vida dos produtores rurais “que se mantém o que é, **a comunidade mesmo, e não o que vem de fora... o que sempre foi**”. (Voz das Águas, grifo nosso).

De acordo com as prerrogativas legais de uma ARIE e os mecanismos para seu estabelecimento e gestão, a elaboração do Plano de Manejo da ARIE do Morro Ferrabraz, reconhecendo as populações que ali vivem e trabalham, reforçaria a estratégia de conservação da natureza, e possibilitaria a aproximação das pessoas com a gestão da UC, buscando a resolução dos conflitos ambientais existentes. Entretanto, a delonga de regramentos ou ações com relação ao processo de elaboração do plano, além de limitar ações concretas para com a gestão, deixa as populações inseguras sobre os possíveis regramentos das condutas e atitudes com o lugar, propiciando relações conflituosas.

Diante deste contexto, o conflito ambiental provocado pelo ordenamento territorial (formas de ocupar o território) na ARIE, é classificado como conflito ambiental territorial, conforme Zhouri e Laschefski (2010), pois se manifesta por causa das diferentes formas, visões e interesses a partir dos quais os atores sociais, como por exemplo os agricultores, o poder público, os “proprietários de chácaras”, turistas, esportistas, utilizam e se relacionam com a ARIE do Morro Ferrabraz.

Outra grande causa de conflitos ambientais na ARIE do Morro Ferrabraz destacada pelos entrevistados é derivado do parcelamento irregular do solo, as “chacrinhas” como chamadas pelos entrevistados. É unânime a opinião dos atores sobre o aumento visível da urbanização no Morro Ferrabraz e dos impactos ambientais decorrentes deles.

É esses chacrinhas com o tempo vai tomar conta né, porque se é liberado, vai tomar conta né. Se isso vai ser liberado, daqui a pouco pessoal vende as terras tudo pra chacrinha, daqui a pouco vai virar loteamento né. **Vai ser que nem na cidade, não vai mais ter colono trabalhando na roça**, o pessoal vai sair. (Voz do Verão, grifo nosso).

Daí eu vou falar das chacrinhas também né, **pra acabar com essa, esse parcelamento irregular do solo**, e ao mesmo tempo, às vezes eu digo pro

meu marido, vamos largar de mão [...], **dá vontade assim, de deixa acabar com tudo para eles (moradores) ver, o que eles perderam para daí dar valor sabe, daí recomeçar, se não for tarde demais né.** Esse é o problema né, acabar com tudo, mas eu acho que essa chacrinha é muito ruim né, tem sido muito ruim, que nem a gente mora aqui do lado de uma Chacrinha, sabe como é que é. (Voz da Harmonia, grifo nosso).

Olha... o que a gente mais queria é que **as chacrinhas parassem** e o nosso morro fosse... **essa preservação tinha que se manter**, preservação de não ter essas chacrinhas... por que tá terminando né. Se cada um que comprar um pedaço, daí vai lá e eu tenho direito de abrir tantos %, não sobra muito... **Eu acho que a comunidade tem que ser mais unida, e se manter firme né.** (Voz do Pôr do Sol, grifo nosso).

Perante os discursos, é possível observar posições contrárias das lideranças entrevistadas com relação ao parcelamento irregular do solo na UC, principalmente em decorrência aos efeitos e impactos ambientais da ocupação desordenada. Cabe ressaltar que, no cadastro da ARIE no Sistema Estadual de Unidade de Conservação, foram apontadas ameaças à UC, como: Urbanização próxima aos limites da UC, especulação imobiliária, ocupação irregular do solo, expansão, degradação urbana.

Dentre as proibições na ARIE do Morro Ferrabraz, a Lei Municipal nº 5.900/2016, já reforça a proibição de parcelamento do solo inferior ao módulo mínimo rural, de 02 (dois) hectares para a nossa região, regrado pela Lei nº 4504/1964, que estabelece o Estatuto da Terra. Portanto, para muitos entrevistados, a UC é vista como aliada para o ordenamento territorial.

A vantagem é que talvez o Morro não ia virar esse montão de casinhas que tá, talvez isso ia evitar um pouco de virar muitas chácaras assim, parcelamento do solo né, **evitar o parcelamento do solo, eu acho que iria ajudar, que a ARIE iria ajudar bastante.** Eu acho que isso **estraga muito a paisagem do lugar também**, tu sobe o morro tu vê mato só, e de repente é uma casinha do lado da outra, já começa a virar, já fica diferente... [...] as pessoas querem comprar pedaços muito pequenos e daí vão construindo uma pertinho da outra. (Voz das Matas, grifo nosso).

A urbanização né, agora foi meio que feito um limite né... Dali em diante, não pode urbanizar, senão a cidade vai subir. [...] não tanto aqui assim (mostra sua região), no Morro Ferrabraz mesmo, que já foi subindo já um bom pedaço... as vilas foram subindo.... é uma das coisas positivas da ARIE, de evitar que isso aconteça... deu uma delimitação. (Voz das Montanhas, grifo nosso).

E nós vamos ter que acabar deixando de criar nossos bichos, porque o cheiro vai la no vizinho, que não quer saber disso. Que tem a fábrica na cidade e vem pra cá de noite. Eu acho que assim as coisas aí... tem que ter as unidades de conservação pra tudo funcionar. Eu acho que é um ciclo né. (Voz do Pôr do Sol, grifo nosso).

É importante mencionar também, que o conflito ambiental deflagrado pelo parcelamento irregular do solo, afeta diretamente o modo de vida e as atividades de subsistências dos produtores rurais, pois provocam danos aos recursos naturais por

eles utilizados, como construções em áreas de riscos, poluição da água em função do lançamento irregular de esgoto a céu aberto, falta de água potável por sobrecarga de consumo, etc. A interferência dos impactos ambientais da ocupação irregular do solo sobre as atividades econômicas dos produtores rurais é classificada como um conflito ambiental espacial (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010), que é causado pelos efeitos e impactos ambientais das práticas de um determinado grupo social que ultrapassam os limites entre os territórios, provocando efeitos ambientais negativos à outro grupo, por meio de fluxos espaciais.

Ahh é casa, exemplo **casa pra tudo que é lugar**, [...] mas daqui a pouco tem um ladrão, é traficante, para um “caramba” a 4 do lado da gente, já não faz ideia, não pode falar nada, não vê nada né... **Esgoto ninguém trata, tudo céu aberto, tudo vai pro arroio** e tudo vai assim... Outro problema é a água também, **usam água e tá faltando água para moradores**, e vão fazendo poço artesiano e vai acabando a água, daí... E eu não sei como que **liberaram aquele poço lá, daquela fábrica de água**... Quem liberou aquilo, não tinha que respeitar. Essa água de baixo mas subir para os topos de morro, que vai distribuir... agora tirando a pressão de baixo não sobe mais, vai começar a secar de cima... está tirando lá de baixo, a bomba vai puxar lá de baixo, A Terra não vai mais botar a pressão lá no Morro, tá secando lá em cima também, **a nossa vertente está diminuindo**, coisa mais forte que tem e tá diminuindo. (Voz das Águas, grifo nosso).

Em paralelo aos impactos aos recursos naturais advindos do parcelamento irregular do solo, outro fator bastante destacado é o impacto paisagístico da região. A ARIE do Morro Ferrabraz incide sobre a zona rural do município e a Área Núcleo da Reserva da Biosfera, ambas possuindo legislações que estabelecem objetivos e ferramentas de gestão próprias. Em razão aos impactos paisagísticos e naturais que vem ocorrendo na ARIE, um inquérito Civil foi aberto pelo Ministério Público em 2019, sob nº 00901.000.342/2019, a fim de apurar danos ambientais na ARIE em função do parcelamento irregular e construções em área de risco, que resultou na assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC entre Ministério Público e Prefeitura Municipal.

Esse problema dessa Vila na Waschemburger, que se formou ali... tenho uma foto de 2007 como que não tinha nada né, tirada dali de Araricá, e agora só tem casa. (...) tem que ser feito algo ou tira a Área Núcleo, tira, risca não é... porque o TAC não está contemplando aquilo ali e aquilo ali é **o principal problema porque afetou drasticamente a paisagem assim**... Na qual é vergonhoso... **Nunca entrei numa zona rural que virou uma cidade**. (Voz da Harmonia, grifo nosso).

Lá embaixo parece que não tem casas aqui no Morro né. Mas daqui a pouco, se não tiver essa preservação, é daí quando vê, vai estar o pessoal lá embaixo, vai olhar aqui em cima, só com casinhas. (Voz das Matas).

Durante as entrevistas, foi possível perceber que alguns dos entrevistados tinham conhecimento sobre o TAC firmado referente a ARIE do Morro Ferrabraz. Entretanto, os mesmos relatam, que o principal impacto ambiental ocorrido na região não foi abrangido neste termo. “O desafio é tirar esse pessoal aí, dos loteamento irregular, isso eu acho que é o maior desafio que tem” (Voz das Águas). Assim como, atribuem à ARIE, o desafio de restringir ou reduzir as edificações em áreas de risco, amenizando a mudança drástica na paisagem.

Eu mesmo sou a favor (da ARIE do Morro Ferrabraz), por causa, **para ver se controla essas chácaras aí...** é meu maior interesse que dê certo por causa disso! Meu interesse, porque isso aí **é o pior predador que tem aí, não tem nada pior de estragar essas chácaras aí...** Chacrinha no caso. (Voz das Águas, grifo nosso).

Ver o morro verde, se não isso **vai virar o Rio de Janeiro de Chacrinhas**, vai ficar verde, eu acho bom... É automático que a ARIE se constrói sozinha. (Voz das Matas, grifo nosso).

Este conflito deflagra os interesses de determinados grupos sociais de que a ARIE do Morro Ferrabraz seja implantada e que a mesma possa coibir o parcelamento irregular, seja através de seus objetivos ou de regramentos específicos. De acordo com a classificação proposta por Zhouri e Laschefski (2010), este conflito devido aos diferentes interesses sob o mesmo território, é um conflito territorial - o conflito entre a atividade econômica que envolve o parcelamento do solo para venda e a necessidade percebida de manutenção da paisagem do morro, bem como a continuidade de atividades hoje praticadas ali. Diferentes sentidos, contudo, visam a proibição do parcelamento irregular no Morro Ferrabraz, entretanto divergem com relação a serem favoráveis ou não à implementação da Unidade de Conservação:

Eu acho que isso **veio bastante para ficar mais pra agricultura do que pra vier e fazer essas chacrinhas**, essas coisas sabe? Ficar picando as terras, sabe? Isso eu não gosto... Tem gente aí, que pega umas terras lá e ao invés de ficar pra plantar, eles vão lá e ficam picando e vende né. Daí ia ter mais terras assim inteiras, menos chacrinhas. Para picotar menos. (Voz do Plantio, grifo nosso).

Eu entendo assim, ouço falar bastante, o parcelamento do Solo, tão construindo, estão fazendo regramento, estão “descambando”. Eu acho, eu sempre defendi, a divisão de área de lazer pra área pro agricultor, então assim ó, o jovem eles querem construir uma casa, mas e aí vai ter que fazer projeto, pedindo licença, até é um parte a gente acha que pode ser tranquilo, mas **já tira uma certa liberdade, de fazer...** a gente está agricultura até de repente tem que mudar também a mentalidade do pessoal, porque estava acostumado... Ai eu tenho que fazer um galpão, tá mas aí já envolve uma correria né... claro uma coisa pequena tudo bem, obras maiores a gente até entende que tem que ter um regramento. (Voz do Vento, grifo nosso).

Embora os posicionamentos demonstrem posicionamentos favoráveis à UC, em função do conflito em torno ao parcelamento do solo, alguns dos atores também demonstram preocupação com a implementação da ARIE, com relação às atividades agrossilvipastoris e a permanência do jovem agricultor no meio rural - por vezes, a UC aparece como um auxílio à permanência do jovem, abrindo um horizonte de outras possibilidades de atividades econômicas e de subsistência; em outros momentos, a UC aparece relacionada a um entrave para o processo de continuidade da cultura local. A Voz do Vento traz uma crítica aos regramentos presentes na legislação relacionada à ARIE do Morro Ferrabraz, entretanto as restrições de uso e ocupação do solo e a vegetação nativa são dispostas pela Lei Federal nº 12.651/2012, o Código Florestal. Dessa forma, muitos dos moradores locais são contrários à implementação da UC, pois citam regramentos que estariam sendo impostos por ela, mas o que na verdade, são restrições já impostas pelo Código Florestal.

E mais, a gente já sabe, que é uma coisa duvidosa, áreas de encostas, o Código Florestal diz que tem que ser preservado, a gente entende que tem que ser preservado, é um dificuldade, creio eu que hoje a ARIE é bastante vinculado ao código florestal, **então o que a gente entende, se forem colocar a ARIE em prática, vão querer usar como parâmetro, de se basear no código né...** Então assim, eu vou ter gente da minha comunidade **que a área total é tudo encosta de morro, então não vamos mais trabalhar**, pela lógica teria que ser reflorestada. São **dificuldades**. (Voz do Vento, grifo nosso).

A título de explicação, a Lei Federal nº 4.771/1965, que instituiu o Código Florestal de 1965, incluiu as encostas com declividade de 45º como Áreas de Preservação Permanente. Apesar do espaço temporal extenso entre o Código Florestal (1965) e a criação da ARIE do Morro Ferrabraz (2016), para grande parte dos moradores locais, a implementação da Unidade de Conservação ameaçaria as atividades agrossilvipastoris nestes locais, mesmo sendo consideradas pela legislação vigente, áreas rurais consolidadas. Em função disso, o órgão ambiental é visto como um entrave.

Ah, ultimamente tá difícil pra nós, porque nós moramos lá, somos colonos e trabalhar, porque **seguido o meio ambiente vem lá nos incomodar porque não podemos abrir roça e daí o jovem**, a maioria nem vai mais pertencer mais na colônia, porque se continuar assim pra nós é difícil. Porque se eles não conseguirem e liberar isso daí daqui a pouco não tem mais colono lá trabalhando. (Voz do Verão, grifo nosso).

Através da percepção dos atores sociais entrevistados, a relação com os órgãos ambientais é conflitiva e ameaça o desenvolvimento das práticas agrícolas na região, além de influenciar o êxodo rural por parte dos jovens. Esta percepção coloca

em risco a permanência da atividade de agricultura, pois caso o órgão ambiental “coloque em prática a legislação ambiental”, estaria restringindo áreas cultiváveis que são utilizadas como meio de subsistência, desencadeando os conflitos territoriais entre os órgãos ambientais e a comunidade local.

Porque **a questão ambiental sempre foi uma questão mais calorosa**, a gente sabe pessoal né, sempre foi mais... Então o que que eu tinha sugerido aquela vez que eu tinha entrado no conselho de meio ambiente para fazer um meio campo, o pessoal do meio ambiente entender a situação da agricultura e tentar levar pros agricultores, a situação do meio ambiente... porque nós temos hoje aqui olha temos sindicato, já temo Emater, temo a Secretaria da Agricultura, temo a Secretaria do Meio Ambiente, são 4 identidades ligadas ao mesmo lugar... [...] **vamos dizer assim, do modo de dizer, o meio ambiente é restringindo na questão ambiental, mas isso fala pro agricultor né, mas daí chega o Secretaria da agricultura, mas tu não fez nota (bloco do produtor), não estava produzindo? Tuas nota tão baixa. Não posso de dar incentivo da prefeitura porque tu não faz nota.** (Voz do Vento, grifo nosso).

Porque aqui em cima, eu vou te dizer assim, o meio ambiente é visto como inimigo... Se tu vê o carro do meio ambiente com qualquer pessoa, tu fala, lá vem eles me multar de novo, que que eu fiz de errado... Eles são vistos como amigos aqui em cima. (Filha da Voz do Vento¹⁵).

Embora o poder público tenha o papel de assegurar a preservação dos recursos ambientais para as futuras gerações, esse conflito demonstra que também pode ser o agente propulsor de conflitos ambientais. Conforme as falas apresentadas, a medida em que o Poder Público, através do órgão ambiental fiscaliza e exerce sua função, os agricultores “seriam” prejudicados e punidos. Esta relação controversa, punitiva com o “meio ambiente” (órgão governamentais) não é rara em estudos e artigos da área.

Porque eu já ouvi de muitos jovens, dizendo que entre as dificuldades de trabalhar ou sendo punido, exercendo atividade, então ele preferia se desfazer da propriedade e ir embora. (Voz do Vento).

Ainda nas falas dos entrevistados, reafirmam o incentivo do poder público local, para o desenvolvimento de atividades turísticas na UC.

Muita coisa associada em relação ao turismo e Morro Ferrabraz, ARIE, turismo e ARIE. Eu vejo a questão dentro da prefeitura com grande empenho a favor do turismo, é uma coisa **que a gente pode ter**, mas **não como fonte principal**. Como um dinheiro extra, porque a gente tem que botar assim ó, não é todo mundo que mora numa comunidade, que vai ter o desenvolvimento pra fazer uma coisa turística, um atrativo turístico. Então a nossa agricultura, **eu vejo muito pouco sendo comentada sobre a agricultura**, eu vejo mais os assuntos relacionados ao turismo né. Então eu acho assim ó, bom primeiro conversar sobre a agricultura, vamos ver o que a agricultura oferece para nós, o que que nós podemos ajudar ali. Então a gente dali a gente vê a possibilidade de agregar o turismo em cima daquilo que o agricultor tem a oferecer. São uma opção, uma segunda opção de renda né,

¹⁵ Fala da filha do entrevistado.

porque a gente tem muitos incentivos, aqui em cima, foi feito asfalto, mas eu acho que a agricultura sempre que deu, **foi o carro chefe, foi o que que sempre e sempre será a agricultura.** (Voz do Vento, grifo nosso).

É possível perceber que existe receio de que as atividades turísticas possam prejudicar as atividades agrícolas, o qual sempre foi o “carro chefe”, uma vez que o poder público busque incentivos apenas ao turismo, promovendo impactos econômicos aos produtores rurais. Como o relato acima apresenta, não são todos os moradores locais que possuem em suas áreas de terras atrativos para promover atividades turísticas. Entretanto, os moradores favoráveis ao turismo, propõe atividades vinculados ao ecoturismo, acompanhado da educação ambiental:

Não, o turismo é de qualquer maneira assim (...) teria que ser o eco turismo, que é acompanhado da educação ambiental... isso é atividade que nós queremos... O turismo tradicional não se encaixaria, traria prejuízos, do ponto de vista tanto para a comunidade, quanto ambiental... **Então que o turismo seja feito de forma ordenada com educação... Então ecoturismo é o ideal aqui.** (Voz da Harmonia, grifo nosso).

Conforme o parágrafo I do art. 3º da Lei Municipal nº 6.781/2021, a Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz caberá ao município “incentivar o turismo, o lazer e a prática esportiva local, quando compatíveis com os atributos da Unidade de Conservação”. Entretanto, devido ao aumento na procura de ecoturismo e práticas esportivas em Unidades de Conservação, é necessário que o poder público planeje as experiências de uso público, aproveitando as vocações da UC e buscando ferramentas que apoiem a gestão da visitação e turismo sustentável, através do Plano de Uso Público (ROVUC¹⁶, 2020).

Diante desse contexto, é possível ressaltar que a desigualdade na utilização dos recursos naturais provocados pelo aumento do fluxo turístico na região, pode favorecer os impactos nos recursos naturais, nos indicadores sociais e na qualidade de vida aos moradores que utilizam destes recursos para sua subsistência, caracterizado pelo conflito ambiental distributivo (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Em alguns relatos, observou-se também que os agricultores teriam receio de fiscalizações em suas propriedades em função de denúncias realizadas por turistas, devido ao aumento de fluxo de pessoas na ARIE do Morro Ferrabraz.

Eles têm medo dos turistas, que se o turista se vê lá um queimando uma acácia, vai denunciar, isso acontece né... As próprias chacinhas, eles denunciam os colonos. (Voz da Harmonia, grifo nosso).

¹⁶ Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação – ROVUC, documento desenvolvido para planejar o uso público em áreas protegidas, publicado em 2020 (2ª edição).

Não entende muitas vezes, a gente vê o pessoal quando tem uma pilha de lenha na beira da rua, acham que eles estão desmatando. (Voz do Vento).

As atividades turísticas e esportivas são vistas como potenciais problemas ao “andar normal” das atividades agrícolas. É perceptível como tal fala demonstra o medo que os agricultores possuem com relação à aplicação da legislação ambiental. Nesse contexto, houve diversos relatos de que com a implantação da Unidade de Conservação, haveria o aumento de fiscalização nas propriedades e maior aplicabilidade de legislação para instrumentos de conservação.

Eu acho que **eles pensam que vai ter muita fiscalização, muita gente cuidando, o que cada um vai fazer.** (Voz das Montanhas, grifo nosso).

Porque eles falam que querem trabalhar, por que quando a gente olha no face, algo do meio ambiente ou coisa assim, **os do morro, botam que só querem trabalhar, que a gente quer trabalhar em paz**, como se não tivesse podendo trabalhar tudo em paz, isso que eu não entendo... Só que eles não conseguem ter essa visão mais né, **de que as chacrinhas que estão tomando conta...** De que a gente precisa ter um espaço, que os animais têm que ser respeitados né, de que há outros projetos que podem ser implantados, que podem facilitar a vida dos jovens ficar, várias outras coisas. (Voz da Harmonia, grifo nosso).

Vale ressaltar que, “os agricultores só querem trabalhar em paz”, essa fala foi bastante reproduzida durante as reuniões de apresentação do Plano de Manejo, uma vez que muitos acreditam que a Unidade de Conservação continua sendo um empecilho para o desenvolvimento de sua atividade. Com base nisso, podemos caracterizar que, o conflito presente com relação às possíveis restrições impostas pela legislação ambiental no Morro Ferrabraz, é um conflito ambiental territorial (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010), uma vez que há sobreposição de interesses para o mesmo território.

Além disso, as falas apontaram relações conflituosas em determinadas atividades presentes na ARIE, devido aos impactos ambientais aos recursos naturais decorrentes de atividades econômicas como o turismo, a exploração de água mineral, a silvicultura, frigorífico, o uso de agrotóxicos, também foram exemplos de atividades que causam algum tipo de impacto ambiental. Dessa forma, são vistas por determinados representantes, como prejudiciais, caracterizando-se em um conflito ambiental espacial (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Tem umas coisas que também tem que cuidar aqui no morro, pessoal dos camping também está destruindo, também está, a água está ficando sempre muito suja. (Voz da Harmonia).

É complicado, **eu acho que eucalipto tem que tirar...** Ela pega muita água e também **a questão de exploração mineral** agora vai ter essa coisa da água mineral que saiu acho que não, por causa do consumo muito... **E aquele**

frigorífico também, que é uma coisa muito agressiva. **Os campings também acho agressivo eles** não tem regramento. (Voz da Cachoeira, grifo nosso).

Uma das principais causas de conflitos ambientais no Morro Ferrabraz está relacionada ao uso e à preservação da água. A medida em que há maior consumo de água, exploração dos recursos naturais em atividades econômicas, contaminação da água através do despejo de efluente doméstico, perfuração de poços artesianos, utilização de agrotóxicos, agravamento da estiagem anualmente, diminui o fornecimento e o abastecimento de água nas localidades. Em cada uma das falas, é possível perceber os interesses difusos envolvidos pela demanda por água de qualidade.

Eu quero que **a galera use menos veneno**, que eu tô vendo, vai ter uma geração a curto e pequeno prazo, muito doente, com câncer, doenças em gerais, **água preservada né...** E harmonia, que essa galera jovem, fique né. Por que a gente tá num processo transitória, bem louco assim, tem uma galera no morro que é uma galera ainda do boi e da enxada, ninguém tem junta de boi, o povo a 10 15 anos tinha, não tem, quase virou trator já e esses jovens não vão mais saber fazer isso... Eles vão tem um jeito diferente de trabalhar, já tem. **Crescente devastação e eucalipto, estão plantando muito eucalipto e agrotóxico**, ainda é pouco o plantio até para nossa região, tem pouco mas, é um ascendente que tá usando mais e começa a degradar solos, eles obrigam, não produzem mais, não cuidam da Terra. (Voz da Cachoeira, grifo nosso).

De fato, os moradores demonstram possuir conhecimento das causas pela escassez de água em determinadas localidades, assim como a importância da preservação para manter a qualidade da água. Por este motivo, este conflito pode ser caracterizado como conflito ambiental distributivo (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010), pois há uma má distribuição do uso e do acesso à água, isto é, em algumas localidades a água é escassa e em outras, há constante consumo e exploração. Como por exemplo, com o avanço da atividade agrícola, o uso de agrotóxico nas lavouras aumentou o potencial risco de contaminação, no entanto, conforme os relatos, os moradores antigamente já mantinham cuidados na utilização de agrotóxicos próximos aos arroios e nascentes.

Eu me lembro assim, **de quando a gente era criança usava muito veneno aqui**, e meus pais usavam, meus tios plantavam muita batata... Eu me lembro assim que **eles sempre falavam que não podia passar ali perto da água, esse cuidado que eles tinham né**, que ali era a água de tomar... Tanto que chegaram a parar no hospital [...]. (Voz da Harmonia, grifo nosso).

A preocupação com os efeitos da contaminação do uso do agrotóxico não é apenas uma questão ambiental, mas também uma questão de saúde pública que afeta áreas rurais e urbanas. Esse conflito derivado do uso do agrotóxico, atinge

também os produtores orgânicos no ARIE do Morro Ferrabraz, que por sua vez desenvolvem atividades agrícolas buscando a qualidade de vida com proteção ao meio ambiente, classificando-se como conflito ambiental espacial (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010). Vale ressaltar que, um dos objetivos da ARIE do Morro Ferrabraz é “assegurar a permanência e o desenvolvimento das atividades da agricultura familiar nas propriedades rurais com incentivo à sustentabilidade ambiental” (SAPIRANGA, 2021).

Isso vai ser **um divisor de águas na questão da própria reserva**, e aí... Isso talvez exclua eles também, porque com o tempo e pouca área agriculturável, sem máquina, já tem galera que vai plantar batata pra São Chico, não sei até que ponto se sustenta essa agricultura. [...] no final de semana eles têm a rotina de ficar no boteco, ao invés de dar uma volta pra ver o que está acontecendo no entorno, não fazem, **fecham a cabeça e não vê novas possibilidades**. (Voz da Cachoeira, grifo nosso).

Este relato retrata as mudanças nas práticas agrícolas, mas também o avanço na diversificação das atividades econômicas na UC. A dificuldade na integração da comunidade que antes era unida, e hoje se encontra fragmentada, demonstrando as mudanças nos interesses que antes eram coletivos e passaram a ser individuais, o que seria “um divisor de águas”. O receio de muitos agricultores vinculado com a baixa procura por diversificação de atividades em suas propriedades, retrata uma dificuldade na integração e incentivo por atividades novas.

Eu acho assim ó, a chácara a “intendência” se nós não vê essa parte de incentivo ARIE vai ser feito tudo bem, **nós vamos tirar agricultura e vamos implantar as chácaras**. Porque eu sempre digo e volto a dizer, sendo meia ou um Hectare ou sendo 2, a gente tem, a gente sabe muito chácara que tem 2 hectares, que solicitaram a documentação, existem a lei que se enquadra, são obrigado a dar as devidas licenças, **mas não produz nada**. Trabalham em Sapiiranga, **não cumpre a função né**, por isso eu acho assim ó, teria que ter uma divisão de tarefas, tu tem a tua área que é produtiva, tu vai ter a produção, vai ter um incentivo, vai ganhar seu dinheiro, porque preservou, tu vai ter mais vantagens ali. Então as lei assim ó, eu acho que poderia ter essa brecha, **atividade agrícola vamos ver um critério para auxiliar nisso**, até uma base bem simplesinha, questão de licença, o agricultor pode ser dispensado dos gastos. Ai os outros de repente não fazem nenhuma atividade, não vão produzir comida mas **eu sou obrigado a cumprir com as mesmas regras né, tanto eles, como eu, aí eu acho que assim, aí que tem um entrave enorme para nós fazer, conseguir legalizar essa questão da ARIE**. (Voz do Vento, grifo nosso).

Esse posicionamento dos agricultores traz uma crítica às legislações vigentes, onde mutuamente, o produtor rural que utiliza a área como meio de subsistência, precisa seguir as mesmas regras que o proprietário de chácara que utiliza a área para lazer, a qual traz benefícios e abrandamentos apenas a um pequeno grupo social. Nesse contexto, os entrevistados relataram que a Unidade de Conservação possa

trazer incentivos aos pequenos produtores rurais, fortalecendo a permanência dos jovens agricultores e a preservação dos recursos naturais.

Portanto, os conflitos ambientais mapeados na ARIE do Morro Ferrabraz abrangem as três modalidades, conforme classificação de Zhouri e Laschefski (2010): os conflitos territoriais, os conflitos espaciais e os conflitos distributivos. Os conflitos ambientais territoriais existentes na ARIE, estão relacionados com o processo de criação da ARIE, que perduram até hoje, conforme relato da não comunicação com as comunidades locais; bem como, a resistência e o posicionamento contrário dos moradores a implementação da ARIE, em função dos diferentes interesses das comunidades locais com os objetivos da UC, através do ordenamento territorial e também em função do extenso lapso temporal entre a criação e a elaboração do plano de manejo; conflitos gerados pela restrição de edificações em função dos impactos paisagísticos da região, advindos do parcelamento irregular do solo; e conflitos gerados pelas restrições impostas pelas legislações ambientais, onde mutuamente, todos os grupos sociais devem seguir as mesmas regras, seja as restrições como os abrandamentos.

Os conflitos ambientais espaciais mapeados no Morro, estão relacionados pelos impactos aos recursos naturais do parcelamento irregular às atividades agrícolas; assim como, conflitos vinculados ao desenvolvimento de atividades econômicas relacionadas aos impactos do uso do agrotóxico, das atividades turísticas, da extração de água mineral, da silvicultura; e além disso, a ARIE do Morro Ferrabraz nasce de um conflito ambiental espacial, o qual a linha de transmissão afetaria diversas localidades, trazendo impactos ambientais, sociais e turísticos na área.

E por fim, os conflitos ambientais distributivos presentes na ARIE, estão relacionados à má distribuição uso e acesso à água para consumo humano, devido à escassez e a contaminação; e em função da desigualdade no uso dos recursos naturais provocados pelo aumento do fluxo turístico entre as comunidades que utilizam esses recursos para subsistência.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho dedicou-se a mapear os sentidos e saberes com relação ao lugar, produzidos pelos moradores das comunidades incidentes na ARIE do Morro Ferrabraz, bem como identificar os conflitos presentes a partir da criação e implantação de uma Unidade de Conservação: ARIE do Morro Ferrabraz.

Compreender a relação do Morro Ferrabraz com o lugar e os sentidos atrelados a ele, levou esta pesquisa à uma busca cheia de significado, aportando questões importantes sobre o modo de vida da comunidade local, as forças que estão em jogo para a manutenção da biodiversidade e dos recursos naturais, além das relações após a criação da ARIE do Morro Ferrabraz. Sendo assim, evidenciou-se, empiricamente, a partir dos sentidos produzidos a partir da pesquisa de campo, uma série de conflitos existentes no ARIE do Morro Ferrabraz.

Diversas mudanças foram necessárias na pesquisa, nesses pouco mais de dois anos de mestrado. Mudanças essas, que principalmente em função da Pandemia, acrescentaram no estudo, dando uma ênfase maior à questão dos conflitos ambientais nas comunidades incidentes da ARIE do Morro Ferrabraz.

A percepção dos representantes das comunidades locais do Morro Ferrabraz proporcionou o conhecimento de uma relação cheia de significados nutridos por pessoas, natureza, tradição histórica, afetividade, condições de vida, trabalho e uma ligação mútua com o meio ambiente.

Os dados referentes a história de Sapiranga, até chegar no Morro Ferrabraz auxiliaram na compreensão da trajetória, dos costumes do lugar, pois assim como Tuan (1983) traz, cada lugar é um pequeno mundo que tem história e significado. A história do Morro Ferrabraz revela as tradições herdadas pela imigração alemã e que aos poucos, os imigrantes foram ocupando e formando diferentes localidades na região, em busca de moradia e trabalho, sendo a agricultura, a principal atividade de subsistência dos moradores do Morro Ferrabraz, que ao passar do tempo, houve uma significativa diminuição em áreas cultiváveis, provavelmente em função do crescimento das atividades industriais, contribuindo para o êxodo rural, assim como pelas dificuldades do trabalho manual no campo. Entretanto, essa diminuição em áreas utilizadas nas atividades agrícolas, deu espaço à regeneração da vegetação no Morro Ferrabraz.

No contexto da pesquisa, percebeu-se que existem modos de vida diferentes em cada localidade, assim como, pôde-se compreender que os atores envolvidos na pesquisa, se reconhecem pela localidade em que moram. Cada localidade, apresenta particularidades na história de vida das pessoas que moram ali, vivências, sentidos e significações, que compõem o Morro Ferrabraz, muitos lugares em um lugar. Esses sentidos atribuídos ao Morro Ferrabraz, pôde ser escrito a partir de diálogos durante as entrevistas com os representantes das comunidades.

Os sentidos e saberes com relação ao lugar analisados nesta pesquisa, atribuídos pelos representantes das comunidades locais, foram divididos em categorias de análise: o Morro Ferrabraz, está intimamente ligados às suas vivências, relações e histórias com o lugar, como um “lugar de tranquilidade e paz, um modo de vida, uma moradia”; a Conservação ambiental, é relacionada com um ato de respeito, valorizando a relação pessoa-ambiente; a ARIE do Morro Ferrabraz é vinculada às noções menos familiares, sentidos atrelados à cautela, receio e o medo pelas comunidades locais; as atividades econômicas apontam a dependência dos moradores locais para o seu sustento através do desenvolvimento das atividades dentro da UC, prevalecendo a atividade da agricultura familiar; e por fim os conflitos ambientais mapeados através dos repertórios linguísticos, principalmente relacionados ao processo de criação e implementação da ARIE do Morro Ferrabraz.

Com a expansão das áreas preservadas no Morro Ferrabraz e a necessidade de preservar o patrimônio natural, histórico e turístico sob a ameaça, principalmente, da instalação das linhas de transmissão na região do Ferrabraz, criou-se a Unidade de Conservação Municipal, a ARIE do Morro Ferrabraz. Percebeu-se no decorrer da pesquisa, a mudança significativa dos sentidos atribuídos às localidades do Morro Ferrabraz comparados com a Unidade de Conservação, isso pode ser explicado pelas maneiras antagônicas das relações e práticas discursivas para descrever/significar o “mesmo” território.

A criação de uma Unidade de Conservação, que por um lado pôde auxiliar na preservação da biodiversidade encontrada no Morro Ferrabraz e na manutenção das atividades de subsistências dos pequenos produtores, por outro, desencadeou diversas situações conflituosas com os moradores locais. A necessidade de agilidade na criação da UC para proibir a instalação da linha de transmissão, embora apoiados inicialmente pelos moradores das áreas que seriam afetadas, pode estar relacionada à falta de comunicação e compreensão com relação à proibição da instalação do

empreendimento e a criação de uma UC, contribuindo para a eclosão de conflitos ambientais.

Os conflitos ambientais decorrentes da implantação da ARIE do Morro Ferrabraz, identificados através dos sentidos produzidos pelos atores, foram classificados em conflitos ambientais territoriais, espaciais e distributivos, conforme Zhouri e Laschefski (2010). De acordo com o escopo da pesquisa, os principais conflitos ambientais territoriais mapeados na ARIE do Morro Ferrabraz estão relacionados ao processo de criação da Unidade de Conservação, a necessidade de esclarecimentos à comunidade local sobre os objetivos da ARIE, pelos regramentos de ordenamento territorial e possíveis restrições impostas pelo Plano de Manejo da ARIE. Os conflitos espaciais na ARIE, são aqueles que estão relacionados com os impactos ambientais do parcelamento irregular do solo, demais impactos sobre os recursos naturais relacionados às atividades econômicas, como o uso do agrotóxico, extração de água mineral, etc. Bem como, os conflitos distributivos encontrados no Morro Ferrabraz são vinculados à desigualdade na distribuição do uso e acesso à água de qualidade para consumo humano e no uso dos recursos naturais entre o aumento do fluxo turístico e as comunidades locais que o utilizam.

Averiguou-se também que é unânime nas percepções dos entrevistados, que a ARIE do Morro Ferrabraz pode ser benéfica, ao longo do tempo, à medida em que apresente resultados, como a resolução de conflitos relacionados aos impactos ambientais ocasionados por atividades. Cabe lembrar que, muitos destes impactos ambientais, são derivados de atividades já proibidas pela legislação ambiental.

O mapeamento dos conflitos ambientais da ARIE do Morro Ferrabraz contribui para o processo de planejamento específico da UC, porque direciona esforços na resolução de conflitos durante a elaboração do Plano de Manejo, favorecendo a garantia de conservação de recursos e valores fundamentais e a aproximação das comunidades locais na participação da gestão. Conhecer os conflitos ambientais que permeiam a Unidade de Conservação, reflete no planejamento de estratégias de preservação de recursos naturais e da biodiversidade, e também considera os espaços de relações socioambientais historicamente conformados e dinamicamente movidos pelas tensões e conflitos sociais, integrando-os na gestão participativa da UC, fortalecendo as interações sociais.

Diante o exposto, é necessário sim, que sejam implementados planos e programas que incluam e assegurem a participação da comunidade local na gestão

da ARIE do Morro Ferrabraz, assim como ações e medidas eficazes em prol da preservação da biodiversidade do Bioma Mata Atlântica, visando a permanência da agricultura familiar sustentável e das tradições culturais de cada localidade. Existem diversas maneiras em que a gestão de UC pode contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades nela inseridas, estratégias essas que atualmente não existem na ARIE, como por exemplo, a implementação do Selo Verde, utilizando recursos provenientes do ICMS Ecológico, incentivando aos agricultores à conversão de suas propriedades de forma sustentável, que atual.

E é nesse contexto que, o desenvolvimento de ações de educação ambiental e implementação de Políticas Públicas na gestão de uma Unidade de Conservação, se apresentam como importantes ferramentas de mediação de conflitos e impactos ambientais, propiciando informação e melhores condições de participação e atendimento de demandas locais, fortalecendo a Unidade de Conservação, proporcionando mudanças relacionadas à ressignificação de sentidos com relação ao lugar.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Cidadania e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Ibase, 1992.

ACSELRAD, Henri. Sustentabilidade e Democracia. **Revista Proposta - Desenvolvimento Sustentável**, ano 25, dez/fev. Rio de Janeiro: FASE, 1997.

ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Heinrich, 2004.

ARRUDA, Rinaldo. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & sociedade**, n. 5, p. 79-92, 1999. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/asoc/a/RfgDyLnkxRnFNqQcWTR6bQG/?lang=pt#>>. Acesso em 10 jan. 2022.

BENSUSAN, Nurit. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BOFF, Leonardo. **Ethos Mundial**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

BOGDAN, Robert, BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação** – uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Editora, 1994.

BORDA, Orlando Fals. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1983. 221p.

BOTERF, Guy Le. Pesquisa participante: Proposta e reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999. 252p.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de mai. 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília - DF, 28.05.2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: 12 set. 2020.

_____. **Lei nº 9.985, de 18 de jul. 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília - DF, 19.07.2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 12 set. 2020.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 07 de set. 2019.

_____. **Lei nº 4.771, de 15 de Set. 1965**. Institui o novo Código Florestal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília - DF, 16.09.1965. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4771.htm#art50>. Acesso em: 12 set. 2020.

_____. **Lei nº 5.197, de 3 de Jan. 1967.** Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília - DF, 05.01.1967. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5197.htm>. Acesso em: 12 set. 2020.

_____. **Lei nº 6.938, de 31 de ago. 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília - DF, 02.09.1981. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm>. Acesso em 7 set. 2020.

_____. **Lei nº 14.119, 13 de jan. 2021.** Dispõe sobre a Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília - DF, 14.01.2021. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14119.htm>. Acesso em 12 de mar. 2022.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Gestão participativa do SNUC / Ministério do Meio Ambiente.** Brasília: MMA, 2004. Disponível em: <<https://sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201707/04142913-gestao-participativa-snuc.pdf>>. Acesso em 10 dez. 2021.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Portaria MMA nº 09, de 23 de jan. de 2007. **Reconhece como áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira as áreas referenciadas.** Brasília: ICMBio, 23.01.2007. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2007/p_mma_09_2007_areaprioritariaparabiodiversidade_revvgd_p_126_2004.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

BRITO, Daguinete Maria Chaves. Conflitos em unidades de conservação. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 1, n. 1, 2008.

BRITO, Maria Cecília Wey de. **Unidades de conservação – intenções e resultados.** 2ª ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

CABRAL, Nájila RAJ; SOUZA, Marcelo P. **Áreas de proteção ambiental: planejamento e gestão de paisagens protegidas.** 2 ed. São Carlos: RIMA, 2005.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. **Turismo rural na agricultura: uma abordagem geográfica do circuito italiano de turismo rural (CITUR), Município de Colombo - PR.** 2007. 439 f. Tese (Doutorado do Programa de Pós-graduação em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/90238/246662.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acessado em 20 dez. 2021.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo, Editora Cortez, 5ª edição. 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4655.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2020.

_____. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. Cortez Editora, 2011.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. STEIL, Carlos Alberto. **Epistemologias ecológicas: delimitando um conceito**. Mana - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional da UFRJ, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-93132014000100006>>. Acesso em 15 nov. 2020.

CAVALCANTE, Sylvia; NÓBREGA, Lana Mara Andrade. Espaço e lugar. In: CAVALCANTE, Sylvia, ELALI, Gleice A. (orgs). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. Editora HUCITEC: São Paulo, 1998.

_____, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 6ª edição ampliada. São Paulo: Hucitec, 2008.

FERNANDES, Roosevelt S., et al. Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental. In: **Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**, v. 2, n. 1, p. 1-15. São Paulo: Campinas, 2004. Disponível em: <http://www.redeceas.esalq.usp.br/noticias/Percepcao_Ambiental.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**. Rio de Janeiro, UFRJ, ano V, n. 9, p. 65-83, jul./dez. 2000.

FERREIRA, Marcus Bruno Malaquias. SALLES, Alexandre Ottoni Teatini. Política Ambiental Brasileira: Análise Histórico Institucionalista das principais Abordagens Estratégicas. **Revista de Economia**, Universidade Federal do Paraná: v. 43, n. 2 (ano 40), mai./ago. 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/economia/article/download/54001/33016>>. Acesso em: 10 out. 2021.

FLECK, Lucio. **História de Sapiranga**. 1ª ed. Santa Maria: Pallotti, 1994.

FLECK, Lucio. **Sereis minhas testemunhas**. Sapiranga. 2001.

FLEURY, L. C., ALMEIDA, J., PREMEBIDA, A. **O ambiente como questão sociológica**: conflitos ambientais em perspectiva. *Sociologias*, v.16, n.35, p. 34-83, jan./abr., 2014.

GERGEN, Kenneth J. The social constructionist movement in modern Psychology. *American Psychologist*, v. 40, n. 3, 266–275. Washington, 1985. Disponível em: <<https://psycnet.apa.org/record/1986-00014-001>>. Acesso em: 10 out. 2021.

GEVEHR, Daniel Luciano. **O Morro Ferrabraz e seu passado Mucker: a necessidade de rever algumas ideias sobre o lugar e seus personagens no ensino da história**. Apostila do Curso de Formação de Professores: A história de Sapiroanga sob diferentes perspectivas: o espaço, a história e as pessoas. Ivoti: Secretaria de Educação de Sapiroanga, 2014.

GONZALEZ REY, Fernando Luis. **Sujeito e subjetividade**: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Pioneira Thompson; 2003.

IBÁÑEZ, Tomás. La construccion dei conocimiento desde una perspectiva socioconstruccionista. In: MONTERO, M. (Org.) **Conocimiento, realidad e ideología**. Caracas: Asociacion Venezolana de Psicología Social – AVEPSO, 1994.

_____. **Psicologia social construccionista**. México: Universidad de Guadalajara, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Base de informações do Censo Demográfico 2010**: resultados da Sinopse por setor censitário - Documentação do Arquivo. Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/api/records/cdb721a0-2d5d-45eb-9764-b831eb0b576e/attachments/Documentao_GEOFT_SETOR_CENSITARIO_2010.pdf> . Acesso em 15 out. 2020.

_____. **Censo de 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default>>.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais**. Brasília, DF. Organizadores: Ana Rafaela D'Amico, Erica de Oliveira Coutinho e Luiz Felipe Pimenta de Moraes. Brasília: ICMBio, 2018.

Disponível em:

<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/downloads/roteiro_metodologico_elaboracao_revisao_plano_manejo_ucs.pdf>. Acesso em 07 out. 2019.

_____. **ROL de Oportunidades de. Visitação em Unidades de Conservação - ROVUC**. 2ª Edição. Brasília – DF. ICMBio. 2020.

_____. Instrução normativa nº 7/2017/GABIN/ICMBIO, de 21 de dez. 2017.

Estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação da natureza federais. Brasília: ICMBio,

22.12.2017. Disponível em:

<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portarias/intrucao_normativa_07_2017.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

_____. **Roteiro metodológico de planejamento – parques nacionais, reserva biológica, estação ecológica**. Diretoria de Ecossistemas/DIREC do IBAMA, 2002. 136 p. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/sites/uc/files/2019-04/roteiroplanomanejo.pdf>>. Acesso em 20 de out. 2020.

_____. **Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais**. Brasília: ICMBio, 2018.

ITTELSON, William H. **Environmental perception and urban experience**. Environment and behavior, v. 10, n. 2, 1978.

KUHNEN, Ariane; HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto. Percepção ambiental. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. (Org.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOREIRO, Carlos Frederico Bernardo (Org.); et al. **Sociedade e meio ambiente: a educação em debate**. São Paulo: Cortez, p. 87-155, 2000. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/Publica%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%B5es_da_COEDU/Referencial_Te%C3%83%C2%B3rico/Educa%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o_para_a_gest%C3%83%C2%A3o_ambiental.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

LESTINGE, Sandra Regina. **Olhares de educadores ambientais para estudos do meio e pertencimento**. 2004. 263 f. Tese (Doutorado em Recursos Florestais) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba, 2004. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11150/tde-03022005-155740/publico/sandra.pdf>>. Acesso em 05 jan. 2022.

LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes antropológicos**, UNB – Brasil, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 85-103, 2006.

LITTLE, Paul Elliot. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **A difícil sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamound. 2001.

MAGALHÃES, Doris Rejane Fernandes. **SAPIRANGA, 50 anos de Município. Mais de 200 de História**. Porto Alegre: Alcance, 2005.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 1999.

MILANO, Miguel Serediuk. Por quê existem as unidades de conservação? In: _____ (Org.). **Unidades de conservação: atualidades e tendências**. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. p. 193-208.

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Unidade de Conservação: o que são**. 2020. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao>>. Acesso em: 06 set. 2020.

_____. **Unidade de Conservação: plano de manejo**. 2020. Disponível em: <<https://antigo.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/plano-de-manejo.html>>. Acesso em: 06 set. 2020.

_____. **Unidade de Conservação: conselhos gestores**. 2020. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/conselhos-gestores.html>>. Acesso em 07 set. 2020.

_____. Portaria MMA nº 463, de 18 de dez. de 2018. **Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira ou Áreas Prioritárias para a Biodiversidade**. Brasília: MMA, 19.12.2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55881195/do1-2018-12-19-portaria-n-463-de-18-de-dezembro-de-2018-55880954>. Acesso em: 15 out. 2021.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro**. Brasília: MMA, 2011. Disponível em: <<https://ava.icmbio.gov.br/mod/data/view.php?d=17&rid=2401>>. Acesso em 15 out. 2020.

MOURÃO, Ada Raquel Teixeira, CAVALCANTE, Sylvia. Identidade de lugar. In: CAVALCANTE, Sylvia, ELALI, Gleice A. (orgs). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Conflitos da sociedade moderna: uma introdução conceitual. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **A difícil sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamound. 2001.

PÁDUA, Suzana Machado. **Educação Ambiental em Unidades de Conservação**. Gestão de Unidades de Conservação. WWE-Brasil, Brasília, 2012. Disponível em: <http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/gestao_de_unidades_de_conservacao.pdf>. Acesso em: 19 set. 2019.

PRIMACK, Richard B.; RODRIGUES, Efraim. **Biologia da conservação**. Londrina: E. Rodrigues, 2001.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
RORTY, Richard. **A filosofia e o espelho da natureza**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

SANTOS, Leonardo Bis dos. Conflitos e políticas públicas ambientais: a criação de unidades de conservação. In: SILVA, Jaqueline Oliveira; PEDLOWSKI, Marcos. **Atores sociais, participação e ambiente**. Porto Alegre: Decasa Editora: 2008.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo; Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. Edusp. 2002.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Mari Laura (Org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 15-20.

SAPIRANGA. **Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz: Texto resposta consulta pública**. Disponível em:

<<http://www.sapiranga.rs.gov.br/uploads/pagina/7676/nP7Hb8FYzFCWEvP5amBmLdrOFGJvUMmj.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2021.

_____. **História de Sapiranga**. 2020. Disponível em:

<<http://www.sapiranga.rs.gov.br/pagina/view/13>>. Acesso em 07 set. 2020.

_____. **Lei Municipal nº 1.400, de 08 de out. de 1987**. Institui Área Especial de Interesse Histórico e Turístico, e dá outras providências. Câmara Municipal de Sapiranga, Sapiranga - RS, 27.04.2009. Disponível em: <

<https://sapiranga.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7946&cdDiploma=19871400&NroLei=1.400&Word=&Word2=>>. Acesso em: 27 set. 2020.

_____. **Lei Municipal nº 4.408, de 27 de abr. de 2009**. Consolida, altera e/ou ratifica a Lei Municipal nº 3.429/04 e posteriores, que deram nova redação a lei que criou o Conselho Municipal e o fundo de desenvolvimento rural e dá outras providências. Câmara Municipal de Sapiranga, Sapiranga - RS, 27.04.2009.

Disponível em: <

<https://sapiranga.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7946&cdDiploma=200944083&NroLei=4.408&Word=&Word2=>>. Acesso em: 27 set. 2020.

_____. **Proteção ao Morro Ferrabraz reafirmada em encontro na Prefeitura**

Publicado em 05 de maio de 2016. Disponível em:

<<http://www.sapiranga.rs.gov.br/noticia/view/4035>>. Acesso em: 20 de out. de 2020.

_____. **Lei Municipal nº 5.900, de 13 de mai. 2016**. Dispõe sobre a Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz - ARIE, e dá outras providências. Câmara Municipal de Sapiranga, Sapiranga - RS, 13.05.2016. Disponível em:

<<https://sapiranga.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7946&cdDiploma=201659001>>. Acesso em: 27 out. 2020.

_____. **Lei Municipal nº 6.153, de 29 de nov. de 2017**. Altera dispositivos da Lei Municipal nº 5.900, de 13 de maio de 2016, e dá outras providências. Câmara Municipal de Sapiranga, Sapiranga - RS, 29.11.2017. Disponível em:

<<https://sapiranga.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7946&cdDiploma=20176153#a1>>. Acesso em: 27 out. 2020.

_____. **Lei Municipal nº 6.781, de 11 de ago. de 2021.** Altera, atualiza e consolida a legislação que dispõe sobre a Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz e dá outras providências. Câmara Municipal de Sapiranga, Sapiranga - RS, 11.08.2021. Disponível em: <<https://sapiranga.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7946&cdDiploma=20216781&NroLei=6.781&Word=&Word2=>>. Acesso em: 27 out. 2021.

_____. **HINO DE SAPIRANGA.** Disponível em: <<http://www.sapiranga.rs.gov.br/pagina/view/16>>. Acesso em 15 out. 2021.

SARTORI, Maria da Graça Barros. **Clima e Percepção.** 2000. 488f. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Departamento de Geografia - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo-SP. 2000.

Secretaria de Estado da Cultura. **Edital De Notificação Do Tombamento da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul.** Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 21.07.1992. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=DownloadDetalhesAc&item=24700>>. Acesso em: 05 jan. 2022.

SILVA, Vívian Damasceno. **Conflitos socioambientais da atividade turística em unidade de conservação: a Área de Proteção de Guadalupe – Pernambuco.** 2011. 144 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Recife: 2011.

SOUZA, José Edimar de. Memórias de uma trajetória formativa na Escola Normal de Sapiranga/RS – Brasil (1963-1975). In: XIII Encontro Nacional de História Oral – História Oral, Práticas Educacionais e Interdisciplinaridade, 2016, Porto Alegre: UFRGS. **Anais do XIII Encontro Nacional de História Oral – História Oral, Práticas Educacionais e Interdisciplinaridade.** Disponível em: <https://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1461899266_ARQUIVO_textocompletosubmetido.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2019.

SPELLER, Gerda M. A importância da vinculação ao lugar. In: SOCZKA, L. **Contextos humanos e psicologia ambiental.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, p.133-167.

SPINK, Mary Jane; FREZZA, Rose Mary. Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: A perspectiva da psicologia social. In: SPINK, Mary Jane Paris (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano.** Rio de Janeiro, edição virtual, 2013. Disponível em: <http://www.bvce.org.br/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SPINK_Praticas_discursivas_e_producao_FINAL_CAPA_NOVAc.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.

SPINK, Mary Jane. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano.** Rio de Janeiro, edição virtual, 2013. Disponível em: <

http://www.bvce.org.br/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SPINK_Praticas_discursivas_e_producao_FINAL_CAPA_NOVAc.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.

_____. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/w9q43/pdf/spink-9788579820465.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, B. Produção de sentido no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, Mary Jane. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro, edição virtual, 2013. Disponível em: <http://www.bvce.org.br/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SPINK_Praticas_discursivas_e_producao_FINAL_CAPA_NOVAc.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.

STUMPF, Luis Fernando (Coord.). et al. **Estudo para Criação de Unidade de Conservação na Área Núcleo da Reserva da Biosfera dos Contrafortes do Ferrabraz**. PDA-192MMA/GTZ/KFW. Sapiiranga: Núcleo Socioambiental Araçá-piranga, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**. São Paulo: Difgl, 1983.

_____. Space and place: humanistic perspective. In: **Philosophy in geography**. Springer, Dordrecht, p. 387-427, 1979. Disponível em: <https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-94-009-9394-5_19>. Acesso em: 16 nov. 2020.

_____. **Topofilia – Um Estudo da Percepção, Atitudes e valores do Meio Ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

VARGAS, Gloria Maria. Conflitos sociais e sócio-ambientais: proposta de um marco teórico e metodológico. **Sociedade & Natureza**, v.19, n.2, p. 191-203, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sn/a/MXkhjF53BqGnHvDrG3f7mjb/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais um novo campo de investigação. IN: ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens (Org.) **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010, p. 11-33.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade intitulada “**Produção de sentidos e conflitos ambientais na construção de uma proposta de pré-zoneamento com moradores da Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz**”. A pesquisadora responsável por essa pesquisa é Maiara Danieli Oberherr, que pode ser contatada no telefone (51) 997660273, e e-mail (maiaraoberherr@hotmail.com) ou Luciele Nardi Comunello, contato (51) 98178 8008, e-mail: lucielecomunello@uergs.edu.br.

Serão realizadas entrevistas e aplicação de formulários, tendo como **objetivo geral**: Investigar e identificar os conflitos presentes na implantação da gestão da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) do Morro Ferrabraz, Sapiranga (RS), com o foco de analisar os sentidos e saberes com relação de lugar promovidos pelas comunidades da UC, mapeando conflitos ambientais presentes. Além disso, elaborar uma proposta de pré-zoneamento da Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz, com a participação da comunidade do entorno da Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz. Além disso, os **objetivos específicos** dessa pesquisa são: 1) Construir uma proposta de pré-zoneamento e normas de uso das áreas prioritárias da ARIE do Morro Ferrabraz, promovendo a aproximação das pessoas com a ARIE e envolvendo a comunidade na construção do zoneamento, através de entrevistas individuais; 2) Avaliar os sentidos e saberes dos moradores e/ou diretamente afetados pela ARIE sobre o lugar; 3) Identificar os conflitos decorrentes a implantação da ARIE do Morro Ferrabraz e sugerir acordos de manejo com a finalidade de buscar estratégias para a implantação e gestão da UC, bem como fornecer subsídios para o processo de elaboração do plano de manejo.

A **justificativa** dessa pesquisa é o incentivo da aproximação das comunidades residentes da UC na conservação e gestão da área, através da investigação sobre os sentidos produzidos sobre o lugar, sua relação com os conflitos ambientais e proposta de pré-zoneamento. Em 2016, a Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz foi criada através da Lei Municipal n.º 5900/2016, e cadastrada no sistema nacional das UC em 2018. Como a referida ARIE é ainda muito recente, não há um plano de manejo vigente, nem um zoneamento preliminar que possa minimamente regulamentar o uso e ocupação do solo na região. A ARIE do Morro Ferrabraz apresenta rica biodiversidade da fauna e flora, sendo considerada como um papel fundamental na proteção dos remanescentes da Mata Atlântica. Incentivar a gestão ambiental compartilhada com as comunidades do entorno de uma UC de forma eficiente, oportuniza ganhos em prol da melhoria da vida sustentável nas UC.

Serão previamente agendados a data e horário para as entrevistas com os representantes das comunidades no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - COMDER. Esses **procedimentos** ocorrerão nas residências dos participantes ou local escolhido por facilitar o deslocamento dos participantes. As entrevistas terão duração máxima de uma hora, dependendo a disposição do entrevistado, sendo a entrevista gravada utilizando equipamento de gravação de voz e ainda utilizando a plataforma online, Google docs para as perguntas relacionadas com o zoneamento da Unidade de Conservação. A entrevista será individual e guiada por questões norteadoras relacionadas com o lugar seguindo o roteiro de perguntas, os participantes poderão expor seus sentidos de forma aberta, pois emergirão a partir do diálogo com o entrevistador. Não é obrigatório responder a todas as perguntas. Serão seguidos todos os procedimentos de segurança (uso de máscara e distanciamento de, no mínimo 1,5 metros) em função da Pandemia covid-19.

Os **riscos** destes procedimentos serão MÍNIMOS e correspondem ao desconforto, por responderem a questões sensíveis, tais como regramentos de uso e ocupação na UC, possíveis atos ilegais ocorrendo na área, mobilização de sentidos e saberes sobre o lugar em que vivem; há a possibilidade de que o procedimento para coleta de dados possa causar constrangimento emocional por convidar os participantes a falarem de assuntos relativos a suas práticas relacionados à UC, sua rotina e opiniões pessoais. Neste caso, os participantes serão lembrados de que sua participação é voluntária e que são livres para compartilhar no processo apenas aquilo que desejarem. É preciso acentuar que a realização da pesquisa não

envolve nenhum risco adicional ao processo de participação na construção do Plano de Manejo futuro da referida área, no qual os participantes já se apresentam engajados espontânea e voluntariamente.

Para **minimizar os riscos** da participação nesta pesquisa, serão reforçados aos participantes o caráter voluntário de sua participação, sem que haja qualquer prejuízo ou coação com relação à sua saída. Será lembrado aos participantes a sua liberdade para não responder questões que julgarem constrangedoras em qualquer medida. Para tanto, a pesquisadora estará atenta aos sinais verbais e não verbais de desconforto. A mesma assegurará aos participantes confidencialidade, privacidade e sigilo, bem como a proteção da imagem, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas, inclusive em termos de auto-estima, de prestígio ou financeiro e por fim, será garantido que o estudo será suspenso imediatamente ao perceber algum risco ou dano à saúde do sujeito participante da pesquisa, conseqüente à mesma, não previsto no termo de consentimento.

Os **benefícios** desta pesquisa aos seus participantes estão relacionados à promoção de processos de participação efetiva das comunidades na gestão de Unidades de Conservação, uma realidade recente em nosso país. Identificar os conflitos ambientais existentes na comunidade para a efetivação da conservação ambiental almejada pelas Políticas Ambientais contribui para que as populações inseridas nessas áreas, como é o caso dos participantes desta pesquisa, sigam tendo o direito de participar da sua gestão. A pesquisa atua indiretamente na promoção da cidadania e na garantia do direito dessas populações.

A garantia de participação nesse processo também contribui para a organização de possibilidades de geração de renda no local, em consonância com as diretrizes que demarcam a sua gestão e viabilizam a realização de atividades capazes de alavancar o Desenvolvimento Local de forma sustentável.

Para a população mais abrangente da região, a pesquisa contribui no sentido de envolver as comunidades na conservação de áreas de interesse ecológico, atuando na preservação dos recursos naturais existentes. Com a preservação dessas áreas, as comunidades são beneficiadas com um ambiente de qualidade - que se expressam na qualidade da água, do ar, da terra e na gestão de resíduos.

As entrevistas serão realizadas pela pesquisadora Maiara Danieli Oberherr, sob orientação da professora responsável Luciele Nardi Comunello e do Professor co-orientador Rodrigo Cambará Printes.

A participação nesta pesquisa não envolverá despesas de nenhuma ordem aos participantes.

Você/Sr./Sra. poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de despesa e constrangimento.

Solicitamos a sua autorização para usar suas informações na produção de artigos técnicos e científicos, aos quais você poderá ter acesso. A sua privacidade será mantida através da não-identificação do seu nome e não vinculação da sua identidade com os resultados da pesquisa. Porém será realizado o registro das entrevistas através do gravador de voz, que será utilizado apenas na produção de artigos técnicos e científicos, além da proposta de zoneamento da UC, aos quais terá acesso. Você, deve rubricar dentro do parêntese a opção escolhida:

() Permito o registro através do gravador de voz para a análise dos resultados publicados da pesquisa;

() Não permito o registro através do gravador de voz para os resultados publicados da pesquisa. (O participante tem plena liberdade para não aceitar).

Todos os registros da pesquisa estarão sob a guarda do pesquisador, em lugar seguro de violação, pelo período mínimo de 05 (cinco) anos, após esse prazo serão destruídos.

Este termo de consentimento livre e esclarecido possui três páginas e é feito em 02 (duas) vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o participante da pesquisa.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Uergs (CEP-Uergs). Formado por um grupo de especialistas, tem

por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade, contribuindo para que sejam seguidos os padrões éticos na realização de pesquisas: Comitê de Ética em Pesquisa da Uergs – CEP. Uergs - Av. Bento Gonçalves, 8855, Bairro Agronomia, Porto Alegre/RS – CEP: 91540-000; Fone/Fax: (51) 33185148 - E-mail: cep@uergs.edu.br.

Nome do participante: _____

Assinatura participante da pesquisa

Assinatura pesquisadora

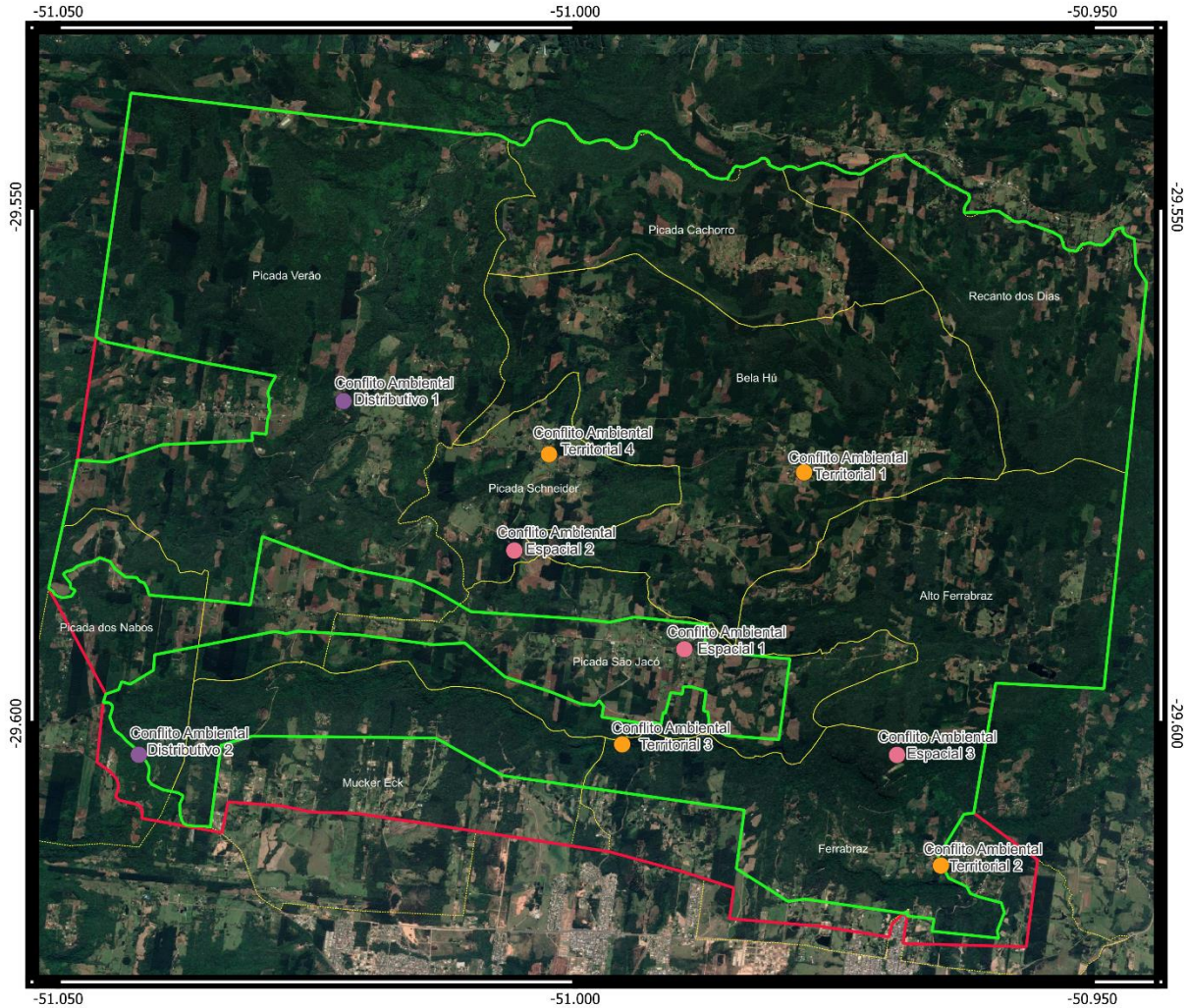
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista

Questões centrais da entrevista com representações das comunidades locais da ARIE do Morro Ferrabraz:

- 1- Pra você, em poucas palavras, o que é Morro Ferrabraz?
- 2 - O que você costuma fazer no Morro Ferrabraz?
- 3 - Qual a sua melhor memória no Morro Ferrabraz?
- 4- Existem lendas, rituais ou mitos na região?
- 5 -O que para você é conservação da natureza?
- 6 - O que para você é uma Unidade de Conservação?
- 7 - O que significa a ARIE do Morro Ferrabraz?
- 8 - Você identifica algum conflito ambiental presente na região ou comunidade?
- 9- Quais desafios, você acredita ter para o Morro Ferrabraz ser uma UC? Se sim, existem alguma solução para isso?
- 10 Quais atividades exercidas pela sua comunidade, você acredita que devem permanecer no Morro futuramente?
- 11-Você acha que uma Unidade de Conservação traria vantagens ou não para a comunidade?
- 12- Você tem alguma dúvida quanto a ARIE do Morro Ferrabraz? Quais?
- 13- Quais seus sonhos futuros para o Morro Ferrabraz, considerando que sua comunidade deseja?

APÊNDICE C – Mapa dos conflitos ambientais na Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz

MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS PRESENTES NA ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO - ARIE DO MORRO FERRABRAZ



LEGENDA

- Conflitos Ambientais Espaciais
- Conflitos Ambientais Territoriais
- Conflitos Ambientais Distributivos
- ARIE do Morro Ferrabraz
- Zona de Amortecimento da ARIE do Morro Ferrabraz
- Localidades incidentes na ARIE

**Elaboração: Maiara Oberherr
Bióloga, Mestranda em Ambiente e
Sustentabilidade
UERGS
Abril/2022**

Datum SIRGAS 2000
Zona UTM 23



DESCRIÇÃO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS

CONFLITO AMBIENTAL ESPACIAL 1: Conflitos gerados pelos impactos aos recursos naturais do parcelamento irregular às atividades agrícolas.

CONFLITO AMBIENTAL ESPACIAL 2: Conflitos gerados pelo desenvolvimento de atividades econômicas relacionadas aos impactos do uso do agrotóxico, das atividades turísticas, da extração de água mineral e da silvicultura.

CONFLITO AMBIENTAL ESPACIAL 3: A criação da ARIE foi a partir de um conflito ambiental espacial.

CONFLITO AMBIENTAL TERRITORIAL 1: A resistência e o posicionamento contrário dos moradores à implementação da ARIE.

CONFLITO AMBIENTAL TERRITORIAL 2: Conflitos gerados pela restrição de edificações em função dos impactos advindos do parcelamento irregular do solo.

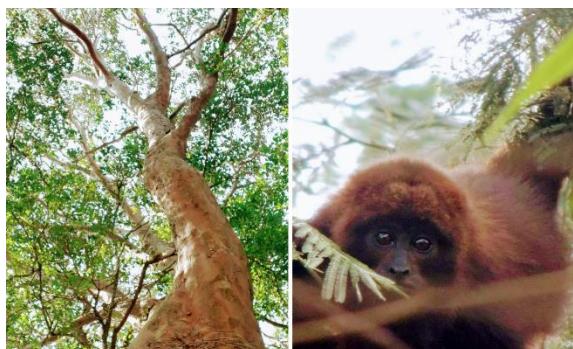
CONFLITO AMBIENTAL TERRITORIAL 3: Conflitos relacionados à falta de consulta aos moradores locais referente a criação de uma UC, assim como às restrições de usos e atividades.

CONFLITO AMBIENTAL TERRITORIAL 4: Conflitos gerados pela falta de informação sobre as restrições impostas pelas legislações ambientais.

CONFLITO AMBIENTAL DISTRIBUTIVO 1: Desigualdade no uso dos recursos naturais provocados pelo aumento do fluxo turístico entre as comunidades que utilizam esses recursos para subsistência.

CONFLITO AMBIENTAL DISTRIBUTIVO 2: Má distribuição, uso e acesso à água para consumo humano, devido à escassez e a contaminação.

APÊNDICE D – Guia do participante para a oficina de elaboração do Plano de Manejo Participativo



OFICINA DE PLANO DE MANEJO

ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO DO MORRO FERRABRAZ

Sapiranga/RS



GUIA DO PARTICIPANTE

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| FICHA TÉCNICA E CARACTERÍSTICAS GERAIS..... | 05 |
| PLANO DE MANEJO..... | 07 |
| PROPOSITO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (UC)..... | 09 |
| SIGNIFICÂNCIA DA UC..... | 11 |
| RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS..... | 14 |
| AVALIAÇÃO DE NECESSIDADES DE DADOS E PLANEJAMENTO..... | 17 |
| INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL..... | 20 |
| ZONEAMENTO..... | 22 |
| ATOS LEGAIS, ADMINISTRATIVOS E NORMAS..... | 27 |
| SUBSÍDIOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PLANO DE MANEJO DA ARIE DO MORRO FERRABRAZ..... | 29 |
| CARACTERIZAÇÃO RESUMIDA DA ARIE DO MORRO FERRABRAZ..... | 34 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 39 |

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E PRESERVAÇÃO ECOLÓGICA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPIRANGA - RS

ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO DO MORRO FERRABRAZ



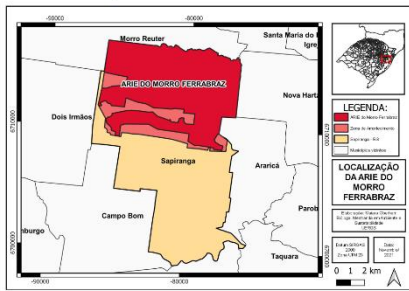
ELABORADO POR MAJARA DANIELI OBERHERR

FOTOS DA CAPA: MAJARA DANIELI OBERHERR
DEMAIS FOTOS DO GUIA DO PARTICIPANTE: MAJARA DANIELI OBERHERR, RODRIGO CHAVES RAMOS, CLÁUDIO KREUNING AVILA, ARQUIVOS SEMAPE, E INTERNET

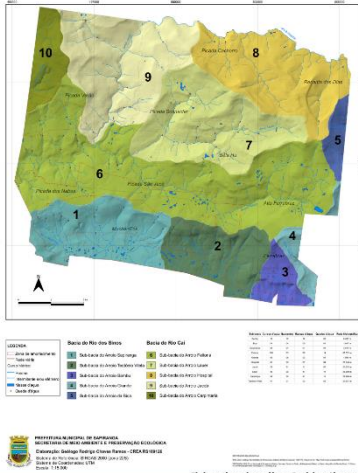
FICHA TÉCNICA E CARACTERÍSTICAS GERAIS DA ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO DO MORRO FERRABRAZ/RS

| |
|---|
| Nome da Unidade de Conservação (UC): Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz |
| Categoria e Grupo: Área de Relevante Interesse Ecológico – Uso Sustentável (ARIE) |
| Endereço para correspondência: Av. João Corrêa, nº 7, Centro, Sapiranga-RS, CEP 93800-222 |
| Fone: (51) 3599 9500 – RAMAL 223 |
| E-mail: meioambiente@sapiranga.rs.gov.br |
| Superfície: 7.168,30 ha (5.969,55 ha correspondem à ARIE e 1.198,75 ha corresponde à Zona de Amortecimento) |
| Municípios com área dentro da ARIE do Morro Ferrabraz: Sapiranga/RS |
| Municípios do entorno da ARIE do Morro Ferrabraz e Zona de Amortecimento: Sapiranga, Campo Bom, Araricá, Dois Irmãos, Santa Maria do Herval, Nova Hartz. |
| Estado Abrangido pela UC: Rio Grande do Sul |
| Coordenadas Geográficas: Sul -29.553114° Oeste -50.945918° Sul -29.538991° Oeste -51.042962° Sul -29.603748° Oeste -51.046255° Sul -29.621599° Oeste -50.956382° |
| Instrumento de criação: Foi criada a partir da Lei Municipal nº 5.900/2016, de 13 de maio de 2016, e ratificada e consolidada pela Lei Municipal nº 6.781/2021, em 11 de agosto de 2021. |
| Bioma: Mata Atlântica |
| Ecosistemas: Floresta Estacional Semidecidual |
| Atividades desenvolvidas: Gestão Socioambiental, Pesquisa, Monitoramento e Manejo da Biodiversidade, Uso Público, Proteção. |
| Conselho consultivo: Instituído através da Lei Municipal nº 6.781/2021. Membros nomeados através do Decreto Municipal nº 7.383/2021. |
| Atividades conflitantes: Urbanização próxima, atropelamento da fauna, parcelamento irregular do solo, desmatamento, presença de espécies exóticas invasoras, queimadas e caça, ausência de sinalização |

LOCALIZAÇÃO DA ARIE DO MORRO FERRABRAZ



MAPA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS NA ARIE DO MORRO FERRABRAZ



Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz

PLANO DE MANEJO

A elaboração do Plano de Manejo da ARIE do Morro Ferrabraz deverá resultar em uma ferramenta de apoio atualizada, com caráter de orientação estratégica e operacional, que possibilite a correta gestão técnica e administrativa dessa UC. O Plano de Manejo deve ser baseado em conhecimentos já gerados sobre a unidade de conservação e entorno, bem como no conhecimento dos diversos atores envolvidos com a UC. Conforme a Lei Federal nº 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC), o plano de manejo é o documento técnico no qual se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da UC.

O Plano de Manejo é um instrumento de planejamento e gerenciamento das Unidades de Conservação (UC), que prevê ações de manejo a serem implementadas após análise dos fatores bióticos, abióticos e antrópicos existentes em uma UC e em seu entorno.

Para a elaboração do Plano de Manejo da Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz utilizaremos como base a Instrução Normativa nº 7/GABIN/ICMBIO de 21 de dezembro de 2017, que disponibiliza um roteiro metodológico uniformizando o processo de elaboração de plano de manejo das unidades de conservação, assegurando a participação das comunidades relacionadas a UC, valorizando o conhecimento local e harmonizando a conservação da natureza.

ELEMENTOS DE UM PLANO DE MANEJO

Um plano de manejo na abordagem estratégica deve incluir os seguintes elementos: declaração de propósito, declarações de significância, recursos e valores fundamentais, tópicos de interpretação ambiental, avaliação das necessidades de dados e planejamentos, zoneamento/normas gerais, atos legais e administrativos. A construção do plano de manejo, deve ser um processo integrado e todos os elementos interligados e cruciais para que consiga atingir os objetivos da UC.



Guia do Participante
Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz



Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz

O PROPÓSITO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (UC)

O plano de manejo começa com a definição do propósito da UC. O propósito identifica o(s) motivo(s) específico(s) para a criação de uma dada UC. O propósito de uma UC está baseado em uma análise cuidadosa da razão de sua existência, incluindo os estudos prévios à criação, os objetivos previstos no decreto de criação e os da categoria de manejo, conforme a Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Além de conectada com a missão do ICMBio, a declaração de propósito estabelece o alicerce para o entendimento do que é mais importante acerca da UC e vai além de apenas reafirmar o decreto de criação. Ele consiste no critério mais fundamental contra o qual são testadas a conformidade das recomendações de planejamento, decisões operacionais e demais ações.

MELHORES PRÁTICAS PARA UMA DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO DE UC

- A declaração está fundamentada em uma análise detalhada da razão de existência da UC e da legislação que influenciou a sua implantação.

Perguntas orientadoras:

**POR QUE A UC FOI CRIADA?
QUAL SUA RAZÃO DE EXISTÊNCIA?**



Guia do Participante
Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz



Exemplos de declarações de "Propósito" de outras Unidades de Conservação

PROPÓSITO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL COSTA DOS CORAIS

• A APA Costa dos Corais, situada no litoral norte de Alagoas e sul de Pernambuco, protege os ambientes recifais e manguezais, mantém a conectividade entre os ecossistemas marinhos e estuarinos, conserva as espécies ameaçadas, especialmente, o peixe-boi-marinho, e garante a sustentabilidade da pesca artesanal e do turismo, a valorização dos modos de vida das comunidades tradicionais e sua identidade cultural



PROPÓSITO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE CAIRUÇU

"Criada em Paraty, na Serra do Mar entre o Rio de Janeiro e São Paulo, a partir da luta das comunidades tradicionais caiçaras pelo território, a APA Cairuçu é um dos últimos redutos de Mata Atlântica onde é assegurado o modo de vida de indígenas, quilombolas, caiçaras e comunidades rurais, que com suas formas de saber e fazer, protegem a diversidade de ambientes, lar de espécies raras e rios de águas cristalinas que deságuam onde as montanhas encontram o mar."



Oficina para elaboração do Plano de Manejo
Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz



DECLARAÇÕES DE SIGNIFICÂNCIA DA UC

Declarações de significância expressam porque os recursos e valores da UC são importantes o bastante para justificar a sua criação e integração ao sistema federal de UC. Tais declarações são diretamente associadas ao propósito da UC e são apoiadas pelo conhecimento disponível, percepções culturais e consenso. Declarações de significância descrevem a natureza única da UC, bem como porque a área é importante no contexto global, nacional, regional e sistêmico, inclusive pela provisão de serviços ecossistêmicos, que são aqueles benefícios que aquela área protegida presta a sociedade e que podem ser especificados.

Declarações de significância refletem as demandas científicas e acadêmicas, bem como as percepções culturais mais atuais, as quais podem ter mudado desde o estabelecimento da unidade.

Declarações de significância definem o que é mais importante a respeito dos recursos e valores de uma UC, que irão ajudar com o planejamento e o manejo, e são orientadas por: (1) legislação relativa à criação e outros dispositivos legais referentes à sua implantação; e (2) uma melhor compreensão dos recursos como resultado das atividades de manejo, pesquisa e engajamento público. Apesar de cada UC ter muitos recursos e valores importantes, nem todos contribuem com a significância da UC.

Declarações de significância de uma UC geralmente incluem um ou mais dos elementos listados acima. Tais declarações são usadas para orientar as decisões relativas ao manejo e ao planejamento a fim de garantir que os recursos e valores que contribuem com a designação da UC sejam preservados.

MELHORES PRÁTICAS PARA DECLARAÇÕES DE SIGNIFICÂNCIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

"FATOR UAU!"

- A declaração define claramente uma das coisas mais importantes a respeito dos recursos/valores da unidade de conservação com base no porquê da unidade ter sido criada.
- A declaração não apenas lista os recursos e valores, mas inclui porque a UC é importante no contexto global, nacional, regional ou sistêmico.
- A declaração reflete pesquisas científicas ou acadêmicas e interpretações, incluindo mudanças que podem ter ocorrido desde o estabelecimento da UC.



Guia do Participante
Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz



CONSTRUÇÃO DA SIGNIFICÂNCIA DA UC

PERGUNTAS ORIENTADORAS:

POR QUE A UC É ESPECIAL?

O QUE TORNA ESSA UC ÚNICA?

O QUE ELA REPRESENTA NOS CONTEXTOS REGIONAL, NACIONAL OU GLOBAL?

- A declaração vai além de apenas listar os recursos e valores e inclui o porquê da unidade ser relevante em âmbito nacional? Foram considerados os serviços ecossistêmicos prestados?
- A declaração reflete pesquisas e interpretações acadêmicas atuais, incluindo mudanças que possam ter ocorrido desde o estabelecimento da UC? Existem evidências?

Exemplos de declarações de Significância

PROPÓSITO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE CAIRUÇU

1. Histórico e lutas: território cuja ocupação é anterior à colonização europeia, tem histórico de luta em momentos diversos: ponto final do caminho do ouro e um dos últimos portos clandestinos de escravos de origem africana, passou por ciclos econômicos do ouro, cana de açúcar e café e a redescoberta da região com a construção da BR 101 (Rio-Santos). Por quase um século, o isolamento geográfico e econômico levou a preservação de expressões culturais e do ambiente natural. Antes e depois do isolamento, a região é palco de lutas e resistência de povos e comunidades tradicionais contra a especulação imobiliária e o turismo predatório.

2. Caiçaras: o caiçara, povo nativo com sua ancestralidade e identidade, simples, solidário e receptivo, que se reconhece e é reconhecido por sua comunidade, vive e integra um cenário de beleza única na zona costeira e insular da APA Cairuçu, gerenciando os recursos no mar, na mata, na restinga e no mangue com sua cultura, modo de ser e fazer que, com sua resistência e defesa de seu território, mantém sua essência e preserva seus direitos e valores, do mesmo modo em que protagoniza a sua dinâmica cultural, social, econômica, linguística e tecnológica.

3. Quilombolas: a APA Cairuçu abriga a primeira comunidade quilombola titulada no estado do Rio de Janeiro, o Quilombo Campinho da Independência, referência nacional da luta contra o racismo e resistência do povo quilombola e o Quilombo do Cabral, que buscam a manutenção da cultura e da identidade étnica e religiosa, onde todo o território dialoga com o uso sustentável dos recursos naturais.

Oficina para elaboração do Plano de Manejo
Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz



4. Indígenas Guarani: na busca pelo território sagrado, os indígenas Guarani percorrem os caminhos das águas do interior para o mar e encontraram na região que hoje é a APA Cairuçu, o seu teko porá (bem viver), a "terra sem males", onde vivem como guardiões do conhecimento ancestral sobre o manejo da Mata Atlântica no uso sustentável preservando a cultura, a espiritualidade e os modos de saber e fazer.

5. Comunidades Rurais: localizados na porção continental da APA Cairuçu, as comunidades rurais, também denominadas de agricultores familiares, camponeses, caiçaras, do mato ou produtores rurais, além da ancestralidade e cultura herdada de seus antepassados, têm como característica primordial a adoção de práticas sustentáveis de produção, adaptando seu modo de vida à preservação da natureza. Povo simples e humilde que busca através de ações coletivas criar laços de pertencimento comunitário, onde possam se reconhecer e ao seu território como um espaço essencial para a vida e trabalho.

6. Diversidade Ambiental e Biológica: a APA de Cairuçu tem formações geológicas peculiares, como o Maciço do Cairuçu que remonta o pré-cambriano, e os picos do Cairuçu, da Jamanta e do Cuscuzeiro. Região onde a variação de altitude e de formas de relevo proporcionou a diversidade de ecossistemas que abrigam riqueza e abundância de espécies típicas da Mata Atlântica, com destaque para o endemismo da avifauna e a presença de espécies ameaçadas de extinção como o muriqui (*Brachyteles hypoxanthus*), jagurundi (*Puma yagouaroundi*), onça pintada (*Panthera onca*) e parda (*Puma concolor*), entre outras.

7. Paisagens e Mata Atlântica: navegando pela costa da APA Cairuçu, vemos uma cadeia de montanhas com picos que chegam a 1200 metros e podemos conhecer 83 ilhas, com vegetação típica e exclusiva de ambientes insulares. Nessa viagem encontramos reentrâncias costeiras, como a formação única do Saco do Mamangá que lembra um fiorde¹, mas é uma formação estuarina denominada "ria 2", uns dos mais preservados manguezais do estado do Rio de Janeiro, além de outros ambientes naturais de grande beleza cênica como as praias arenosas e cachoeiras desaguando diretamente no mar.

8. Águas: na APA Cairuçu a Serra do Mar é recortada por nascentes, córregos e cachoeiras formando rios, que são lugares de lazer e identidade das comunidades que por eles são banhados. Nos rios se aprende a pescar, a nadar, remar e entender os ciclos das chuvas, cheias e vazantes. O ambiente montanhoso quente e chuvoso, proporciona o desenvolvimento de florestas exuberantes e uma vasta rede de drenagem, que ao descer a serra criam condições favoráveis à formação de ricos ecossistemas, como os caixetais e manguezais, no namoro do rio com o mar.



Guia do Participante
Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz

RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS DA UC

Uma das responsabilidades mais importantes dos gestores de UC é garantir a conservação e o desfrute público das qualidades que são essenciais (fundamentais) para atingir o propósito da UC e manter sua significância. Tais qualidades são denominadas recursos e valores fundamentais das unidades de conservação.

Os recursos e valores fundamentais são aqueles aspectos ambientais (espécies, ecossistemas, ou processos ecológicos), sociais (bem estar social), econômicos, culturais, históricos, geológicos, paisagísticos e outros atributos, incluindo serviços ecossistêmicos, que em conjunto são representativos de toda a UC, e serão levados em conta, prioritariamente, durante os processos de planejamento e manejo porque são essenciais para atingir o propósito da UC e manter sua significância. Os recursos e valores fundamentais estão intimamente ligados ao ato legal de criação da UC e são mais específicos do que as declarações de significância.

Os recursos e valores fundamentais auxiliam a concentrar os esforços de planejamento e manejo no que seja realmente significativo acerca da UC. Se os recursos e valores fundamentais forem degradados, o propósito e/ou significância da UC podem estar em risco. Além disso, os recursos e valores fundamentais devem ter ligação clara com a conservação da biodiversidade, ou seja, nos casos dos valores sociais e culturais, sua manutenção deve estar ligada ao uso sustentável de recursos e a conservação da UC.

Um recurso ou valor fundamental deve ser algo que não possa ser questionado, ao menos facilmente. Deve ser algo com que todos concordem. Uma questão que as equipes de planejamento precisam responder ao identificar recursos e valores fundamentais é: "Será que a UC ainda atingiria seu propósito e satisfaria suas(á) declaração(ões) de significância sem este recurso ou valor?"

MELHORES PRÁTICAS PARA A IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS

- O recurso ou valor em questão é crucial para alcançar o propósito da UC e manter sua significância, e tal associação deve ser clara para manter a conexão entre estes elementos.
- Dentre os participantes da oficina e na equipe da UC, há forte consenso de que o recurso ou valor em questão é crucial para a viabilidade futura da UC.
- O recurso ou valor em questão não é abstrato ou amplo demais, não abrange todos os recursos presentes na UC e não é genérico (isto é, deve ser específico).
- E imprescindível que haja aspectos ambientais (espécies, ecossistemas, ou processos ecológicos), dentre os RVF.
- RVF sociais e culturais (bem estar social), devem ser relacionados aos aspectos ambientais sempre que possível.



Oficina para elaboração do Plano de Manejo
Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz

PERGUNTAS ORIENTADORAS:
QUAIS RECURSOS OU VALORES SÃO MAIS IMPORTANTES PARA ATINGIR O PROPÓSITO E A SIGNIFICÂNCIA DA UC?

Exemplos de Recursos e Valores Fundamentais

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL COSTA DOS CORAIS

1) Peixe-boi-marinho: O peixe-boi-marinho (*Trichechus manatus*), mamífero aquático de hábito costeiro e herbívoro, alimenta-se preferencialmente de capim-agulha, algas e folhas de mangue. A degradação de seu habitat, aliada a reprodução lenta, trouxe a espécie à categoria de ameaçada de extinção. No território da APACC é alvo de programa de longo prazo de reintrodução e conservação, sendo considerada espécie bandeira e guarda-chuva.

2) Espécies ameaçadas: A APACC é lar de várias espécies ameaçadas de extinção, entre elas: aves marinhas como o maçarico-rasteirinho (*Calidris pusilla*) e a batuíra-bicuda (*Charadrius wilsonia*), mamíferos marinhos como o boto-cinza (*Sotalia guianensis*) e a baleia-jubarte (*Megaptera novaeangliae*), quatro espécies de tartarugas marinhas, a tartaruga verde (*Chelonia mydas*), a tartaruga oliva (*Lepidochelys olivacea*), a tartaruga de pente (*Eretmochelys imbricata*) e a cabeçuda (*Caretta caretta*), 20 espécies de peixes e 11 de invertebrados. Tendo em vista esse grande número, a unidade de conservação é área focal de diversos planos de ação nacionais para conservação de espécies ameaçadas de extinção, como o peixe-boi marinho, corais, tubarões e raia, manguzeais, tartarugas marinhas e aves marinhas.

3) Cultura das Comunidades Pesqueiras: A região é ocupada por mais de 40 comunidades pesqueiras que apresentam diferentes relações com o território e com os recursos naturais, essenciais para os seus modos de vida, saberes e fazeres. É um espaço para a expressão de suas culturas como, por exemplo, gastronomia, pesca artesanal, festividades (folguedos), artesanato, religiosidades, entre outras. As comunidades pesqueiras utilizam diversas práticas de uso dos recursos naturais da APACC e ambientes próximos fundamentais para a garantia do seu modo de vida na produção de embarcações, bem como de diversas artes e petrechos de pesca, como: tarrafa, espinhel, jererê, linha, rede (arrasto, agulha, cacoeira), manzuá (covos), curral, rasteio, bicheiro etc. além de artesanatos, criação de abelhas, cultivo de ostras, culinária, medicina tradicional e outras atividades para geração de renda utilizando, por exemplo, coqueiros, ouricuri (*Syagrus coronata*), rabo-de-bugio (*Dalbergia ecastophyllum*), araticum (*Annona spp.*), aroeira (*Schinus terebinthifolius*), junco, guaxuma, jaqueiras e bananeiras.

Guia do Participante
Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz

4) Recursos pesqueiros: A diversidade de recursos e ambientes da APACC, decorrentes da conjunção de fatores físicos, químicos e biológicos, confere à região habitats que abrigam espécies fundamentais à segurança alimentar, geração de renda e cultura das comunidades locais. Dentre os recursos pesqueiros destacam-se: mariscos, caranguejos, camarões, lagostas, moluscos e peixes, como tainha (*Mugil spp.*), cioba (*Lutjanus spp.*), serra (*Scomberomorus brasiliensis*), cavala (*Acanthocybium solandri*), camurim (*Centropomus undecimalis*), sirigado (*Mycteroperca bonaci*), dourado (*Coryphaena hippurus*), pargo (*Lutjanus purpurus*), arabaiana (*Seriola dumerilii*), carapeba (*Eucinostomus spp.*) e agulhão (*Istiophorus platypterus*). Essa diversidade e abundância depende do equilíbrio e da conectividade entre os ecossistemas.

5) Recifes: Presentes em toda a extensão da APACC, os recifes são estruturas rígidas, resistentes à ação das ondas e correntes, formados por organismos marinhos (corais, vermetídeos, algas calcárias) ou processos geológicos (arenito). Podemos encontrar na UC vários tipos de formações recifais. Os recifes mais rasos, que são bastante explorados pelo turismo devido à formação de piscinas naturais na maré baixa, e pela pesca artesanal no "mar de dentro". Os recifes profundos são reconhecidos como importantes pesqueiros, se destacando como áreas de refúgio para indivíduos na fase adulta do ciclo de vida. A conectividade entre os recifes rasos e profundos é vital para garantir a conservação da biodiversidade da APACC. Além da importância para a pesca e para o turismo, os recifes também se destacam na proteção da linha de costa, na manutenção da biodiversidade e dos ciclos biogeoquímicos e no fornecimento de matéria prima para a indústria farmacêutica.

6) Manguezais: São ecossistemas costeiros de transição em regiões de encontro dos rios com o mar e devido à influência do regime das mares apresentam grande variação de salinidade, que influencia nas suas feições, estabelecendo zonas de borda, bacia e ápice, conforme a região de várzea e movimentação das mares. Na APACC podemos destacar os manguezais no entorno dos grandes rios da região, como os rios Una, Manguaba, Camaragibe e Santo Antônio. São de extrema importância como berçário, na produtividade biológica, no controle de sedimento, na regulação climática, na provisão de alimentos, com destaque para o turismo de base comunitária.

7) Beleza cênica e diversidade de paisagens: Seu litoral se destaca por praias de mar calmo, águas mornas e cristalinas, extensos coqueirais, falésias vivas, manguezais, piscinas naturais e o encontro dos rios com o mar, formando um mosaico de belas paisagens. Somado a isso, uma exuberante vida marinha subaquática com diferentes cores e formas compõe um outro mundo a ser vivenciado



Oficina para elaboração do Plano de Manejo
Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz

AVALIAÇÃO DE NECESSIDADE DE DADOS E PLANEJAMENTO

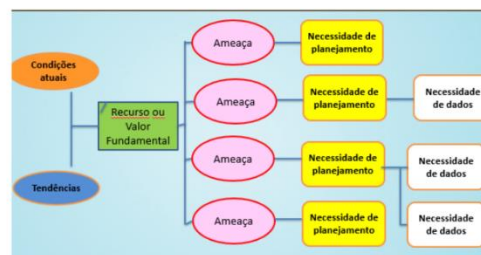
Quando o propósito, as declarações de significância e os recursos e valores fundamentais da UC forem identificados, é importante avaliar as necessidades de dados e de planejamentos relacionados a conservação da UC.

ANÁLISE DE RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS

A análise de recursos e valores fundamentais inclui:

- condição atual e tendências para cada RVF.
- ameaças (ação humana que degrada ou compromete o RVF) e oportunidades (condição que favorece a conservação do RVF ou subsidia alguma necessidade de dados ou de planejamento).
- as necessidades de dados e planejamentos, que ajudarão a manejar e proteger recursos e os valores fundamentais. Tanto relacionadas a condição atual e tendências dos RVF quanto as ameaças e oportunidades.

A PARTIR DA ANÁLISE DOS RVF, QUAIS AS NECESSIDADES DE DADOS E DE PLANEJAMENTO DEVERÃO SER CONSTRUÍDOS E PRIORIZADOS?



Guia do Participante
Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz



PRIORIZAÇÃO DE NECESSIDADES DE DADOS E PLANEJAMENTO

Quando uma lista coletiva de necessidades de dados e planejamento for compilada e inicialmente priorizada nas tabelas de questões-chave e no diagrama de recursos e valores fundamentais, uma lista coletiva de necessidades priorizadas será analisada e revisada no grupo grande para informar as prioridades para a UC como um todo. O produto final desse processo é uma lista de prioridades que ajudará a UC a concentrar seus esforços na proteção de recursos e valores fundamentais e, conseqüentemente, na sua significância e no seu propósito e a abordar suas questões de manejo mais importantes.

A priorização das necessidades de planejamento deve considerar o atendimento de alguns critérios, para elevar o seu nível de prioridade, a serem discutidos na Oficina do Plano de Manejo, tais como:

- Sua execução favorece a resolução de conflitos importantes para a gestão;
- Está relacionada aos RVF e ameaças consideradas mais críticas para a conservação da UC;
- Auxilia na mudança do curso, que se deseja, de uma tendência observada em um RVF;
- Existência de oportunidade para sua elaboração e implementação;



Oficina para elaboração do Plano de Manejo
Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz



Exemplos de tabela de análise de questões-chave

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL COSTA DOS CORAIS

Quadro 3. Análise do recurso e valor fundamental "Espécies Ameaçadas".

| ESPÉCIES AMEAÇADAS | |
|---|-------------------|
| Condições Atuais | |
| Ausência de informação no âmbito local para várias espécies | |
| Atualmente as espécies ameaçadas sofrem com a falta de planos de uso para as de interesse comercial e de falta de divulgação e informações localmente | |
| Tendências | |
| Falta, com desaparecimento local das espécies, extinção e perda da biodiversidade. | |
| Ameaças | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Pesca insustentável • Poluição (esgoto, resíduos sólidos) • Degradação e invasão do mangue • Expansão urbana • Fotopoluição • Trânsito de veículos na praia • Espécies invasoras • Pesquisa e exploração de petróleo (sísmica, extração) | |
| Necessidades de dados e/ou sistema de informação geográfica (SIG) (alta, média ou baixa) | Prioridade |
| Mapeamento do território pesqueiro (moradias, comunidades, currais de pesca, acessos, palhoças, áreas para guardar embarcações e áreas de praia sem acesso) | Alta |
| Estimativa populacional das espécies ameaçadas sem uso direto | Média |
| Diagnóstico da pesca | NA ¹¹ |
| Necessidade de planejamento | |
| Plano de proteção (fiscalização) | Alta |
| Plano de gestão, ordenamento e monitoramento da pesca e monitoramento da captura incidental | Alta |
| Plano de Comunicação (sinalização das praias, incentivo ao uso da imagem de espécies ameaçadas como identidade cultural/local) | Alta |
| Articulação interinstitucional (qualificação do licenciamento ambiental) | Alta |
| Plano de Recuperação de Espécies Ameaçadas | Alta |
| Monitoramento dos recifes | Média |
| Monitoramento dos manguezais | Baixa |
| Monitoramento/pesquisa de espécies ameaçadas | Baixa |
| Plano de prevenção e controle de espécies invasoras | Baixa |

Guia do Participante
Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz



INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL

A Interpretação Ambiental é um conjunto de estratégias de comunicação destinadas a revelar os significados dos recursos ambientais, históricos e culturais a fim de provocar conexões pessoais entre o público e o patrimônio protegido.

É uma ferramenta de grande potencial de sensibilização e aproximação com a sociedade. Realizada de forma planejada e estruturada, contribui para o fortalecimento da compreensão sobre a importância da UC e transforma a visita em uma experiência enriquecedora e agradável.

PERGUNTAS ORIENTADORAS:

COM BASE NAS DECLARAÇÕES DE SIGNIFICÂNCIA E NOS RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS, QUAIS AS MENSAGENS (AMBIENTAIS E/OU HISTÓRICO-CULTURAIS) QUEREMOS TRANSMITIR ÀS PESSOAS SOBRE A UC?



Oficina para elaboração do Plano de Manejo
Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz



Exemplos de subsídios para Interpretação Ambiental

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL COSTA DOS CORAIS

1. "Me veja além dos olhos

Me sinta além do tato

Me saboreie além do paladar

Me perceba com a mente e coração

Mergulhe intensamente nessa experiência

Quando me olha, o que você vê?

Valorize o privilégio de estar aqui!

APA Costa dos Corais".

2. "A APACC é lar para o Peixe-Boi e sua sobrevivência depende das águas termais dos manguezais e das praias, que trazem memórias e história. Explorar este território (conscientemente) proporciona uma experiência única de contemplação e bem-estar, envolvendo o visitante na valorização da história da região, no resgate da identidade cultural, sobretudo pesqueira.

3. A compreensão das histórias das comunidades da APACC e de suas identidades culturais foi formada e construída ao longo dos séculos, assim como se formam e se firmam os recifes coralíneos, áreas sensíveis, lar e abrigo de espécies ameaçadas. São piscinas naturais, ambientes de visitação que proporcionam aos visitantes, a partir de um mergulho, uma imersão na grandiosidade da natureza e da cultura.

4. "No zingar das jangadas pescadores e visitantes se conectam com os tons de verde e azul do mar das Lages. A satisfação que a visitação às piscinas naturais nos proporciona no navegar de uma jangada à vela, ao som das belas histórias, é sinal que subemos escolher bem nossas experiências."

5. "Casarías, igrejas e fortes são testemunhas de tempos onde portugueses e holandeses disputavam essas terras e o movimento das barcas de açúcar conectava vilas e engenhos, trazendo e levando cheiros, sons, cores e sabores."

6. "Experenciando as vivências junto às comunidades pesqueiras proporcionam uma aproximação com o saber tradicional, levando à percepção da variedade de culturas locais, mostrando que a APACC protege também a história de um povo. A partir da interação entre o visitante e as comunidades, vivencia-se uma nova experiência de conhecimentos locais, buscando a união do antes, o agora e o que queremos para o amanhã!"



Guia do Participante
Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz

ZONEAMENTO

De acordo com a Lei nº 9985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, zoneamento é:

“definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz”.

O zoneamento constitui um instrumento de ordenamento territorial, usado como recurso para se atingir melhores resultados no manejo de uma UC, pois identifica áreas com características naturais similares e finalidades que podem ser ou não complementares. Ao mesmo tempo, o zoneamento estabelece usos diferenciados para cada zona, segundo seus objetivos. Obter-se-á, desta forma, maior proteção, pois cada zona será manejada seguindo-se normas para elas estabelecidas.

Assim, uma zona é uma parte no terreno que determina o manejo a fim de garantir que as ações tomadas sejam compatíveis com o propósito da UC e levem à proteção de seus recursos e valores fundamentais.

Atualmente, há um conjunto de zonas para cada unidade de conservação com relação ao seu grupo.

ZONAS UTILIZADAS PARA A CATEGORIA ARIE



PERGUNTA ORIENTADORA:

QUAIS ZONAS DE MANEJO DEVEM SER ESTABELECIDAS PARA A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO?

Oficina para elaboração do Plano de Manejo
Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz

SEM OU COM BAIXO GRAU DE INTERVENÇÃO

Zona de Preservação - É a zona onde os ecossistemas existentes permanecem o mais preservado possível, não sendo admitidos usos diretos de quaisquer naturezas. Deve abranger áreas sensíveis e aquelas onde os ecossistemas se encontram sem ou com mínima alteração, nas quais se deseja manter o mais alto grau de preservação, de forma a garantir a manutenção de espécies, os processos ecológicos e a evolução natural dos ecossistemas. São permitidas as atividades de proteção, pesquisa, monitoramento ambiental e recuperação ambiental (preferencialmente de forma natural).

Zona de Conservação - É a zona que contém ambientes naturais de relevante interesse ecológico, científico e paisagístico, onde tenha ocorrido pequena intervenção humana, admitindo-se áreas em avançado grau de regeneração, não sendo admitido uso direto dos recursos naturais. São admitidos ambientes em médio grau de regeneração, quando se tratar de ecossistemas ameaçados, com poucos remanescentes conservados, pouco representados ou que reuna características ecológicas especiais, como na Zona de Preservação. São permitidas as atividades de proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, visitação de baixo grau de intervenção e recuperação ambiental (preferencialmente de forma natural).

Zona de Uso Restrito - É a zona que contém ambientes naturais de relevante interesse ecológico, científico e paisagístico, onde tenha ocorrido pequena intervenção humana, admitindo-se áreas em médio e avançado grau de regeneração, sendo admitido uso direto de baixo impacto (eventual ou de pequena escala) dos recursos naturais, respeitando-se as especificidades de cada categoria. Zona exclusiva para UCs de uso sustentável, monumento natural e refúgio de vida silvestre. São permitidas as atividades de proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, visitação de baixo grau de intervenção (com instalações mínimas, utilizando, preferencialmente as infraestruturas já existentes), e recuperação ambiental (preferencialmente de forma natural), moradas isoladas com roças de subsistência e uso direto eventual e de baixo impacto dos recursos naturais.

VISITAÇÃO DE BAIXO GRAU DE INTERVENÇÃO - CORRESPONDE ÀS FORMAS PRIMITIVAS DE VISITAÇÃO E RECREAÇÃO QUE OCORREM EM ÁREAS COM ALTO GRAU DE CONSERVAÇÃO, POSSIBILITANDO AO VISITANTE EXPERIMENTAR ALGUM NÍVEL DE DESAFIO, SOLIDÃO E RISCO. OS ENCONTROS COM OUTROS GRUPOS DE VISITANTES SÃO IMPROVÁVEIS OU OCASIONAIS. A INFRAESTRUTURA, QUANDO EXISTENTE, É MÍNIMA E TEM POR OBJETIVO A PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E A SEGURANÇA DOS VISITANTES. É INCOMUM A PRESENÇA DE ESTRADAS OU ATIVIDADES MOTORIZADAS.

INFRAESTRUTURA MÍNIMA - INFRAESTRUTURA CONSTRUÍDA PREFERENCIALMENTE COM A UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS LOCAIS, COM O OBJETIVO PRINCIPAL DE PROTEGER OS RECURSOS NATURAIS E PROMOVER A SEGURANÇA DOS VISITANTES. SÃO EXEMPLOS: PINGUELA, ESCADARIA DE PEDRA OU MADEIRA, DECK DE MADEIRA, POITA DE ANCORAGEM, ACAMPAMENTO PRIMITIVO, SOLUÇÕES SANITÁRIAS NECESSÁRIAS PARA A PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS (BANHEIRO SECO, RECIPIENTES PARA TRANSPORTE DE FEZES, ETC.), ESTRADA DE TERRA, TRILHA, ETC.

ACAMPAMENTO PRIMITIVO - PERNOITE QUE PODE SER REALIZADO COM A UTILIZAÇÃO OU NÃO DE INFRAESTRUTURA MÍNIMA E AÇÕES DE MANEJO PARA ASSEGURAR A PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS (EX: DEMARCAÇÃO DE ÁREAS PARA INSTALAÇÃO TENDAS, BANHEIRO SECO, TÁBUAS PARA FIXAÇÃO DE BARRACAS, ETC.).

INFRAESTRUTURA (ABRANGÊNCIA DO TERMO) - QUALQUER TIPO DE INTERVENÇÃO PLANEJADA, QUE DEMANDE A CONSTRUÇÃO OU O MANEJO, COM O OBJETIVO DE ESTRUTURAR O AMBIENTE PARA O USO PÚBLICO. A INFRAESTRUTURA PODE VARIAR DE DIMENSÃO, DESDE TRILHAS, EQUIPAMENTOS FACILITADORES (EX: ESCADAS, CORRIMÃO, RAMPAS E DECKS) ATÉ EDIFICAÇÕES (CASAS, PRÉDIOS, MIRANTES, PONTES, ETC) E ESTRADAS.

Guia do Participante
Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz

MÉDIA INTERVENÇÃO

Zona de Uso Moderado - É a zona que contém ambientes naturais ou moderadamente antropizados, admitindo-se áreas em médio e avançado grau de regeneração, sendo admitido uso direto dos recursos naturais nas UC de uso sustentável, monumento natural e refúgio de vida silvestre, desde que não descaracterizem a paisagem, os processos ecológicos ou as espécies nativas e suas populações. São permitidas as atividades de proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, visitação de médio grau de intervenção (com apoio de instalações compatíveis) e recuperação ambiental. Não é permitido o manejo florestal madeireiro, exceto nos casos necessários para a recuperação de ambientes naturais.

VISITAÇÃO DE MÉDIO GRAU DE INTERVENÇÃO - É POSSÍVEL EXPERIMENTAR ALTO GRAU DE NATURALIDADE DO AMBIENTE, NO ENTANTO, JÁ SE PODE DETECTAR ALGUM NÍVEL DE ALTERAÇÃO AMBIENTAL OU EVIDÊNCIAS DE ATIVIDADES HUMANAS. O ACESSO A ESSAS ÁREAS PODE SER REALIZADO POR VEÍCULOS MOTORIZADOS. EM AMBIENTES TERRESTRES, AS ESTRADAS EM GERAL NÃO SÃO PAVIMENTADAS. OS ENCONTROS COM OUTROS VISITANTES SÃO MAIS COMUNS E, NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL, PODE HAVER A PRESENÇA DE MORADORES ISOLADOS POSSIBILITANDO EXPERIMENTAR O MODO DE VIDA LOCAL. A INFRAESTRUTURA É MÍNIMA OU MODERADA, TENDO POR OBJETIVO, ALÉM DA SEGURANÇA E A PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS, MELHORAR A EXPERIÊNCIA E PROPORCIONAR COMODIDADE AO VISITANTE. SÃO EXEMPLOS: PONTE, PEQUENAS EDIFICAÇÕES, MIRANTE, ESCADA, DECK, ACAMPAMENTO, ABRIGO, BANHEIRO, ESTRADA COM REVESTIMENTO PERMEÁVEL, ETC.

Zona de Uso Comunitário - É a zona que contém ambientes naturais, podendo apresentar alterações antrópicas, onde os recursos naturais já são utilizados pelas comunidades ou que tenha potencial para o manejo comunitário destes, incluindo usos florestais, pesqueiros e de fauna, quando possível. Zona exclusiva para reservas extrativistas, florestas nacionais, reservas de desenvolvimento sustentável, área de proteção ambiental e área de relevante interesse ecológico. São permitidas as atividades de proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental, visitação de médio grau de intervenção (a qual deve ser desenvolvida em compatibilidade com o uso de recursos naturais pelos moradores da UC) e uso direto moderado dos recursos naturais, incluindo exploração comercial de recursos madeireiros e manejo de fauna nativa (previsto em legislação vigente). São permitidas as infraestruturas necessárias para os usos previstos nesta zona.



Oficina para elaboração do Plano de Manejo
Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz

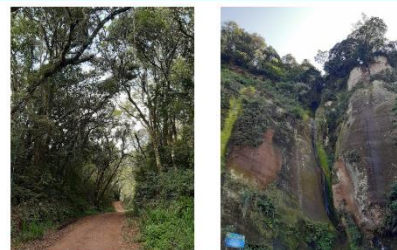
ALTO GRAU DE INTERVENÇÃO

Zona de Infraestrutura - É a zona que pode ser constituída por ambientes naturais ou por áreas significativamente antropizadas, onde é tolerado um alto grau de intervenção no ambiente, buscando sua integração com o mesmo e concentrando espacialmente os impactos das atividades e infraestruturas em pequenas áreas. Não devem ser concentrados os serviços e instalações mais desenvolvidas da UC, comportando facilidades voltadas à visitação e à administração da área. São permitidas as atividades de proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental, visitação com alto grau de intervenção e administração da UC, incluindo as infraestruturas necessárias para os usos previstos nesta zona.

Zona Populacional - É a zona destinada a abrigar as concentrações de populações residentes nas UCs e suas possíveis áreas de expansão, cuja presença seja compatível com a categoria, assim como as áreas destinadas as infraestruturas comunitárias, de serviços e de suporte à produção. Zona exclusiva para UCs de uso sustentável e, em situações excepcionais, para monumentos naturais e refúgios de vida silvestre.

Zona de Produção - É a zona que compreende áreas com ocupação humana de baixa densidade, onde o processo de ocupação deverá ser disciplinado e serão admitidas a moradia, atividades de produção e de suporte à produção, com o incentivo de adoção de boas práticas de conservação do solo e dos recursos hídricos e o uso sustentável dos recursos naturais. Zona exclusiva para áreas de proteção ambiental, e quando couber, para áreas de relevante interesse ecológico, monumentos naturais e refúgios de vida silvestre.

VISITAÇÃO DE ALTO GRAU DE INTERVENÇÃO - A VISITAÇÃO É INTENSIVA E PLANEJADA PARA ATENDER MAIOR DEMANDA, ANDA QUE HAJA OPORTUNIDADE PARA A PRIVACIDADE. OS ENCONTROS E A INTERAÇÃO SÃO FREQUENTES ENTRE OS VISITANTES, FUNCIONÁRIOS E COMUNIDADE LOCAL. É COMUM A PRESENÇA DE GRUPOS MAIORES DE VISITANTES OU EXCURSÕES COMERCIAIS. HÁ MAIS ATENÇÃO NA SEGURANÇA DOS VISITANTES, NA PROTEÇÃO DE ÁREAS SENSÍVEIS PROXIMAS AOS ATRATIVOS E MENOS ÊNFASE EM PROMOVER AUTONOMIA OU DESAFIOS. A INFRAESTRUTURA GERALMENTE É MAIS DESDENVOLVIDA, COM A PRESENÇA COMUM DE EDIFICAÇÕES E ESTRADAS, INCLUSIVE PAVIMENTADAS, PODENDO RESULTAR EM ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS DA PAISAGEM. CENTRO DE VISITANTE, MUSEU, AUDITÓRIO, ESTACIONAMENTO, POSTO DE GASOLINA, ESTRADA PAVIMENTADA, PISCINA, HOTEL, Pousada, TELEFÉRICO, PISTA DE POUSO, PAISAGISMO, ESTÁBULO, PODEM OCORRER NAS ZONAS DE MANEJO COM ALTO GRAU DE INTERVENÇÃO.



Guia do Participante
Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz



USOS DIFERENCIADOS

Zona de Sobreposição Territorial - É a zona que contém áreas nas quais há sobreposição do território da unidade de conservação com outras áreas protegidas, tais como outras Unidades de Conservação, os territórios indígenas declarados e terras quilombolas delimitados nos termos da legislação vigente. Nesta zona, o manejo e a gestão serão regulados por acordos específicos estabelecidos de forma a conciliar os usos daquelas populações e a conservação ambiental.

Zona de Diferentes Interesses Públicos - É a zona que contém áreas ocupadas por empreendimentos de interesse social, necessidade pública, utilidade pública ou soberania nacional, cujos usos e finalidades são incompatíveis com a categoria da Unidade de Conservação ou com os seus objetivos de criação.

Zona de Adequação Ambiental - É a zona que contém áreas consideravelmente antropizadas ou empreendimentos que não são de interesse público, onde será necessária a adoção de ações de manejo para deter a degradação dos recursos naturais e promover a recuperação do ambiente e onde as espécies exóticas deverão ser erradicadas ou controladas. Zona provisória, uma vez recuperada será incorporada a uma das zonas permanentes.

Zona de Uso Divergente - É a zona que contém ambientes naturais ou antropizados, onde ocorrem populações humanas ou suas áreas de uso, cuja presença é incompatível com a categoria de manejo ou com os objetivos da unidade de conservação, admitindo-se o estabelecimento de instrumento jurídico para compatibilização da presença das populações com a conservação da área, lhes garantindo segurança jurídica enquanto presentes no interior da unidade de conservação. Essas populações estarão sujeitas às ações de consolidação territorial pertinentes a cada situação. Caso sejam populações tradicionais conforme definição do Decreto nº 6.040/2007, deve-se observar o Art. 42 da Lei nº 9.985/2000. Zona não utilizada para Área de Proteção Ambiental. Zona Provisória, uma vez realocada a população ou efetivada outra forma de consolidação territorial, esta será incorporada a outra(s) zona(s) permanente(s).



Oficina para elaboração do Plano de Manejo
Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz

ATOS LEGAIS, ADMINISTRATIVOS E NORMAS



A identificação de atos legais e atos administrativos é parte essencial do plano de manejo de uma UC. Muitas decisões de manejo em uma UC são dirigidas ou influenciadas por atos legais e atos administrativos com outros órgãos federais, estaduais ou municipais, empresas de utilidade pública, organizações parceiras e outras entidades.

Os **atos legais** são requisitos específicos de cada UC que devem ser atendidos. São exemplos, instruções normativas e portarias específicas, eventualmente existentes.

Os atos administrativos são, em geral, acordos que tenham sido atingidos por meio de processos formais e documentados. São exemplos, os termos de compromisso, acordos de cooperação, convênios etc.

As **normas gerais** são regras ou diretrizes feitas e mantidas pela UC que guiam o manejo e o uso da área. Constituem componente essencial de gestão e planejamento de uma UC.

ATOS LEGAIS EXISTENTES PARA A ARIE DO MORRO FERRABRAZ

MUNICIPAL

- Lei Municipal nº 5.900/2016, de 13 de maio de 2016. Dispõe sobre a Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz - ARIE, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 6.781/2021, de 11 de agosto de 2021. Altera, atualiza e consolida a legislação que dispõe sobre a Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 6.771/2021, de 28 de agosto de 2021. Estabelece o plano diretor rural que trata do parcelamento, uso e ocupação do solo rural e dá outras providências.
- Decreto Municipal nº 7.383/2021, de 21 de outubro de 2021. Nomeia os membros do Conselho da Unidade de Conservação da Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz.
- Resolução CONDEMA nº 13/2022, de 13 de dezembro de 2021. Dispõe sobre o procedimento administrativo e rol de documentos para as solicitações de anuência de ARIE do Morro Ferrabraz.

Guia do Participante

Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz



SUBSÍDIOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PLANO DE MANEJO DA ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO DO MORRO FERRABRAZ

BREVE DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

A Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz - ARIE, criada pela Lei Municipal nº 5.900/2016, ratificada pela Lei Municipal nº 6.781/2021, é administrada pela Secretaria de Meio Ambiente e Preservação Ecológica (SEMAPE) da Prefeitura de Sapiiranga, responsável pela gestão da Unidade de Conservação. A ARIE do Morro Ferrabraz situa-se na porção norte do município de Sapiiranga, o qual pertence à Região Metropolitana de Porto Alegre.

A ARIE do Morro Ferrabraz abrange uma área de 7.168,30 ha e é uma das regiões mais elevadas da Grande Porto Alegre, com altitudes variando entre 50 e 774 m, abrigando grande biodiversidade, remanescentes de florestas nativas do bioma Mata Atlântica e espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção e visa assegurar a preservação do patrimônio natural e cultural da imigração estrangeira no extremo sul do Brasil. A região do Morro Ferrabraz abrange a Reserva da Biosfera, denominada Área Núcleo dos Contrafortes do Ferrabraz, bem como está incorporada na região prioritária para a conservação da natureza, conforme Portaria MMA nº 463/2018, no código MA 004. Sua área é formada por encostas e declividades significativas, abrangem duas importantes bacias hidrográficas, sendo a maior parte pertencente à Bacia Hidrográfica do Rio Cai, na vertente norte, e à Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, em direção à vertente sul, que contribuem para o abastecimento de água da região. Devido à sua geografia, abriga um conjunto de cascatas naturais e pelos remanescentes da Mata Atlântica relativamente conservados, tornando-se grande atrativo a um número expressivo de visitantes e turistas.

OBJETIVOS DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

A ARIE do Morro Ferrabraz, bem como a sua Zona de Amortecimento, objetiva:

- Proteger a Mata Atlântica e a biota nativa, garantindo a manutenção e a reprodução das espécies com a proteção de seus habitats;
- Assegurar a permanência e o desenvolvimento das atividades da agricultura familiar nas propriedades rurais com incentivo à sustentabilidade ambiental;
- Conservar a espécie *Eugenia multicostata* (Araçá-piranga), cuja identidade é associada ao topônimo indígena "Araçá-y-piranga", do qual se atribuiu o nome da Cidade de Sapiiranga;
- Assegurar a preservação do patrimônio natural e cultural da imigração estrangeira no extremo sul do Brasil;
- Incentivar e promover o uso dessa área para fins de lazer, esportes, turismo, contemplação da natureza e atividades que incentivem a conservação do meio ambiente;
- Compatibilizar e harmonizar as explorações, instalações e edificações com os objetivos de proteção;
- Regrar e ordenar o uso e ocupação do solo de forma a atender as finalidades de uma Unidade de Conservação.

ESTADUAL

- Lei Estadual nº 15.434, de 10 de janeiro de 2020. Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul.
- Decreto Estadual nº 51.797, de 08 de setembro de 2014. Declara espécies da fauna silvestre ameaçadas de extinção no RS.
- Decreto Estadual nº 52.109, de 01 de dezembro de 2014. Declara espécies da flora nativa ameaçadas de extinção no RS.
- Resolução CONSEMA nº 319, de 25 de julho de 2016. Estabelece critérios e procedimentos para a Autorização para Licenciamento Ambiental de atividades ou empreendimentos que afetem as Unidades de Conservação Estaduais e Municipais integrantes do Sistema Estadual de Unidades de Conservação e seu entorno (Zonas de Amortecimento e área circundante de 10km).

FEDERAL

- Lei nº 9.985/2000, de 19 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
- Resolução CONAMA nº 32, de 07 de dezembro de 1994. Define a vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica no Estado do Rio Grande do Sul.
- Resolução CONAMA nº 428, de 17 de dezembro de 2010. Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências.
- Portaria MMA nº 443, de 11 de dezembro de 2014. Lista nacional de espécies da flora ameaçadas de extinção
- Portaria MMA nº 444, de 18 de dezembro de 2014. Lista nacional de espécies da fauna ameaçadas de extinção
- Portaria MMA nº 148, de 07 de junho de 2022. Altera os Anexos da Portaria nº 443, de 17 de dezembro de 2014, da Portaria nº 444, de 17 de dezembro de 2014, e da Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014, referentes à atualização da Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção.

Oficina para elaboração do Plano de Manejo
Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz

Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz

HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DA ARIE

A Área de Relevante Interesse Ecológico foi criada a partir da antiga Lei Municipal nº 1.400 de 08 de outubro de 1987, que tratava o Morro Ferrabraz como Área de Especial Interesse Histórico e Turístico. Com o passar do tempo, tornou-se desatualizada e inocua em seus objetivos e princípios iniciais.

A Lei Municipal nº 1.400, de 08 de outubro de 1987, instituiu a Área de Especial Interesse Histórico e Turístico, tendo por objetivos:

- I - Assegurar a preservação e valorização do patrimônio cultural e natural;
- II - Promover o seu aproveitamento para lazer, recreação e turismo;
- III - conservar seus aspectos e características, bem como harmonizar com os mesmos as edificações a serem implantadas;
- IV - Estabelecer normas de uso e ocupação do solo de forma a atender as finalidades de sua instituição (SAPIRANGA, 1987).

A partir disso, o Morro Ferrabraz foi incluído em diferentes instrumentos que visam a preservação da biodiversidade, a recuperação e o uso sustentável do ecossistema. Em 1992, ocorreu o tombamento dos remanescentes da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul, através do Edital publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 1994, parte do Morro Ferrabraz é reconhecido como Área Núcleo da Reserva da Biosfera envolvendo outros municípios como Nova Hartz, Santa Maria do Herval, Igrejinha e Morro Reuter.

Em 23 de março de 2007, através da Portaria MMA nº 09/2007, os contrafortes do Ferrabraz foram incluídos como área prioritária para a conservação da biodiversidade, referida, nesta Portaria, pelo código MA003. Após atualização em 2018, atualmente chamada de Área Prioritária para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira, através da Portaria MMA nº 463/2018, a região do Morro Ferrabraz classificada pela Importância Biológica Muito Alta com Prioridade Alta, incluída, nesse documento, no código MA004.

Em 2014, foi publicado o Edital de Leilão nº 04/2014 para implantação de uma linha de transmissão de energia elétrica pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Um dos traçados dessa linha passaria pelo município de Sapiranga, mais precisamente no Morro Ferrabraz, o que inviabilizaria a prática do esporte Voo Livre, além de interferir na riqueza natural da região.

O projeto LT 525 KV - Capivari do Sul - Guaiaba 3, estimado em cerca de 4 bilhões de reais, foi arrematado pela empresa Eletrosul em novembro do ano de 2015. Este traçado da linha de transmissão passaria na porção norte do município de Sapiranga, no Morro Ferrabraz, afetando as localidades de Picada Cachorro, Bela Hu, Alto Ferrabraz, Picada São Jacó e Picada Verão. Além disso, passando pela Área Núcleo da Reserva da Biosfera, protegida por lei.



Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz

No ano de 2016, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM) realizou audiências públicas nos municípios afetados pelo referido projeto, atendendo o rito do licenciamento ambiental através dos Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) para a implantação do empreendimento. A audiência pública no município ocorreu em 10 de maio de 2016, conforme reportagens publicadas, foi unânime a negativa para o projeto no município por parte da comunidade local e poder público municipal, sob justificativas de prejudicar a prática do Voo livre e as atividades econômicas dos produtores rurais em função da faixa de servidão, além da busca da proteção do Morro Ferrabraz.

Foi apresentado um estudo dos principais impactos permanentes que a obra poderia causar na flora, fauna, nos recursos hídricos, na subsistência da comunidade local e atividades ecoturísticas no Morro Ferrabraz, entregue à FEPAM na audiência pública, como subsídio para vetar a passagem do empreendimento na porção norte da cidade.

Em 13 de maio de 2016, foi aprovada a Lei Municipal nº 5.900/2016, lei que institui o Morro Ferrabraz como uma Unidade de Conservação categorizando-a como Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE). A lei de criação da Unidade de Conservação amplia e atualiza aspectos da Lei nº 1.400/1987, reforçando medidas de proteção do patrimônio natural de Sapiranga, o Morro Ferrabraz. Entre essas medidas de preservação, está a proibição de instalação da linha de transmissão em área incidente à UC, conforme disposto na alínea a, do Inciso II, do Art. 5º, "Fica proibido: instalação de linhas de transmissão de energia (alta-tensão)" (SAPIRANGA, 2016).

Em junho do mesmo ano, o município requereu o cadastramento da ARIE do Morro Ferrabraz no Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), pela Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), sob processo SEMA nº 6521-05.00/16-0.

Atendendo parecer emitido pela SEMA referente aos limites da UC, foi realizada a revisão dos limites da UC, a fim de retificar os limites que incidem em outros municípios. Deste modo, em 29 de novembro de 2017, foi sancionada a Lei Municipal nº 6.153/2017, que altera os limites da ARIE do Morro Ferrabraz, observando os limites do município.

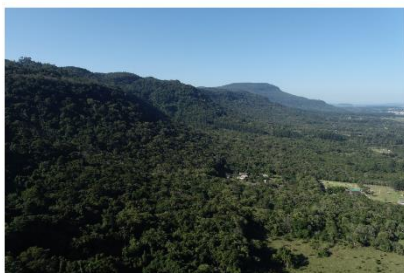
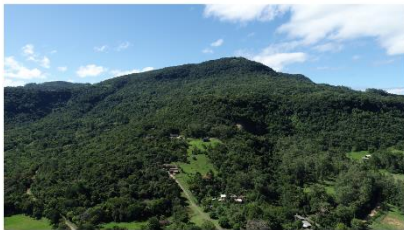
Em fevereiro de 2018, a SEMA emitiu o Parecer nº 11/2018-DUC, aprovando o cadastro da ARIE do Morro Ferrabraz no Sistema Estadual de Unidades de Conservação, descrevendo diversas recomendações que devem ser seguidas para dar continuidade à implantação e gestão da UC, dentre elas: elaborar o plano de manejo; definir rotinas de fiscalização; designar servidor responsável pela UC; regularizar as atividades de silvicultura e produção de carvão vegetal em fornos; monitorar as espécies ameaçadas de extinção; fomentar atividades sustentáveis nas propriedades, etc. Por conseguinte, a ARIE do Morro Ferrabraz foi cadastrada no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC.

A partir daí, em abril de 2020, a Prefeitura Municipal de Sapiranga, realizou a contratação de uma equipe de topografia, para realizar o levantamento topográfico e demarcação dos limites da UC, visando realocar os limites respeitando o sistema viário, cursos hídricos, e limites de propriedades.

Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz

Em função da alteração dos limites da ARIE do Morro Ferrabraz, a Secretaria de Meio Ambiente e Preservação Ecológica, gestora da UC, publicou no dia 08 de março de 2021, um Edital de Convocação nº 45/2021 da Consulta Pública, a fim de ouvir a comunidade sobre a revisão da poligonal da UC, ora proposta e, em função da pandemia, foi realizada de maneira online, no site da prefeitura municipal. Em 11 de agosto de 2021, foram alterados os limites da UC, ouvindo as manifestações da consulta pública, bem como foram atualizados os objetivos e demais regramentos através da Lei Municipal nº 6.781/2021.

Importante ressaltar, que a Lei Municipal nº 6.781/2021, trouxe importantes avanços para uma gestão participativa, com a instituição do Conselho Gestor da Unidade de Conservação, em caráter consultivo, valorizando assim a participação da comunidade na tomada de decisão da UC. O conselho é composto por oito entidades, sendo o gestor da ARIE do Morro Ferrabraz, a Secretaria de Meio Ambiente e Preservação Ecológica, a Secretaria de Planejamento, Habitação, Segurança e Mobilidade, Secretaria de Turismo, Cultura e Desporto, Secretaria de Agricultura, Entidade não governamental de cunho ambiental, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapiranga e Associações existente na ARIE do Morro Ferrabraz.



Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz



Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz

CARACTERIZAÇÃO RESUMIDA DA ARIE DO MORRO FERRABRAZ

FLORA

A Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz está inserida no bioma Mata Atlântica, pertencente a região fitocológica da Floresta Estacional Semidecidual, conforme classificação do Projeto RADAMBRASIL (1986). Esta formação florestal apresenta de 20% a 50% de árvores caducifolias no conjunto florestal na época desfavorável. Esta reduzida porcentagem de indivíduos decíduais na Floresta Estacional Semidecidual se deve, principalmente, pela ausência de *Apuleia leiocarpa* (Grápia). Segundo os autores (TEIXEIRA, et al., 1986), apresenta as temperaturas médias compensadas mensais inferiores a 15 °C, durante quatro meses ao ano, tornam este frio responsável pela estacionalidade fisiológica das plantas dando, assim, a denominação de Floresta Estacional. Porém estudos de Molz (2004), apontam que a riqueza específica para esta região possui relação com características da floresta pluvial atlântica.



Mais especificamente, a Unidade de Conservação encontra-se na unidade fitofisionômica de formação submontana, que compreende altitudes entre 30 m e 400 m de altitude e em parte na formação montana. Situada no extremo leste da Depressão Central Gaúcha, engloba, também, áreas vizinhas de patamares da Serra Geral. Geologicamente esta área é caracterizada por arenitos do Jurássico e basaltos do Juracretáceo. O relevo varia de suave ondulado, nas mais baixas altitudes, a acidentado, nas altitudes de até 680 m acima do nível do mar.

Trata-se de região de antiga colonização além que atualmente apresenta raros agrupamentos florestais originais, em face do intenso desmatamento para fins agrícolas, industriais e urbanos.

A composição florística original que caracteriza a fitofisionomia submontana, no estrato superior, é formada principalmente por *Pachystroma longifolium* (mata-olho), *Alchornea triplinervia* (tanheiro), *Guapira opposita* (maria-mole), *Eugenia rostrifolia* (batinga) e *Cupania vernalis* (camboatá-vermelho); no estrato médio é formada por *Actinostemon concolor* (laranjeira do mato), *Trichilia clausenii* (catiguá) e *Sorocea bonplandii* (cincho).

Os estudos realizados até o momento na Unidade de Conservação registraram 170 espécies, dentre elas, pertencentes a 132 gêneros e 57 famílias, incluindo espécies ameaçadas de extinção. O estudo incluiu árvores, arbustos, ervas, trepadeiras (lianas) e epífitas, assim como apresentou uma densidade total absoluta de 2.153 indivíduos por hectares.

Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz

Com relação às espécies, foram observados diferentes padrões de distribuição, os quais parecem preferencialmente relacionados à altitude e aos diferentes tipos de solos presentes na UC. De um modo geral, podem-se considerar certas espécies como indicadores de classes de altitude, ao passo que outras ocorreram ao longo de todo o gradiente. Entre aquelas que ocorreram apenas em áreas acima de 550 de altitude no Morro Ferrabraz, ou que foram frequentes a partir desta faixa, são comuns a canjerana (*Cabralea canjerana*), a carrapicheira (*Sloanea monosperma*), a batingua-vermelha (*Eugenia rostrifolia*), a canela-fogo (*C. aschersoniana*) e a guabiroba (*Campomanesia xanthocarpa*). Bem como, algumas espécies mais comuns das matas mais do oeste no Estado, especialmente na Serra Sudeste, como a murta (*Blepharocalyx salicifolius*), a aroeira-cinzenta (*Schinus lentisifolius*), a carne-de-vaca (*Styrax leprosus*) e o coentrilho (*Zanthoxylum fagara*). Segundo relato de moradores, a canela-sassafrás (*Ocotea odorifera*) era muito comum na UC, mas foi retirada em grande quantidade para servirem de dormentes na construção de estradas ferroviárias.

Dentre as espécies mais visadas pela madeira, cada qual para fins diversos, são de interesse para a conservação, a Grápia (*Apuleia leiocarpa*), a Araça-piranga (*Eugenia multcostata*), a Cabreuva (*Myrocarpus frondosus*), a Canela sassafrás (*Ocotea odorifera*), a canjerana (*Cabralea canjerana*) e o Cedro (*Cedrela fissilis*).

Além do conjunto de florestas nativas, são encontrados na ARIE áreas cultiváveis, como silvicultura de *Eucalyptus sp.* e *Acacia mearnsii*, além de agricultura e campos para pecuária.

Na região do estudo, foram encontrados 60 epífitos vasculares, reunidas em oito famílias: Bromeliaceae, cactaceae, Dryopteridaceae, Gesneriaceae, Orchidaceae, Piperaceae, Polypodiaceae e Vittariaceae. Entre as orquídeas, *Miltonia flavescens* encontra-se na lista oficial da flora ameaçada de extinção do RS, na categoria Vulnerável.

Entre as Bromeliáceas do Ferrabraz, nove espécies encontram-se na lista de flora ameaçada de extinção do RS, sendo *Nidularium innocentii*, *Tillandsia mallemontii* e *Vriesea gigantea*, as mais ameaçadas, listadas como em perigo de extinção.

Ao todo, 21 espécies da flora ameaçadas de extinção, em nível regional e nacional, foram encontradas até o presente momento na ARIE do Morro Ferrabraz. Os táxons estão na lista na Tabela, a seguir. Dentre as espécies identificadas na UC, foram encontradas 17 espécies arbóreas, 04 (quatro) espécies de epífitas também na lista de ameaçadas, além de 04 (quatro) espécies arbóreas imunes ao corte.



Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz

| Família | Nome científico | Nome popular | Categoria de ameaça/Nível |
|----------------|-------------------------------|--------------------------|---------------------------|
| Annonaceae | <i>Annona cacans</i> | Araticum-cagão | Vulnerável/RS |
| Araucariaceae | <i>Araucaria angustifolia</i> | Araucária | Em perigo/BR |
| Arecaceae | <i>Butia capitata</i> | Butiá | Vulnerável/BR |
| Dicksoniaceae | <i>Dicksonia sellowiana</i> | Xaxim | Vulnerável/RS |
| Fabaceae | <i>Apuleia leiocarpa</i> | Grápia | Criticamente em perigo/RS |
| Fabaceae | <i>Inga lenticifolia</i> | Ingá | Vulnerável/BR |
| Fabaceae | <i>Myrocarpus frondosus</i> | Cabriúva | Quase ameaçada/RS |
| Lauraceae | <i>Ocotea odorifera</i> | Canela sassafrás | Vulnerável/RS |
| Lauraceae | <i>Ocotea silvestris</i> | Canela | Criticamente em perigo/RS |
| Malvaceae | <i>Ceiba speciosa</i> | Paineira | Vulnerável/RS |
| Meliaceae | <i>Trichilia pallens</i> | Arco-de-peneira | Em perigo/RS |
| Meliaceae | <i>Cedrela fissilis</i> | Cedro | Vulnerável/BR |
| Moraceae | <i>Brosimum glaziovii</i> | Leteiro | Em perigo/RS |
| Passifloraceae | <i>Passiflora actinia</i> | Maracujá | Em perigo/RS |
| Phyllanthaceae | <i>Margaritana nobilis</i> | Sobragirana, figueirinha | Em perigo/RS |
| Poaceae | <i>Guadua tagoara</i> | Tagoara | Criticamente em perigo/RS |
| Simaroubaceae | <i>Picrasma crenata</i> | Pau-Amargo | Vulnerável/RS |
| Styracaceae | <i>Styrax acuminatus</i> | Pau-de-remo | Em perigo/RS |
| Orchidaceae | <i>Miltonia flavescens</i> | Orquídea | Dados insuficientes/RS |
| Bromeliaceae | <i>Nidularium innocentii</i> | Bromélia | Dados insuficientes/RS |
| Bromeliaceae | <i>Tillandsia mallemontii</i> | Cravo-do-mato | Quase ameaçada/RS |
| Bromeliaceae | <i>Vriesea gigantea</i> | Bromélia | Quase ameaçada/RS |
| Moraceae | <i>Ficus adhatodifolia</i> | Figueira-purgante | Imune ao corte |
| Moraceae | <i>Ficus cestriifolia</i> | Figueira-da-folha-múda | Imune ao corte |
| Moraceae | <i>Ficus luschnathiana</i> | Figueira | Imune ao corte |
| Fabaceae | <i>Erythrina falcata</i> | Corticeira-da-serra | Imune ao corte |

A conservação dos remanescentes de Mata Atlântica é fundamental para a manutenção da fauna e flora associada a esses ambientes, bem como a continuidade dos processos ecológicos. Somente com a preservação das espécies, serviços importantes como polinização, dispersão de sementes, controle de insetos e presas, além da manutenção da qualidade do ar e da água poderão ser mantidos.

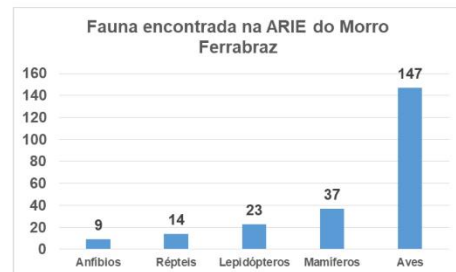


Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz

FAUNA

Os animais exercem um papel importante na natureza, contribuindo para o equilíbrio ecológico através da dispersão de sementes, controle de populações de pragas urbanas e agrícolas, polinização e, por vezes, acabam sintetizando metabólitos amplamente utilizados na medicina. Assim sendo, o levantamento e manejo destas espécies é de suma importância para entendimento dos impactos a eles sofridos e da dinâmica ecossistêmica local, levando à medidas de redução de impacto.

Com base nos estudos realizados na UC até o momento, identificou 23 espécies de lepidópteros, entre mariposas e borboletas, destacando-se espécies características de ambientes florestais bem preservados como *Caligo martia* e *Morpho sp.* Além disso, a avifauna registrada é composta por mais de 140 espécies, residentes ou migratórias, entre elas, a Araponga (*Procnias nudicollis*), espécie ameaçada de extinção na categoria vulnerável, em nível estadual. Assim como, a presença de mais de 30 espécies de mamíferos, como o bugio-ruivo (*Alouatta guariba*), o tamandá-mirim (*Tamandua tetradactyla*), ambas espécies ameaçadas de extinção.



Araponga (*Procnias nudicollis*) Tamandá-mirim (*Tamandua tetradactyla*) Bugio-ruivo (*Alouatta guariba*)

Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz

A elevada quantidade de grupos taxonômicos já encontrados na ARIE do Morro Ferrabraz, apenas demonstra a grande biodiversidade encontrada na UC. Pode-se afirmar, que o número de espécies na UC ainda será maior, isso se dá por diversos fatores: a área da UC possui grande extensão, poucos estudos realizados no local, grandes espaços com florestas nativas em locais de difícil acesso, observando grande biodiversidade de habitats e elevado grau de conservação nestes espaços. Entretanto, é importante observar que a ARIE ainda possui lacunas de pesquisa e conhecimento além da biodiversidade existente na área, principalmente no que se refere aos recursos hídricos e conhecimentos sobre as questões socioeconômicas.



Catigo marcia

Arapaçu-de-bico-torto (*Campylorhynchus fuscularius*)Tucano-de-bico-verde (*Ramphastos dicolorus*)Surucua-variado (*Trogon surrucura*)Quati (*Nasua nasua*)Rato da Taquara (*Kannabateomys amblyonyx*)Veado-de-mão-curta (*Mozama nana*)

Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de jul. 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília - DF, 19.07.2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 12 set. 2020.

COSTA, Vania Mara Angelo da (Coord.), et al. Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), para o alargamento e capeamento da Estrada Emilia José da Silva. Novo Hamburgo: Equilibrium X Consultoria e Soluções Ambientais, 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Instrução normativa nº 7/2017/GABIN/ICMBIO, de 21 de dez. 2017. Estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação da natureza federais. Brasília: ICMBio, 22.12.2017. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portarias/intrucao_normativa_07_2017.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

----- PLANO DE MANEJO da Área de Proteção Ambiental de Cairucu. Portaria nº 533 de 24 de maio de 2018. Aprova a revisão do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Cairucu. Paraty/RJ: ICMBio, de 24.05.2018. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cairucu/images/stories/downloads/PM_APA_CAIRUCU_2-2019.pdf>

----- Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais. Brasília: ICMBio, 2018.

----- Guia do Participante da Oficina do Plano de Manejo da Floresta Nacional de São Francisco de Paula. Revisão do Plano de Manejo da Floresta Nacional de São Francisco de Paula, coordenado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. São Francisco de Paula/RS: não publicado, 2019, 85p.

----- Plano De Manejo da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais. Portaria nº 508 de 21 de julho de 2021. Aprova a revisão do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais. Tamandaré/PE: ICMBio, de 21.07.2021. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/apacostadoscorais/images/stories/plano_de_manejo/PM_APACC_2021.pdf>

RIO GRANDE DO SUL. Decreto Estadual nº 51.797, de 08 de set. 2014. Declara as Espécies da Fauna Silvestre Ameaçadas de Extinção no Estado do Rio Grande do Sul. Palácio Piratini, Porto Alegre - RS, 08.09.2014. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/replegis/arquivos/dec%2051.797.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

----- Decreto Estadual nº 52.109, de 01 de dez. 2014. Declara as espécies da flora nativa ameaçadas de extinção no Estado do Rio Grande do Sul. Palácio Piratini, Porto Alegre - RS, 01.12.2014. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/replegis/arquivos/DEC%2052.109.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SAPIRANGA. Lei Municipal nº 1.400, de 08 de out. de 1987. Institui Área Especial de Interesse Histórico e Turístico, e dá outras providências. Câmara Municipal de Saporanga, Saporanga - RS, 27.04.2009. Disponível em: <<https://saporanga.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7946&cdDiploma=19871400&NroLei=1.400&Word=&Word2=>>>. Acesso em: 27 set. 2020.

----- Lei Municipal nº 5.900, de 13 de mai. 2016. Dispõe sobre a Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz - ARIE, e dá outras providências. Câmara Municipal de Saporanga, Saporanga - RS, 13.05.2016. Disponível em: <<https://saporanga.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7946&cdDiploma=201659001>>. Acesso em: 27 out. 2020.

----- Lei Municipal nº 6.781, de 11 de ago. de 2021. Altera, atualiza e consolida a legislação que dispõe sobre a Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz e dá outras providências. Câmara Municipal de Saporanga, Saporanga - RS, 11.08.2021. Disponível em: <<https://saporanga.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7946&cdDiploma=20216781&NroLei=6.781&Word=&Word2=>>>. Acesso em: 27 out. 2021.

STUMPF, Luis Fernando (Coord.), et al. Estudo para Criação de Unidade de Conservação na Área Núcleo da Reserva da Biosfera dos Contrafortes do Ferrabraz. PDA-192MMA/GTZ/KFW. Saporanga: Núcleo Socioambiental Araçá-piranga, 2008.

Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz

Área de Relevante Interesse Ecológico do MORRO FERRABRAZ

Logo of Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) and Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade (PPGAS).

GUIA ELABORADO COMO PRODUTO DO MESTRADO PROFISSIONAL DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE